



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
LINGUÍSTICOS**



IAGO GUSMÃO SANTIAGO

***CORPUS TOPONYMICUM BAHIAE: PORTAL TOPONÍMICO E ESTUDO
ECOLINGUÍSTICO DA TOPONÍMIA BAIANA***

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de
Financiamento 001.

Feira de Santana
2025

IAGO GUSMÃO SANTIAGO

***CORPUS TOPONYMICUM BAHIAE: PORTAL TOPONÍMICO E ESTUDO
ECOLINGUÍSTICO DA TOPONÍMIA BAIANA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Lemos Santana Barreiros.

Coorientador: Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros.

Feia de Santana
2025

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

S226c

Santiago, Iago Gusmão

Corpus Toponymicum Bahiae: portal toponímico e estudo ecolinguístico da toponímia baiana / Iago Gusmão Santiago. – 2025. 140 f.: il.

Orientadora: Liliane Lemos Santana Barreiros

Coorientador: Patrício Nunes Barreiros

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Feira de Santana, 2025.

1.Toponímia. 2.Filologia. 3.Ecolinguística. 4.Portal toponímico.
5.Redes toponímicas. 6.Ecotoponomástica. 7.Período colonial. I. Barreiros, Liliane Lemos Santana, orient. II. Barreiros, Patrício Nunes, coorient.
III.Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDU 801.3(814.22)

TERMO DE APROVAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

IAGO GUSMÃO SANTIAGO

CORPUS TOPONYMICUM BAHIAE: PORTAL TOPONÍMICO E ESTUDO ECOLINGUÍSTICO DA TOPONÍMIA BAIANA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 18 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
LILIANE LEMOS SANTANA BARREIROS
Data: 18/11/2025 15:56:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Liliane Lemos Santana Barreiros - Orientadora
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Documento assinado digitalmente
PATRICIO NUNES BARREIROS
Data: 18/11/2025 16:00:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros - Coorientador
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Documento assinado digitalmente
NORMA LUCIA FERNANDES DE ALMEIDA
Data: 18/11/2025 16:48:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida - Membro interno
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Documento assinado digitalmente
ALICIA DUHA LOSE
Data: 19/11/2025 09:49:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Alícia Duhá Lose - Membro interno
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Documento assinado digitalmente

MARIA CANDIDA TRINDADE COSTA DE SEABRA

Data: 19/11/2025 07:34:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra - Membro externo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Documento assinado digitalmente

CELINA MARCIA DE SOUZA ABBADE

Data: 18/11/2025 23:10:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade - Membro externo
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

A todos os guerreiros que lutam contra o câncer e doenças autoimunes e, em especial, aos que continuam a estudar, pesquisar, trabalhar e cuidar dos seus, pelos passos dados diariamente a modo de escalada. Que esta tese possa ser acolhida como a ararinha-azul, um símbolo de esperança.

AGRADECIMENTOS

Esta tese conseguiu florescer nas condições mais adversas que eu poderia imaginar. Isso, porque a sua semente foi plantada muito antes do período do doutorado. Em 2007, aos treze anos, com meu primeiro computador em mãos, iniciei um primevo projeto de site: fiz uma logo, construí um leiaute, planejei conteúdos para as páginas, imprimi cartões e montei um site numa plataforma gratuita. Esse seria o meu primeiro projeto de muitos, já que eu não os mantinha por muito tempo, meu prazer estava na beleza de criar, como se eu estivesse exercitando minhas habilidades para o que estou construindo hoje. Na graduação, tive a oportunidade de trabalhar na construção de algumas páginas para núcleos de pesquisa, eventos e dissertações de mestrado, e seguir exercitando aquilo que, para mim, sempre foi mais do que uma capacidade laboral, era uma forma de expressão. Mas o projeto de construir o meu próprio site, me conectando com um proposito mais antigo que eu nem lembrava mais que tinha, veio no curso do *Wordpress* organizado pelo professor Patrício Barreiros, no segundo ano do mestrado.

É nesse ponto que nos deparamos com o lado mais adverso desta história. Em 2020, tivemos que lidar juntos com o medo e as dificuldades em combater o perigo silencioso da Covid-19. Enquanto isso, eu iniciei uma nova batalha contra outro inimigo tão traiçoeiro quanto: o câncer, especificamente um tumor neuroendócrino, que cresceu e se expandiu durante os anos do doutorado, se fortalecendo enquanto eu me debilitava sem mesmo saber o que estava acontecendo. O diagnóstico tardio, dado aos sintomas inespecíficos, veio apenas no início do ano de 2025 com a remoção do primeiro tumor. Mas a recuperação lenta da cirurgia e a demora do corpo em responder ao tratamento me faziam pensar que eu havia sido ‘roubado pela doença’, meus projetos e aspirações, tal como a ararinha-azul, haviam sido extintos da natureza. No entanto, meses após o início do tratamento, vi o Senhor me reestabelecer, e fazer em poucos dias o que não consegui em anos, voltando a viver uma vida de esperança. Nesse momento, o símbolo da ararinha-azul se revestiu de um novo significado para mim e a corporificação desse sonho representou muito mais do que a aquisição do título de Doutor, com todos os louros e benefícios que ele traz. Representa a reconquista da minha possibilidade de viver e sonhar.

Alegro-me ainda mais por não ter conhecido a solidão no curso da minha jornada, pois, desde muito cedo, tive ao meu lado pessoas que demonstraram profundo afeto e uma forte crença em minha vocação, as quais, mesmo sem saber, me estimularam a lutar pelos meus objetivos. Apesar das vicissitudes da caminhada, por muitas vezes, instigarem um pensamento contrário, o acolhimento que me brindaram nunca permitiu que eu deixasse de me sentir especial.

Agradeço a Deus, por sempre ter cuidado de mim. A Ele, desde muito cedo, entreguei todos os meus dias e sonhos, os quais vi sendo realizados um a um, ao longo da minha trajetória. De todos os seus atributos, o que eu conheço com maior intimidade é a sua misericórdia, pois sem ela não teria superado os óbices da minha jornada. Sou extremamente grato a Ele por ter me feito descobrir, em meio a tudo isso, a minha força, mudando, até mesmo, meu próprio pensamento sobre mim. As suas promessas têm ido muito além do que pensei e o seu amor por mim é o que tem me curado.

À minha companheira, Stephanne da Cruz Santiago, por estar sempre ao meu lado ao longo destes mais de catorze anos, treze de casados, compartilhando os dias ensolarados e também os tempestuosos. Foi você quem cuidou de mim durante os momentos difíceis de recuperação, suplantando suas próprias dificuldades, uma doença autoimune, espondilite anquilosante, e também uma tese por concluir. O seu amor por mim também me cura.

À minha família, minha mãe Ana Célia Gusmão, meu pai Reinaldo Santiago, meus irmãos, Reinaldo Santiago Jr., Aroldo Gusmão e Romualdo Gusmão, minhas primas, Cristiane Gusmão, Luciana Gusmão, Luziane Gusmão, Larah Cerqueira e Ediluzia Gusmão, e por todo apoio, incentivo e, particularmente, pelas orações e promessas do céu, que foram o meu sustento durante todos estes anos. Em especial, agradeço à minha mãe pelo investimento, mesmo com poucas condições, pagando meu curso de informática, comprando meu computador, pagando meu aluguel durante toda a graduação, pois acreditava que eu era capaz de coisas grandiosas. Eis aqui o resultado de todas as sementes plantadas. Agradeço também à família da minha esposa, em nome de Alexsandra Oliveira, Elizete Pimentel, Itamar Cruz, Thawynne Bela e Vitória França, pelo carinho de sempre.

Aos irmãos em Cristo que oraram por mim e liberaram bênçãos durante todo o processo. Os quais eu agradeço em nome de irmã Janaína Sampaio e irmão Ailton Sampaio, que me entregaram tão lindas promessas da parte de Deus, das quais muitas já tiveram seu cumprimento.

Aos meus amigos, que me orgulho em dizer que são muitos e por isso não poderei mencionar todos, mas asseguro que os guardo em meu coração. Os quais, apesar de eu ter desaparecido do mapa, nos últimos anos, chegaram como uma torrente impetuosa para curar a sequidão destes últimos dias. Aos da infância e adolescência, agradeço nas pessoas de Genilda Marinho, Vanessa Fraga, Joice Sampaio com quem dividi as baboseiras deste período. Obrigado por me terem feito rir tanto e por estarem sempre por perto, mesmo longe. Aos da vida adulta, nas pessoas de Aline de Freiras e Aislan Aquino, aos meus amigos de turma do

curso de espanhol; em nome de Sabrina Santana, Juliana Rocha, Lara Cardoso, Luciane Soares, Sheila Cerqueira e Manoel Alves, às amigadas construídas ao longo da graduação. Às amigas do *Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais* (NeiHD), agradeço, em nome de Pâmela Cintra, Joilma Trindade, Maria Desidério, Betânia Ferreira, Elizabeth Almeida e Tainá Alves, por todo apoio e disponibilidade. É muito bom saber que amizades sinceras podem nascer de um ambiente tão competitivo. Às amizades do trabalho, em nome de Neilma Correia, Alana El Fahl, Erika Aureliano e Melissa Barbosa, obrigado por toda a escuta e suporte.

À minha orientadora, Dra. Liliane Lemos Santana Barreiros, pela confiança, investimento e cuidado, que não se restringiu ao contexto da pesquisa, mas esteve visível no desenrolar de todo o processo difícil dos últimos anos, desde a flexibilização dos prazos, antes mesmo do diagnóstico, ao acompanhamento nas inúmeras consultas médicas. Agradeço também por ter me mostrado o caminho do léxico, especialmente da toponímia, não sabia que gostaria tanto. Ao meu coorientador, Dr. Patrício Nunes Barreiros, meu primeiro mentor na academia, quem me ensinou a dar os primeiros passos na pesquisa em filologia e humanidades digitais, além de me proporcionar um desenvolvimento acadêmico integral, me incluindo em toda sorte de atividade. Sou grato pelas orientações, pelo investimento em cursos, pela introdução à atividade de editoração e produção de sites que abriram inúmeras portas para mim. Sinto muito orgulho em tê-los como meus pais acadêmicos.

À banca de qualificação e defesa, pela leitura cuidadosa e as inúmeras contribuições. Nomeadamente, Dra. Maria Cândida Seabra, que me acompanha desde a dissertação do mestrado, sempre com uma leitura atenta e olhar clínico, observando as ‘pontas soltas’; Dra. Celina Abbade, com questionamentos pertinentes, instigando um refinamento na argumentação; Dra. Norma Almeida, pelas contribuições envolvendo a análise crítica das teorias e metodologias da linguística desde as aulas do mestrado; e Dra. Alícia Lose, pelas contribuições acerca de diferentes abordagens do estudo da cultura escrita, nos cursos de paleografia e nas disciplinas do doutorado.

À *Biblioteca Nacional* pela disponibilização dos documentos em seu acervo digital.

Aos professores da UEFS, hoje meus colegas de trabalho, agradeço em nome da profa. Me. Nelmira Moreira e Dra. Silvana Araújo, por todas as contribuições generosas para a minha formação crítica, seja no espaço da sala de aula, seja nos eventos e corredores.

Aos professores do PPGEL/UEFS pelos ensinamentos, incentivo e acolhimento, especialmente diante da situação atípica para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores da UFBA pelas trocas que contribuíram muito para a minha formação na área de filologia, especialmente Dr. Arivaldo Sacramento e Dra. Rosa Borges.

Aos médicos que, como instrumentos de Deus, cuidaram de mim, me possibilitando passar com mais tranquilidade e conforto por este período difícil.

À Ciência, por meio da qual, eu e minha companheira tivemos nossos tratamentos assegurados pela existência de medicação própria.

Ao SUS, que apesar das limitações, salva vidas e alivia dores todos os dias.

À UEFS, casa que me acolheu e me formou ao longo destes mais de dez anos de estudo e pesquisa, na graduação, no mestrado e no doutorado. Nunca me esquecerei da acolhida com um tapete de flamboaiã, na entrada do módulo 2.

À CAPES, que financiou esta pesquisa de doutorado e a minha dissertação de mestrado, e às agências de fomento que me concederam bolsas desde à graduação, FAPESB e CNPq.

Às demais pessoas amigas que torceram, oraram e contribuíram de alguma forma, meu muito obrigado.

Então tomou Samuel uma pedra, e a pôs entre Mizpá e Sem, e chamou o nome dela **Ebenézer**; e disse: Até aqui nos ajudou o Senhor (Bíblia, 2011, 1 Sm 7:12, grifo nosso).

RESUMO

A presente tese consiste no estudo ecolinguístico da toponímia baiana a partir de mapas do período colonial e da construção de um portal toponímico digital intitulado *Corpus Toponymicum Bahiae* (www.ctbahiae.com/). O *corpus* da pesquisa é formado pelos topônimos registrados em três mapas do período colonial, cuja autoria foi atribuída ao cartógrafo Anastasio de Santa Anna, com datação fixada nos anos de 1761 e 1807 (Havre, 2019), disponíveis no *Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil*. Do ponto de vista ecolinguístico, discute-se problemas relativos à abordagem tradicional da toponomástica, especificamente os princípios classificatórios dickianos (Dick, 1980; 1990; 1992), apresentando uma revisão conceitual e uma metodologia alternativa com base na ecolinguística (Couto, 2007; 2009; 2013a; 2013b) e nos princípios do rizoma de Deleuze e Guattari (1995). O portal toponímico é composto, inicialmente, pelo *Acervo Digital de Documentos Históricos para Estudos Toponímicos* (ADHET), que conta com a edição da documentação de base para a alimentação dos dados do portal, e o *Dicionário Toponímico Histórico Ecológico da Bahia* (DTHEB), uma obra lexicográfica digital de base filológica que busca ser representativa da toponímia baiana, do ponto de vista linguístico, ecológico e histórico, abrangendo os ambientes que condicionam a nomeação e o uso dos topônimos. Os recursos exploram o meio hipermediático digital, com o intuito de desenvolver um produto que esteja alinhado com a cultura digital contemporânea e possa despertar o interesse geral, não apenas do público especializado. Trata-se de um trabalho interdisciplinar que converge reflexões do campo das humanidades digitais e ambientais, estabelecendo uma ponte entre toponímia, preservação ambiental e tecnologia. A pesquisa fundamenta-se nas discussões da toponomástica, nos princípios da ecolinguística e humanidades ambientais, propondo um diálogo entre as bases teóricas das duas áreas na articulação de uma nova linha para os estudos toponímicos no Brasil, que se denomina neste trabalho de ecotoponomástica, bem como da filologia e suas interfaces com as humanidades digitais. A abordagem ecolinguística qualitativa centrou-se em 23 topônimos relativos à rede toponímica, relações ambientais objetivas e subjetivas entre topônimos, que envolve a interação entre animais humanos e não humanos, a partir dos quais se observou a valorização dos mecanismos de exploração, quando o fator comercial se encontra envolvido, como é o caso das interações homem-bovino e homem-baleias. Com a construção do portal toponímico, a pesquisa contribui para o desenvolvimento dos estudos toponímicos no Brasil a partir de uma nova abordagem metodológica e a elaboração de um produto tecnológico capaz de atender as demandas do ensino superior e básico, além de estimular/difundir não só o conhecimento do patrimônio toponímico baiano, mas do pensamento ecocêntrico. Além dos dois produtos mencionados, ADHET e o DTHEB, a plataforma pretende expandir-se futuramente para a construção de um banco de dados, um atlas toponímico digital e uma biblioteca digital de recursos didáticos, estabelecendo uma agenda de pesquisa que vai desde o trabalho com a documentação de base, passa pelo estudo linguístico e tem sua conclusão na divulgação e transposição didática dos resultados.

Palavras-chave: Ecotoponomástica; Toponímia; Portal toponímico; Redes toponímicas.

ABSTRACT

This thesis consists of an ecolinguistic study of Bahian toponymy based on maps from the colonial period and the construction of a digital toponymic portal entitled *Corpus Toponymicum Bahiae* (www.ctbahiae.com/). The research's toponymic corpus is formed by the toponyms recorded in three maps from the colonial period, whose authorship has been attributed to the cartographer Anastasio de Santa Anna, with dates fixed in the years 1761 and 1807 (Havre, 2019), available in the *Digital Collection of the National Library of Brazil (Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil)*. From an ecolinguistic point of view, this work discusses problems related to the traditional approach to toponymy, specifically Dickian classificatory principles (Dick, 1980; 1990; 1992), presenting a conceptual review and an alternative methodology based on ecolinguistics (Couto, 2007; 2009; 2013a; 2013b) and the principles of the rhizome by Deleuze and Guattari (1995). The toponymic portal initially comprises the *Digital Archive of Historical Documents for Toponymic Studies (Acervo Digital de Documentos Históricos para Estudos Toponímicos - ADHET)*, which includes the edition of the basic documentation for feeding the portal's data, and the *Historical Ecological Toponymic Dictionary of Bahia (Toponímico Histórico Ecológico da Bahia - DTHEB)*, a philologically based digital lexicographical work that seeks to be representative of Bahian toponymy from a linguistic, ecological, and historical point of view, encompassing the environments that condition the naming and use of toponyms. The resources explore the digital hypermedia environment, aiming to develop a product aligned with contemporary digital culture that can arise general interest, not just a specialized audience. This is an interdisciplinary work that converges reflections from the fields of digital and environmental humanities, establishing a bridge between toponymy, environmental preservation, and technology. This research is based on discussions in toponomastics, on the principles of ecolinguistics and environmental humanities, proposing a dialogue between the theoretical bases of the two areas in the articulation of a new line for toponymic studies in Brazil, which is called ecotoponomastics in this work, as well as philology and its interfaces with digital humanities. The qualitative ecolinguistic approach focused on 23 place names related to the toponymic network, objective and subjective environmental relationships between place names, involving the interaction between human and non-human animals. From this, the study observed the valorization of exploitation mechanisms when commercial factors are involved, as is the case with human-cattle and human-whale interactions. With the construction of the toponymic portal, the research contributes to the development of toponymic studies in Brazil through a new methodological approach and the creation of a technological product capable of meeting the demands of higher and basic education, as well as stimulating/disseminating not only knowledge of Bahia's toponymic heritage, but also ecocentric thinking. In addition to the two products mentioned, ADHET and DTHEB, the platform intends to expand in the future to include the construction of a database, a digital toponymic atlas, and a digital library of educational resources, establishing a research agenda that ranges from working with basic documentation, through linguistic studies, and culminating in the dissemination and didactic transposition of the results.

Keywords: Ecotoponomastics; Colonial Toponymy; Toponymic portal; Toponymic networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Título do <i>Mapa da Comarca dos Ilheos</i>	57
Figura 2 -	Ilustrações do ambiente físico próximo às formas <i>boqueirão</i>	59
Figura 3 -	Representação do ambiente físico próximo às formas <i>barra</i>	60
Figura 4 -	Nascente do Rio Subaé próximo à forma <i>brotas</i>	60
Figura 5 -	Mapa do site	82
Figura 6 -	Projeto conceitual por trás do isotipo	83
Figura 7 -	Corrida da ararinha-azul	84
Figura 8 -	Logos inspirados na ararinha-azul	85
Figura 9 -	Parte superior da página inicial do site	86
Figura 10 -	Parte inferior da página inicial do site	87
Figura 11 -	Rodapé	88
Figura 12 -	Função ‘como citar’	88
Figura 13 -	Teste de responsividade da página inicial	89
Figura 14 -	Topo da página <i>Sobre</i> com o submenu na parte inferior	90
Figura 15 -	Seção sobre <i>Ararinha-azul</i> , acessada quando clicada no botão homônimo	90
Figura 16 -	Seção <i>saiba mais</i> , na página <i>Ecotoponomástica</i>	91
Figura 17 -	Página de entrada do ADHET	92
Figura 18 -	Tabela de com a lista de documentos do acervo	93
Figura 19 -	Legenda da tabela de consulta aos documentos	93
Figura 20 -	Página de visualização do arquivo	95
Figura 21 -	Visualização das abas <i>Metadados</i> e <i>Descrição</i>	96
Figura 22 -	Blocos com informações complementares	96
Figura 23 -	Tabela com a transcrição do mapa	97
Figura 24 -	Mapa em quadrícula	98
Figura 25 -	Página de Apresentação do DTHEB	105
Figura 26 -	Exemplo de verbete digital	106
Figura 27 -	MCB1 em quadricula	121
Figura 28 -	MCB2 em quadricula	128
Figura 29 -	MCI em quadricula	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Símbolos correspondentes entre os mapas	58
Tabela 2 -	Síntese das taxes de natureza física e antropocultural	64
Tabela 3 -	Redes zoológicas na toponímia baiana colonial	69
Tabela 4 -	Rede toponímica da baleação	70
Tabela 5 -	Rede toponímica da pesca	71
Tabela 6 -	Rede toponímica da bovinocultura	75
Tabela 7 -	Rede toponímica com outras interações homem-animal	77
Tabela 8 -	Divisão das obras lexicográfico-toponímicas	103
Tabela 9 -	Transcrição dos topônimos do MCB1	122
Tabela 10 -	Transcrição dos topônimos do MCB2	129
Tabela 11 -	Transcrição dos topônimos do MCI	137

LISTA DE ABREVIATURAS

ADOCH	Acervo Digital de Documentos Históricos para Estudos Toponímicos
ANPS	<i>Australian National Placenames Survey</i>
ATB	Atlas Toponímico do Brasil
ATEMIG	Atlas Toponímico de Minas Gerais
ATEMS	Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul
ATESP	Atlas Toponímico do Estado de São Paulo
ATAOB	Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira
ATOBAB	Atlas Toponímico da Bahia
ATT	Atlas Toponímico de Tocantins
C	Cultura
cf.	Conferir
CRCH	Centro de Referência em Cartografia Histórica – UFMG
CTB	<i>Corpus Toponymicum Bahiae</i>
COP30	30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
DTHCB	Dicionário Toponímico Histórico Ecológico da Bahia
EFL	Ecossistema fundamental da língua
e.g.	<i>Exempli gratia</i> (por exemplo)
GdC	Guia de Caminhantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOS	<i>International Congress of Onomastic Sciences</i>
L	Língua
LTM	Léxico toponímico mental
MCB1	Mapa da Comarca da Bahia 1
MCB2	Mapa da Comarca da Bahia 2
MCI	Mapa da Comarca de Ilhéus
P	Povo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
T	Território
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
DOE/BA	Diário Oficial do Estado da Bahia

LISTA DE SÍMBOLOS

>	Mudança toponímica
[]	Representação semântica
()	Segmento conjecturado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	A ECOLOGIA DOS NOMES DE LUGAR	25
2.1	FUNDAMENTOS PARA UMA ECOTOPONOMÁSTICA	29
2.2	O <i>CONTINUUM</i> ENTRE AMBIENTES	36
2.3	REDES TOPONÍMICAS: UM ENFOQUE RIZOMÁTICO	41
3	CONFLUÊNCIAS ENTRE FILOGRAFIA E TOPONOMÁSTICA	53
3.1	MAPAS DA CAPITANIA DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS	56
4	AS REDES TOPONÍMICAS NA BAHIA COLONIAL	62
4.1	TAXONOMIA TOPONÍMICA	62
4.2	REDES TOPONÍMICAS DE ORDEM ZOOLOGICA	67
5	<i>CORPUS TOPONYMICUM BAHIAE</i>: PORTAL HISTÓRICO E ECOLÓGICO DA TOPONÍMIA BAIANA	78
5.1	A ARARINHA-AZUL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL	81
5.2	ACERVO DIGITAL DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS PARA ESTUDOS TOPONÍMICOS (ADHET)	91
5.2.1	Edição digital dos mapas históricos	94
5.3	DICIONÁRIO TOPONÍMICO HISTÓRICO ECOLÓGICO DA BAHIA	99
5.3.1	Estrutura do DTHEB	101
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	112
	APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DOS MAPAS	121

1 INTRODUÇÃO

A presente tese consiste no estudo toponímico em perspectiva ecológica de topônimos baianos do período colonial e de um portal¹ toponímico da Bahia, intitulado *Corpus Toponymicum Bahiae* (CTB), disponível no endereço www.ctbahiae.com/. Ela nasce quatro décadas e meia após a publicação do clássico *A Motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos* (1980), de Maria Vicentina Dick, e tem como objetivo a introdução da ótica ecocêntrica nos estudos toponímicos em território brasileiro. A proposta articula uma leitura crítica e renovadora de princípios da toponomástica tradicional, amplamente difundida no Brasil por meio da abordagem dickiana, à apresentação de um modelo alternativo vinculado à ecolinguística, plataforma teórica que mostrou fornecer o amparo mais adequado devido à relevância que a toponímia e o problema da nomeação adquirem no seu escopo teórico.

Trata-se de uma abordagem que busca a manutenção do arcabouço terminológico consolidado pela tradição, mas com a compreensão do desequilíbrio e assimetria existente entre as interações que geram cada topônimo, considerado que a toponímia não é um sistema de paridades já que cada topônimo advém de uma cadeia de processos. Isso exige o uso de diferentes estratégias analíticas para a compreensão e, principalmente, representação das multiplicidades de processos que envolvem a nomeação de lugares, rompendo com a ótica estruturalista da abordagem dickiana que, na maioria das vezes, tem incorrido na supervalorização da lógica de um modelo taxonômico padronizado em detrimento da descrição da imensa rede de processos subjacentes.

Apresenta-se como abordagem experimental, o estudo das redes toponímicas, análise dos topônimos a partir de parâmetros semântico-ecológicos, especificamente as redes relacionadas às interações homem-animal, tomando como base teórica os princípios da toponomástica tradicional sob a ótica da ecolinguística, consolidando o que se chamará aqui de ecotoponomástica. O *corpus toponymicum* foi extraído de três mapas anônimos da Capitania da Bahia de Todos os Santos disponíveis no *Acervo Digital da Biblioteca Nacional*, com datação fixada entre os anos de 1761 e 1807². A transcrição dos topônimos e identificação das entidades geográficas foi feita por Santiago (2021), ao realizar a primeira descrição do *corpus* a partir de um estudo que buscou revisar os parâmetros de análise do enfoque tradicional,

¹ A identidade visual e a elaboração do site foi também realizada pelo autor desta tese.

² Os mapas não apresentam datação. A fixação dos marcos temporais, assim como a possível autoria de Anastasio de Santa Anna, foi realizada por Havre (2019), ao analisar aspectos cartográficos, filológicos e históricos.

evidenciando as limitações existentes na perspectiva idealista em descrever a complexidade dos processos nominativos.

A coordenação da discussão teórico-metodológica com o estudo experimental constitui-se na substância a ser convertida em forma no portal CTB, cuja elaboração consiste no produto desta tese. A plataforma tem por objetivo hospedar uma diversidade de ferramentas digitais de estrutura aberta, com possibilidade de ampliação e atualização de estudos subsequentes: o *Acervo Digital de Documentos Históricos para Estudos Toponímicos* (ADHET), com edição e crítica filológica de fontes para o estudo toponímico; o *Dicionário Toponímico Ecológico Histórico da Bahia*, com verbetes estruturados considerando os aspectos ecolinguísticos e filológicos da toponímia baiana; além de outras ferramentas a serem estruturadas futuramente como um atlas digital, um banco de dados e uma biblioteca digital com recursos hipermidiáticos. O trabalho une reflexões do campo das humanidades digitais (HD), voltadas ao desenvolvimento edições e plataformas digitais, como das humanidades ambientais (HA), especialmente da ecolinguística, tendo a toponomástica como ponto de intersecção entre as duas grandes áreas.

A construção de um produto dessa dimensão, para além dos desafios tecnológicos, requer a concepção de uma arquitetura complexa que considere a natureza dos dados, fenômenos e processos a serem performados no palco digital. Os topônimos, nomes próprios de lugar, são itens lexicais cuja interpretação depende de uma série de informações linguísticas e extralinguísticas. Nesse sentido, a apresentação dos dados linguísticos sem a devida contextualização implica em leituras parciais e, muitas vezes, distorcidas dos processos de nomeação, ao recortar uma imagem não realista da toponímia e simplificar a complexidade dos seus processos constitutivos. Essa situação é ocasionada não somente por uma presumida supervalorização da estrutura linguística por parte de muitos toponimistas, mas pelas limitações impostas pelos formatos dos produtos gerados, principalmente no que diz respeito ao fator tecnológico. Cabe sinalizar que o potencial dos ambientes digitais para a democratização do conhecimento toponímico tem sido subestimado, focalizando um público mais acadêmico em vez de estabelecer um diálogo com os mais diferentes perfis de usuário. Assim, a produção de um portal dessa amplitude vem contribuir para o preenchimento de uma lacuna no âmbito dos estudos toponímicos a nível local, nacional e internacional, com a sua inclusão nas variadas instâncias que integram a agenda das humanidades digitais.

Todavia, antes de se pensar os recursos digitais para organização, armazenamento e disponibilização de dados, é necessária a revisão dos princípios teóricos e metodológicos que

conduzirão esta tarefa. No campo da toponomástica brasileira, a abordagem canônica fundamenta-se nos princípios teórico-metodológicos articulados por Vicentina Dick e sistematizados em sua tese intitulada *A Motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos* (1980). A tese representa um marco nos estudos toponímicos brasileiros, ao possibilitar a uniformização metodológica e, em seguida, a proposição de uma agenda nacional: a elaboração do *Atlas Toponímico do Brasil* (ATB).

Ao longo das mais de quatro décadas que seguiram a sua publicação, a abordagem passou por algumas alterações como a ampliação do inventário taxonômico sistematizado pela autora, a discussão sobre o uso de *corpora* históricos, com destaque para o trabalho realizado pelo *Atlas Toponímico de Minas Gerais* (ATEMIG), a dicionarização de topônimos, com o *Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul* (ATEMS), o estudo da toponímia em línguas de sinais, no âmbito do *Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira* (ATAOB) e do *Atlas Toponímico da Bahia* (ATOBAB), o ensino de toponímia, pelo *Atlas Toponímico de Tocantins* (ATT), a abordagem crítica, pelo *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo* (ATESP), dentre outros.

Apesar dos inúmeros ajustes implementados por grupos de pesquisa e por pesquisadores, considerando as particularidades de alguns trabalhos realizados, ainda é necessário avançar no sentido de reconhecer que a abordagem de Dick (1980; 1990; 1992) não dá conta da totalidade dos problemas que envolvem a toponímia, sendo necessária a revisão dos princípios teóricos postulados pela autora, bem como o desenvolvimento de metodologias e modelos alternativos. Partindo desse objetivo, se propôs, anteriormente, o resgate do método de análise dos mecanismos de nomeação (Santiago, 2021; 2024) para descrever a toponímia colonial baiana, estratificando-a para além da tradicional classificação taxonômica. Entretanto, ainda que houvesse partido de outro método de descrição e uma abordagem mais empírica dos dados, notou-se que o modelo aplicado também resvalou nos antigos problemas de classificação provenientes da mesma raiz estruturalista que afeta a taxonomia organizada por Dick (cf. p. 64), assim como os sistemas classificatórios aplicados em outros países.

A conclusão a que se chegou é de que uma abordagem alternativa da toponímia deveria emergir de uma visão não estrutural do objeto, abandonando o pensamento idealista e arborescente, que tem como finalidade a classificação categórica e apresenta dificuldades com realidades multiformes como a toponímica, tendo uma certa tendência ao reducionismo. Isso não significa que seria necessário abandonar o uso da taxonomia tradicional ou de quaisquer outras abordagens classificatórias, pois o problema não está diretamente relacionado às

categorias, mas ao modo como elas são aplicadas. Romper com a abordagem estrutural nos estudos toponímicos implica em entender que a forma *igreja* pode ser, ao mesmo tempo, um hierotopônimo³ e um sociotopônimo⁴, pois a separação destas categorias se dá por um detalhe puramente metodológico, ou que as barreiras entre motivações de natureza física e antropocultural não são estanques como postula a abordagem tradicional, havendo zonas de convergência entre elas, criadas pela atuação das mesmas forças sociais (Sapir, 1912). É necessário que o estudo toponímico se torne mais flexível em termos de classificação, sendo orientado pelo aspecto múltiplo e pela lógica não linear do objeto, cartografando conexões em diferentes sentidos, ressaltando particularidades e multiplicidades em detrimento de simplificações que favorecem o enquadramento em uma ou outra categoria. Os modelos taxonômicos serviriam, nesse sentido, como mais uma das estratégias de agrupamento e descrição que auxiliariam na interpretação dos processos de nomeação, não mais como uma finalidade para o estudo toponímico, como tem sido tratada em grande parte dos casos.

Nessa atividade revisionista, buscou-se também, além do avanço no sentido metodológico, uma progressão teórica que ampliasse os horizontes da pesquisa, não só na implementação de uma nova ótica capaz de ressignificar a leitura a ser feita da toponímia, mas que favorecesse o desenvolvimento de uma visão potencializadora do objeto, propiciando um maior retorno social. A ecotoponomástica, perspectiva ecolinguística da toponomástica, foi o caminho que aparentou ser o mais promissor por diversas razões: a atenção dada pela ecolinguística a problemas caros à toponomástica, como a interação com o meio ambiente e a visão pragmática e holística que se tem dos dados linguísticos; o olhar crítico que permeia a disciplina, no que concerne aos problemas ambientais; e o compromisso ético que tem sido adotado pelas humanidades ambientais, contribuindo para a mudança de pensamento em relação ao nosso lugar dentro do ecossistema, ao se dispor a avaliar os impactos gerados por nossas interações ou inter-relações com os ambientes, tendo a língua como instrumento de mediação.

O ano de 2025 é um marco no debate das questões ambientais para o Brasil, sede da 30ª *Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima* (COP30) e centro das atenções no combate à crise climática e no desenvolvimento sustentável. Esse fato ressignifica o trabalho aqui apresentado, reforçando a necessidade da atuação não apenas no contexto de descrição da formação da toponímia baiana por um prisma ecológico e

³ Topônimo de motivação religiosa (Dick, 1992).

⁴ Topônimo motivado em locais de sociabilidade e atividades laborais (Dick, 1992).

crítico, mas a recodificação destes conhecimentos para uma plataforma digital, que possibilite, futuramente, a sua aplicação didática, por meio da fruição de recursos hipermediáticos, como imagens, vídeos, mapas digitais e materiais didáticos. Esses recursos poderão ser utilizados por estudantes, professores e professores em formação para a promoção da educação ambiental a partir da toponímia, colaborando para a revisão do nosso sistema de valores e impactando na (trans)formação das gerações futuras.

A pesquisa articula, portanto, tradição e inovação nos estudos toponímicos brasileiros. No campo da tradição figura aqui não como uma reprodução acrítica do modelo dickiano, mas a revisão de conceitos relevantes para a sua concepção de toponímia, e.g. a visão dicotômica de ambiente, o princípio da sistematicidade toponímica. No que concerne à inovação, por outro lado, buscou-se apresentar contribuições que pudessem fornecer outra ótica para a toponomástica e um avanço na focalização de aspectos que, em geral, foram marginalizados pela tradição dos estudos toponímicos brasileiros, os quais se encontram “[...] carentes de abordagens teóricas e metodológicas alternativas que façam, de certo modo, avançar a tradição rumo à inovação” (Carvalhinhos; Lima, 2023, p. 3).

Cabe ressaltar também a contribuição desta pesquisa no âmbito local, por meio do resgate da memória da toponímia baiana. Nesse sentido, o trabalho soma-se aos esforços do ATOBAH, que tem se dedicado à catalogação e estudo dos topônimos baianos a partir de dados oficiais (Abbade, 2016)⁵, acrescentando outras vozes que integram o diassistema toponímico, demonstrando o seu aspecto dinâmico e pluricêntrico. O confronto desses dados possibilita uma visão mais abrangente da realidade toponímica do estado, assim como os diferentes conflitos existentes na formação do seu estágio atual. A perspectiva ecolinguística atrela essa história linguística à história ambiental do estado e à reflexão das diferentes interações ocorridas entre os animais humanos e os ambientes que integram o território baiano, direcionando os olhares para a trajetória percorrida até aqui e os caminhos que podem ser trilhados em um futuro próximo. Esse olhar crítico, ecocêntrico e atento às dinâmicas entre passado e futuro é o que esta pesquisa pretende suscitar nas novas gerações de baianos, por meio da publicação da plataforma.

A tese está estruturada em 6 seções. A primeira consiste nesta *Introdução*. Em seguida, na seção 2, intitulada *A ecologia dos nomes de lugar*, subdividida em quatro subseções: na seção 2.1, *Fundamentos para uma ecotoponomástica*, discute-se questões que envolvem a

⁵ O banco de dados do ATOBAH é alimentado por dados dos mapas da SEI/BA, dados e mapas do IBGE, documentos com as seções eleitorais TRE/BA e do DOE/BA.

pesquisa em ecotoponomástica, campo interdisciplinar emergente que une a toponomástica à ecolinguística, e como os dois campos podem se articular no domínio teórico e metodológico. Na seção 2.2, *O continuum entre ambientes*, discute-se sobre a diferença entre a noção de ambiente referencial baseada em Sapir (1912), comumente aplicada aos estudos toponímicos (Dick, 1980; 1990; Marcato, 2009), e a perspectiva tricotômica e holística adotada pela ecolinguística (Couto, 2007; 2009), bem como as contribuições de sua aplicação à toponímia. Na seção 2.3, *As redes toponímicas: um enfoque rizomático*, discute-se sobre as limitações do legado estruturalista das diferentes abordagens classificatórias da toponomástica tradicional e sua incompatibilidade com o caráter assimétrico da toponímia, apresentando, sem seguida, a abordagem das redes toponímicas sob a ótica do rizoma de Deleuze e Guattari (1995).

Na seção 3, *Confluências entre filologia e toponomástica*, discute-se sobre o trabalho interdisciplinar que se inicia na leitura filológica das fontes, considerando as questões norteadoras da abordagem da cultura escrita dos mapas, como as características da sua produção, seus aspectos históricos e sua materialidade, assim como os critérios para a sua edição. Na seção 3.1, *Mapas da capitania da Bahia de Todos os Santos*, apresenta-se a leitura filológica dos mapas, descrevendo os aspectos da materialidade e ponderando acerca da interferência destes aspectos na análise linguística, especialmente da motivação semântica dos topônimos.

Na seção 4, *As redes toponímicas na Bahia colonial*, são apresentadas as redes toponímicas analisadas relativas às interações animais humanos-não humanos. Na seção 4.1, *Taxonomia toponímica*, discute-se sobre as categorias de classificação sistematizadas por Dick (1980; 1990; 1992), considerando as questões que envolvem o processo de classificação e as principais dificuldades envolvidas. Na seção 4.2, *Redes toponímicas de ordem zoológica*, são observadas em um estudo experimental as relações entre animais humanos e não humanos que se projetam na toponímia, considerando as diferentes interações linguísticas e não linguísticas que motivam a atribuição dos nomes, assim como avalia-se as relações construídas entre homem e ambiente no contexto colonial baiano a partir da análise de 23 topônimos.

Na seção 5, *Corpus toponymicum Bahiae: portal histórico e ecológico da toponímia baiana*, apresenta-se o portal toponímico, os princípios teóricos subjacentes, os recursos e as ferramentas desenvolvidas. Na seção 5.1, *A ararinha-azul e a construção da identidade visual*, detalha-se o processo criativo que deu origem ao leiaute do portal e dos produtos derivados, tomando ararinha-azul como símbolo para reafirmar os princípios éticos que norteiam a plataforma. Na seção 5.2, *Acervo digital de documentos históricos para estudos toponímicos*

(ADHET), apresenta-se o acervo digital e suas funcionalidades, além dos critérios para a edição dos mapas históricos para o acesso aos dados dos topônimos (cf. seção 5.2.1, *Edição digital dos mapas históricos*). Na seção 5.3, *Dicionário toponímico histórico ecológico da Bahia*, discute-se sobre a proposta de um dicionário toponímico histórico, com vasta base documental, e ecológico, com princípios ecocêntricos, além de detalhar a estrutura do dicionário, na seção 5.3.1, *Estrutura do DTHEB*. Ao fim, são feitas as considerações finais sobre as contribuições da pesquisa para a renovação do escopo teórico-metodológico da toponomástica brasileira e as perspectivas futuras para o portal CTB, na seção 6.

2 A ECOLOGIA DOS NOMES DE LUGAR

O nome próprio emerge a partir de interações complexas entre os falantes e os elementos integrantes dos ambientes que os cercam, sejam eles concretos ou abstratos. Essa inegável premissa fez a onomástica, disciplina linguística que estuda os nomes próprios, adotar, e acentuar cada vez mais ao longo dos anos, uma postura interdisciplinar que possibilitasse desvelar as múltiplas camadas componentes do processo de nomeação, já que era necessário conhecer as diferentes nuances da relação do nomeador com a entidade nomeada e os ambientes motivadores para compreender a dinâmica da atribuição e uso dos nomes. A experiência comprovou que os sistemas onomásticos são formados e transformados por essas interações, cristalizando em cada processo denominativo as perspectivas, atitudes e crenças dos falantes em relação a cada entidade nomeado e motivadora.

É atividade da onomástica a descrição dos eventos individuais de nomeação, bem como de padrões cognitivos, culturais e históricos que os condicionam e à sua organização enquanto um subsistema lexical. Nesse sentido, uma das principais tarefas atribuídas à disciplina “[...] consiste em identificar um sistema de nomes próprios em relação a um sistema de nomes comuns⁶” (Marcato, 2009, p. 13). A caracterização dessa arquitetura é uma tarefa trabalhosa, que engloba a catalogação e descrição das diferentes categorias que podem ser consideradas nomes próprios; a contextualização das dinâmicas de nomeação e uso de cada uma das categorias de nomes, ressaltando processos arquetípicos e variáveis; e o contraste do comportamento desse conjunto lexical em detrimento dos nomes comuns. Todas essas tarefas partem da análise individual dos nomes próprios e a composição *corpora* que possibilitam a determinação de parâmetros coletivos locais e universais.

As unidades lexicais que fazem parte do escopo da onomástica não são um grupo homogêneo. Vaxelaire (2005) apresenta um quadro tipológico extenso que abrange nomes tradicionais, topônimos, antropônimos, etnônimos, manifestações naturais, agrupamentos humanos etc. No entanto, dentre os ramos da onomástica, três campos obtêm maior destaque: a antroponomástica, que estuda os nomes próprios de pessoa; a toponomástica, que estuda os nomes próprios de lugar; e a onomástica ficcional, que estuda os nomes em obras literárias, cinema, teatro. Cada uma dessas disciplinas apresenta métodos próprios de investigação, visto que seus objetos de análise são gerados a partir de contextos particulares. Mesmo assim, muitos investigadores têm se debruçado sobre *corpora* de nomes próprios com o intuito de determinar

⁶ Texto original: “[...] consiste nell’individuare un sistema di nomi propri rispetto a un sistema di nomi comuni.

características prototípicas da categoria, como a ausência de determinante, impossibilidade de singularização, identificação referencial direta etc. (Motschenbacher, 2020).

O topônimo, nome próprio de lugar, apresenta como traço saliente a motivação semântica. Esse aspecto, no entanto, não lhe é exclusivo e tampouco capaz de diferenciá-lo frente as demais lexias da língua⁷, as quais também se caracterizam por serem diacronicamente motivadas e sincronicamente arbitrárias, de forma total ou parcial. Por outro lado, ele direciona o trabalho do toponimista, quem busca primeiro delimitar as fronteiras da motivação semântica para descrever um processo denominativo, já que o significado do topônimo é, preliminarmente referencial⁸, o que impossibilita uma análise do significado *in abstracto*, nos moldes convencionais aplicados às unidades lexemáticas. É importante lembrar que, apesar de não possuir um significado *in abstracto*, armazenado na memória semântica, o topônimo adquire contornos semânticos e usos específicos no nível discursivo, aspecto pouco explorado pela toponomástica tradicional.

Estudar a nomeação topomímica é, antes de tudo, buscar uma imersão nos ambientes que a motivam, conhecendo os diferentes aspectos da cultura denominativa, bem como as interações estabelecidas entre o nomeador, a comunidade de fala, a entidade nomeada e a entidade motivadora, continuamente atravessadas pelos mecanismos normativos de organismos oficiais. É nesse sentido, que se adota neste trabalho o termo ecotoponomástica para referir-se ao campo de estudo interdisciplinar que se ocupa em observar a nomeação como fruto das interações denominativas a partir de uma abordagem ecológica, considerando de forma holística os diferentes ecossistemas, e.g. mental, social e físico, com seus respectivos ambientes, transcendendo uma abordagem puramente referencial, que categoriza as relações com os ambientes apenas pelo significado das entidades motivadoras.

Do ponto de vista terminológico, é comum no Brasil⁹ a utilização do termo toponímia para designar a área de estudo e também o conjunto de topônimos de uma determinada área geográfica. Entretanto, adota-se neste estudo a postura que tem sido seguida a nível internacional, recomendada na lista de termos onomásticos, produzida pelo *International*

⁷ Diferente do postulado por Dick (1990), ao afirmar que o topônimo é essencialmente motivado enquanto os demais signos podem ou não ser motivados.

⁸ Sabe-se que o topônimo adquire significado também no discurso, que vai muito além da sua função canônica de designador rígido (cf. Van Langendonck, 2007). Do ponto de vista pragmático, nenhum item lexical possui um significado *a priori*, mas o constrói no ato de fala e o topônimo não é uma exceção.

⁹ Tanto no Brasil, como no exterior, é comum ainda encontrar os termos sendo usados como sinônimos (Seabra e Isquerdo, 2018), influenciados, principalmente, pela contínua retomada da bibliografia tradicional. Apesar disso, cabe destacar o uso recente tanto do termo toponomástica (Cabraia; Seabra, 2025), como antroponomástica (Amaral; Seide, 2020) ou de ambos Hough (2016).

Congress of Onomastic Sciences (ICOS, 2011) com a intenção de desfazer a ambiguidade terminológica existente, distinguindo a toponímia, conjunto de topônimos de uma determinada área geográfica, da toponomástica¹⁰, disciplina que estuda estes nomes. No que concerne aos adjetivos, toponomástico e toponímico, considera-se que ambos podem ser utilizados, visto que há casos análogos para os dois exemplos: estudo toponomástico, adjetivo derivado da disciplina, assim como em estudo lexicológico, dialetológico, fraseológico, fonológico, ou estudo toponímico, derivado a partir do objeto, como em estudo lexical, dialetal, textual.

O prefixo eco- demarca a vinculação à ecolinguística, especialmente à linguística ecossistêmica, desenvolvida pela Escola Ecolinguística de Brasília, mas não exclusivamente. O prefixo vem sendo adotado por diferentes áreas do campo das ciências humanas para demarcar ora a relevância de aspectos do meio ambiente para o estudo de um dado objeto, ora uma atitude crítica assumida diante dos problemas ambientais. Nesse contexto, pode-se mencionar áreas como a ecocrítica (literatura), ecossociologia (sociedade), ecofeminismo (feminino em diferentes instâncias), ecopsicologia (comportamento) etc., sem mencionar outros casos em que o termo ambiental é utilizado em seu lugar para designar abordagens ecológicas, como na história ambiental, educação ambiental, geografia ambiental. O surgimento desses campos de estudo, designados sob o termo guarda-chuva humanidades ambientais, aconteceu no fim do século XX, na chamada virada ecológica, como resultado de uma crescente preocupação com as perturbações que afetam os ecossistemas como a poluição, o aquecimento global, a extinção das espécies, o esgotamento dos recursos naturais, a crise energética. No âmbito das letras, o prefixo também advém de uma tomada de consciência do papel da língua como instrumento de preservação e destruição, assim como da sua responsabilidade na consolidação do pensamento antropocêntrico, pedra angular do comportamento destrutivo que vem causando danos irreversíveis ao planeta.

Todavia, como já mencionado, o estudo da toponímia tem sido feito ao longo do tempo considerando os fatores ambientais. Não seria algo redundante falar em ecotoponomástica? A resposta será negativa se são considerados pelo menos três argumentos: o primeiro tem a ver com o desenvolvimento teórico da ecolinguística, que tornou-se mais complexa do que a perspectiva germinal de Edward Sapir, voltada principalmente ao ambiente referencial¹¹, que

¹⁰ Apesar de ser uma recomendação recente, o termo é empregado desde a formação da disciplina, quando Longnon, um dos seus precursores, referiu-se à *Toponomastique générale* em uma série de conferências realizadas em 1879.

¹¹ Dentre essas mudanças, podemos citar: a introdução do ambiente mental; a ampliação da perspectiva social, que passa a abranger as relações entre as comunidades de fala; sem mencionar o próprio conceito de língua, visto na linguística ecossistêmica não apenas como um sistema compartilhado, mas como interação (Couto, 2007; 2009).

possibilitou a consolidação de um arcabouço teórico estruturado e terminologia própria; o segundo envolve o fato de existir uma tendência em concentrar os estudos ecológicos da toponímia na vertente etnográfica (Couto, 2007; Nash, 2013), no entanto, apesar da ecotoponomástica ser, por excelência, etnotoponomástica, é relevante destacar que há a possibilidade de um trabalho ecológico voltado à topônimos de diferentes comunidades de fala, partindo da micro até alcançar a macrotoponímia, bem como a necessidade de uma incursão histórica que distancia-se do método etnográfico por ser uma abordagem geral; e o terceiro parte do uso mais estrito do prefixo eco- que se encontra atrelado ao pensamento crítico sobre a relação entre o homem e a natureza, centrando-se no debate acerca da preservação ambiental.

A ecotoponomástica se apresenta como um campo interdisciplinar com diferenças substanciais da abordagem do ambiente feita pela toponomástica tradicional. Apesar do uso do prefixo eco- como identificador da articulação entre os dois campos, a toponomástica e a ecolinguística, ressaltando que se trata de uma proposta alternativa para o estudo toponímico, é importante lembrar que a proposta não rompe completamente com a toponomástica tradicional, no sentido de haver um aproveitamento de pautas cruciais e da terminologia consagrada. Pelo contrário, o que se pretende em termos de continuidade é a reavaliação de noções já consolidadas que podem ser reinterpretadas à luz de uma teoria própria sobre o ambiente, como é a ecolinguística, mas que podem impactar tanto a vertente tradicional, como outras correntes alternativas. Assim, a ecotoponomástica, ao mesmo tempo em que toma um direcionamento diferente da abordagem tradicional, lhe possibilita oportunidades de revitalização ao lançar-lhe novos olhares, encorajando uma revisão sistemática de ideias que se encontram profundamente enraizadas.

Nesta seção, discute-se sobre os princípios teóricos que orientam o enfoque adotado. Primeiro, é feita uma contextualização de conceitos-chave no âmbito da toponomástica e a revisão de noções fundamentais da ecolinguística e sua aplicabilidade para os estudos toponímicos, avaliando alguns dos princípios básicos da linha tradicional, em especial, os postulados por Maria Vicentina Dick (1980; 1990; 1992), considerando a sua relevância e projeção no território brasileiro. Ao final da seção, discute-se, sob o viés rizomático de Deleuze e Guattari (1995), o aspecto assimétrico da toponímia e o método das redes toponímicas, evidenciando as contribuições que podem trazer para uma leitura ecológica crítica da toponímia e a possibilidade de flexibilização dos parâmetros descritivos tradicionais.

2.1 FUNDAMENTOS PARA UMA ECOTOPONOMÁSTICA

A toponomástica é o ramo da onomástica que se volta ao estudo dos nomes próprios de lugar, os topônimos. Ela se articula em duas dimensões, a teórica e a descritiva¹², com objetivos específicos em tese, mas que se desenvolvem *pari passu* na prática. A primeira ocupa-se do processo de interpretação dos topônimos em um plano abstrato, conciliando discussões relativas a problemas particulares que envolvem os signos toponímicos com dos demais nomes próprios: a nomeação e os fenômenos correlacionados, como a motivação, a variação e a mudança, bem como a atuação costumeira dos principais fatores condicionantes, e.g. físicos, cognitivos, culturais, ideológicos. É uma abordagem do nome próprio de lugar em sua condição de categoria linguística, que busca estabelecer generalidades em torno da nomeação toponímica e especificidades ao contrastá-la com os demais sistemas onomásticos e o léxico como um todo, alargando, neste percurso, a própria noção de nome próprio e de nomeação. Seus objetivos encontram-se em relação de interdependência com o desenvolvimento dos diferentes ramos da onomástica e da caracterização do nome próprio e seu funcionamento particular (Stewart, 1953; Marcato, 2009).

A segunda, por outro lado, ocupa-se da descrição toponímica geográfica e historicamente localizada, considerando toda uma ecologia do contato linguístico e cultural. Cabe a toponomástica descritiva, conhecer a realidade toponímica da área focalizada, elencando os fatores que atuam no delineamento do seu perfil denominativo, composto pelos arquétipos e as variáveis toponímicas identificadas, estruturar modelos descritivos prévios, aplicá-los e, posteriormente, revisar e reestruturar modelos de análise para incluir fatores significativos ou remover os inexpressivos, conforme é possível ver no trabalho desenvolvido por Stewart (1954; 1970; 1975) na formulação e reformulação de um modelo de classificação dos mecanismos de nomeação toponímica. O seu trabalho pode partir de um *corpus toponymicum*¹³ amplo ou restrito, sendo que os trabalhos de maior abrangência geralmente fornecem uma visão panorâmica que peca pela incorrência de um olhar uniformizador, enquanto *corpora* menores possibilitam a observação de toda uma cadeia de problemas que atravessam um topônimo ou conjunto de topônimos. Esse fato torna indispensável o estabelecimento de agendas que busquem integrar o olhar quantitativo com o detalhamento e a criticidade possibilitada pelos

¹² Divisão baseada em Lyons (1987), que ressalta o fator descritivo, não prescritivo ou normativo, da linguística (Santiago, 2021). A toponomástica descritiva se opõe ao trabalho normativo executado pelos organismos oficiais.

¹³ O termo é utilizado por Trapero et al. (1997) e Labanc (2019) para designar um *corpus*, conjunto seletivo de topônimos.

estudos mais acurados, descrevendo de modo progressivo a ampla trama de interações e inter-relações que envolvem os nomes de lugar.

A disciplina ocupa-se em analisar os processos de nomeação desde um contexto muito particular, a atribuição de um item lexical a um referente específico, a processos que envolvem uma rede de nomes, como tendências e especificidades denominativas, suas motivações físicas, cognitivas, culturais, sociais e históricas; o conflito ideológico entre organismos oficiais e falantes comuns, assim como grupos socioculturais; a mudança toponímica, que pode se dar pela transformação fonética ou morfológica do significante ou pelo processo de renomeação, resultando tanto na substituição do nome como no surgimento de nomes alternativos e paralelos¹⁴, além de restrições de uso e pela via da paratimologia¹⁵. O estudo detalhado dos diversos problemas que envolvem a toponímia, o conjunto de nomes próprios de uma determinada área geográfica, é o objetivo principal da toponomástica. A diversidade semântica imposta pelo multilinguismo e pela variação no interior do sistema semântico de cada língua torna o trabalho da toponomástica dificultoso e nunca definitivo, sendo necessário sempre confrontar interpretações semânticas divergentes e revisitar hipóteses denominativas, que podem mudar completamente a partir da identificação de novas fontes documentais.

O topônimo é o objeto estudo da toponomástica em sua feição individual. Trata-se de um item lexical de estrutura complexa formada pelo genérico, o elemento não fixo do sintagma toponímico, geralmente uma forma de palavra (e.g. *lagoa*, *rua*, *monte*) utilizada para designar a categoria a qual pertence a entidade nomeada, e um elemento específico, o elemento mais ou menos estável do nome, que especifica a entidade nomeada, podendo ser uma forma de palavra ou um sintagma congelado (*São Paulo*, *Getúlio Vargas*, *Vai Quem Quer*). Consiste na interação linguística entre homem e lugar que articula as funções de designador rígido, liga-se a uma entidade específica, e de caracterizador semântico, relaciona a entidade nomeada a uma entidade motivadora, que pode apresentar uma relação orgânica/pré-existente ou não, sendo a relação uma construção projetada pelo nomeador, geralmente com a intenção de introduzir uma marca ideológica (Dick, 1998), como é comum em uma parcela significativa de hiero e antropotopônimos¹⁶.

¹⁴ Designa-se topônimos paralelos quando as variantes concorrentes são de origem popular e oficial, enquanto a toponímia alternativa consiste na existência de formas variantes reconhecidas pelos organismos oficiais (Dorion; Poirier, 1975).

¹⁵ Fenômeno desconsiderado no contexto brasileiro por conta da rejeição de Dick (1980; 1990; 1992) ao modelo Stewart (1954), por considerar que este fenômeno não ocorre no Brasil, o que tem sido refutado recentemente (Santiago, 2021; 2024).

¹⁶ Topônimo motivado em nome próprio de pessoa (Piel, 1949 *apud* Costa, 1975).

O termo toponímia é usado para designar objeto de estudo da toponomástica em sua feição coletiva, tanto do ponto de vista teórico, quanto descritivo. A toponímia é entendida tradicionalmente como o conjunto de topônimos que designam referentes de uma área geográfica delimitada. A delimitação desta área geralmente obedece às fronteiras correspondentes aos limites administrativos estabelecidos pelos organismos oficiais, nesse sentido, é possível falar em uma toponímia brasileira, em maior escala, ou em uma toponímia baiana, mineira, em menor escala. Por outro lado, é comum também se pensar a toponímia considerando o seu estrato linguístico de origem, havendo uma toponímia tupi, portuguesa, bororo etc. Também é possível recortar a toponímia do ponto de vista cronológico, toponímia colonial, moderna, medieval, e social, toponímia oficial, paralela, popular.

Apesar da flexibilidade que há em torno do uso do termo toponímia, é necessário ressaltar o que caracteriza este objeto em termos teóricos é a sua essência plural, ou seja, o objeto toponímia não apenas pode figurar como as várias realidades mencionadas, mas corresponde ao complexo multiforme constituído por todas elas simultaneamente. A toponímia consiste, portanto, na abstração de um conjunto de topônimos atribuídos a uma determinada área geográfica, conformado em uma base multilinguística, por vários estratos linguísticos, e multissistêmica, por várias normas, as quais coexistem ao se fixarem no plano diatópico, diastrático, diafásico e diacrônico. Entende-se, portanto, a flexibilidade no uso do termo está atrelada à necessidade de se utilizar um dos critérios, seja de proveniência linguística, geográfico, social, cronológico para possibilitar recortes manuseáveis do objeto teórico.

Outro termo utilizado para referir-se ao objeto de estudo da toponomástica é léxico toponímico, este uso, porém, evoca a toponímia na condição de categoria cognitiva, com especificidades que a diferem do léxico geral. Já a parcela internalizada na memória episódica dos falantes, com função primariamente referencial e processada segundo regras sintáticas próprias, denomina-se léxico toponímico mental (LTM) ou vocabulário toponímico (ICOS, 2011). Esse se diferencia da noção de toponímia por limitar-se ao conteúdo individual, armazenado na mente de um único falante, reunindo apenas uma parcela da toponímia da área geográfica a que pertence somada a diversas outras realidades toponímicas memorizadas por meio da experiência, aproximando-se à noção de *onomasticon*: “[...] a parte própria do nosso léxico mental [...]”¹⁷ (Nyström, 2016, p. 41). O LTM também se distribui entre o vocabulário passivo e ativo, havendo em nosso cérebro a estocagem multidesignativa, registrando tanto os topônimos que usamos (variante ativa), quanto os que apenas reconhecemos como designador

¹⁷ Texto original: [...] the proprial part of our mental lexicon [...].

geográfico (variante passiva). É a partir desse processo de acumulação que ocorre no léxico toponímico mental que se originam os corotopônimos¹⁸, por exemplo.

Cabe aqui também diferenciar toponímia, LTM e *corpus toponymicum*, sendo este último um conjunto fechado de dados empíricos, relacionado a uma restrição material. O termo *corpus toponymicum* refere-se aos dados coletados pelo pesquisador para o estudo da toponímia, a partir de uma fonte (simples) ou mais fontes documentais (múltiplo). O primeiro uso corresponde a um ato de fala/escrita individual, que irá refletir características da norma e *scripta* do falante, bem como restrições próprias da tipologia do documento em que se encontra registrado, comentários em redes sociais, gravação em áudio, carta, texto literário, mapa, documentação oficial etc. O segundo diz respeito ao conjunto documental ordenado pelo toponimista, formado por mais de um ato de fala/escrita, refletindo não apenas o uso individual, mas um conjunto representativo de uma norma toponímica ou das diferentes normas de uma realidade toponímica específica. Nesse segundo grupo também se enquadram os bancos de dados, que devem buscar ser um reflexo mais fidedigno possível da toponímia que objetiva retratar.

Ao lidar com a junção de *corpora toponymica*, é necessário considerar o fato de que os topônimos são usados em práticas discursivas concretas, que lhe impõem restrições em cada contexto comunicativo, em seu emprego de documento para documento. Deve-se observar não apenas a sua restrição filológica¹⁹, em atos de escrita, mas o fato de que a variação toponímica é também social e vai apresentar diferenças estruturais no conflito entre as normas oficial/não oficial/popular, expressas também em atos de fala. A idealização desses dados, ou seja, a descorporificação da língua diante da materialidade na qual seu registro encontra-se manifesto, espelha um reflexo distorcido da realidade toponímica, principalmente, quando interpretados do ponto de vista estatístico.

Há um *continuum* existente entre o oficial, a toponímia criada ou confirmada pelos organismos oficiais; não oficial ou culta, a toponímia consolidada em veículos de comunicação como imprensa, redes oficiais, literatura e, até mesmo, na documentação oficial, porém não fixada a partir de um decreto de lei; e popular, a toponímia criada e usada de forma espontânea. Esses níveis não apresentam limites claros, principalmente na zona intermediária, bem como não gozam de estaticidade, o que possibilita a migração de formas antes consideradas oficiais para o domínio popular e vice-versa. O caráter variável e diassistêmico da toponímia, em

¹⁸ Topônimos motivados em nomes de países, cidades etc. (Dick, 1992).

¹⁹ A filologia é a ciência que estuda o texto integrado aos aspectos linguísticos, materiais e sócio-históricos e prepara edições considerando estes aspectos.

diferentes níveis, exige que a toponomástica adote uma postura descritiva, de cunho filológico, considerando as múltiplas manifestações dos topônimos nos textos, não se baseando apenas nos registros em documentos oficiais e em históricos informados por fontes secundárias. A toponomástica deve evitar uma atitude projetiva, partir de uma parcela dos dados e considerá-los como representativos, ou prescritiva, prescrevendo normas ou estimulando o discurso que provoque o apagamento desta realidade, prática adotada por organismos oficiais que, entretanto, não pode ser incorporada à atividade científica.

A revisão conceitual e adoção de uma abordagem empírica (ou filológica), descritiva, social e crítica é o primeiro passo para a revitalização da toponomástica tradicional e construção de uma base sólida para a formação da ecotoponomástica, a toponomástica conciliada à ecolinguística. A ecolinguística é uma corrente teórica relativamente recente, se comparada com abordagens mais consolidadas como o estruturalismo, o gerativismo e a sociolinguística, e pouco acolhida, principalmente no Brasil, se for levado em consideração que teorias que se consolidaram em um período próximo têm alcançado uma maior quantidade de adeptos, o que é o caso da linguística cognitiva, por exemplo. Esses aspectos e o fato da ecolinguística ser um campo teórico que converge princípios da linguística e da ecologia, áreas vistas como totalmente dissociadas, contribuem para que ela ainda hoje seja recebida com relativa perplexidade pelos demais linguistas (Stibbe, 2015). O seu olhar crítico diante das questões ideológicas que envolvem os problemas ambientais, no entanto, a tem feito prosperar um pouco mais no domínio da análise do discurso.

É indiscutível a ideia de que na língua se projetam características consideradas relevantes do ambiente, assim como aspectos do ambiente acabam por serem salientados dada a protuberância da sua projeção linguística. Nesse mesmo direcionamento, o discurso sobre a natureza e a sociedade, que constituem o nosso ecossistema, seja ele positivo ou negativo, é capaz de impactar nas relações que com ela estabelecemos, havendo, assim, uma contribuição crucial da língua para a preservação e destruição da vida na Terra. Foram essas questões que motivaram o giro ecológico ocorrido no final do século XX e que estabeleceram as bases da ecolinguística que, segundo Couto (2013, p. 12), consiste no “[...] estudo das interações verbais que se dão nos ecossistemas linguísticos”. Em outras palavras, o estudo da língua, vista aqui como uma forma de interação, dentro de um contexto ambiental especificado, tanto em aspectos físicos, sociais, quanto mentais.

Pensar a língua como a interação que se dá entre o ambiente e os falantes e estes entre si, é um dos aspectos centrais da ecolinguística. Isso não significa que desconsidere que a língua

é um sistema compartilhado (Couto, 2009), máxima saussuriana consolidada pelo estruturalismo, mas que a ecolinguística tem como ponto focal o feixe de interações linguísticas que ocorrem com os falantes da língua entre si e com o ambiente. Essas interações impactam o plano do discurso e também se cristalizam no sistema linguístico. No entanto, a forma de descrever e analisa-las pode variar, o que faz da ecolinguística um campo que não possui um modelo teórico-metodológico padronizado e difundido em grande escala, como ocorre com a gramática gerativa, mas uma plataforma que acolhe diferentes enfoques que tenham em comum o interesse por investigar as interações linguísticas entre homem e ambiente. Segundo Stibbe (2015), é possível destacar uma série de interesses, uns mais relevantes do que outros, para a ampliação da virada ecológica nas ciências humanas:

O termo ‘ecolinguística’ tem sido usado para descrever estudos de interação e diversidade linguística; estudos de textos como placas de sinalização que estão ao ar livre; análise de textos que tratam do meio ambiente; estudos de como as palavras em uma língua se relacionam com objetos no ambiente local; estudos da mistura de línguas que cercam os alunos em escolas multiculturais; estudos de dialetos em localizações geográficas particulares, e muitas outras áreas diversas²⁰ (Stibbe, 2015, p. 8, tradução nossa).

A diversidade de abordagens decorre da diversidade de objetos com os quais a disciplina se preocupa, assim como algumas diferenças na interpretação de conceitos-chave como o de ecologia que pode ser interpretado de forma ampla, ‘interações entre coisas’, ou específica, como a relação com temas como o ambientalismo (Stibbe, 2015). De modo geral, é comum a visão ecológica de linguagem considerar não apenas a natureza como meio ambiente, mas também a sociedade, discutindo as interações linguísticas socialmente marcadas. A apropriação dos conceitos de ecologia também é feita de forma particular, já que há ecolinguistas que interpretam a relação entre ecologia e linguística em um plano metafórico e outros, como a Escola Ecolinguística de Brasília, que entendem a disciplina como uma aplicação da ecologia ao estudo da língua e, portanto, deve buscar a aplicação literal dos conceitos.

Isso faz da ecolinguística uma plataforma teórica fundada sobre, pelo menos, três grandes bases: visão holística da linguagem, em diferentes dimensões; a noção de língua como interação, não a considerando de forma abstraída de seus ambientes; a relação de

²⁰ Texto original: The term ‘ecolinguistics’ has been used to describe studies of language interaction and diversity; studies of texts such as signposts which are outdoors; analysis of texts which happen to be about the environment; studies of how words in a language relate to objects in the local environment; studies of the mix of languages surrounding pupils in multicultural schools; studies of dialects in particular geographical locations, and many other diverse areas (Stibbe, 2015, p. 8).

interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade, que se dá primeiro entre ecologia biológica e linguística e, em seguida, entre a ecolinguística e outras correntes das ciências humanas desenvolvidas no paradigma ecológico, e.g. ecocrítica, ecofilosofia, educação ambiental etc. A sua feição transdisciplinar possibilita um desenvolvimento pluricêntrico, o que encoraja a formalização de teorias e métodos alternativos, e a rejeição a um cânone teórico-metodológico que seja inflexível.

Toponomástica e ecolinguística podem estabelecer uma relação simbiótica, possibilitando a construção de princípios e métodos capazes de contribuir para o avanço das duas disciplinas. A toponomástica, por um lado, amplia a sua visão de ambiente e, por conseguinte, ressignifica alguns fenômenos relativos ao surgimento e transformação da toponímia, além de lançar um olhar crítico sobre as interações estabelecidas com o mundo natural gerador da toponímia, tanto a de natureza física, geração imediata, quando a antropocultural, já que o mundo cultural tem os seus fundamentos no natural. Isso sem mencionar o redirecionamento do olhar, deixando o exclusivismo dado à motivação semântica para atentar-se para a diversidade fenomenológica que envolvem as interações toponímicas.

A ecolinguística, por sua vez, não apenas avança no sentido de ampliar o seu *locus* de investigação, mas vê no estudo toponímico a possibilidade de compreender melhor sobre as interações linguísticas de uma forma geral, principalmente pelo fato das interações toponímicas serem fenômenos ricos em termos de produtividade, diversificação e possibilidade de verificação das hipóteses desenvolvidas, seja pela análise de seus indícios linguísticos, históricos e físicos. Não que a ecolinguística não tenha se preocupado até então com as interações que envolvem os nomes de lugar, mas salvo os trabalhos realizados no contexto da etnotoponomástica, de viés mais antropológico e comumente relacionada à ecolinguística, por haver certa compatibilidade de princípios (Couto, 2007; Nash, 2014), não há muitos trabalhos que fujam da abordagem mais tradicional taxonômica, aplicando os princípios da ecolinguística de forma mais tímida.

Segundo Nash (2014), abordagem etnográfica da toponímia envolve a aplicação dos princípios teóricos da ecolinguística, mas o emprego do método etnográfico, que requer uma verdadeira imersão na comunidade de fala, conhecendo aspectos culturais e coletando dados por meio de gravações, documentação linguística e observação e participação do pesquisador em atividades da vida cotidiana. Todavia, a abordagem etnotoponomástica não é viável quando a questão é a macrotoponímia, que requer uma aproximação histórica e filológica da questão. Para uma leitura histórica da toponímia é necessário recorrer às fontes documentais, de dados

e de informações contextuais, para buscar uma aproximação o mais semelhante possível dos princípios que conduzem a visão ecológica no método etnográfico.

A perspectiva ecológica da toponímia requer a imersão nas pequenas comunidades, para observar os nomes de lugar em seus relatos e interações cotidianas, mas também a leitura histórica, que nos impõe limitações tanto no aspecto filológico, a problemática de acesso às fontes, nos mais diferentes sentidos, como no histórico em sentido estrito, que se dá pelo distanciamento temporal e a impossibilidade de um contato próximo aos indivíduos envolvidos. Nesse sentido, a pesquisa ecotoponomástica de viés histórico está sujeita às lacunas provenientes do ruído produzido pelo distanciamento cronológico, exigindo, nas palavras de Mattos e Silva (2008), ouvir o inaudível, e dar conta de uma leitura ecológica de interações cristalizadas na língua, cujos ambientes motivadores podem não estar mais acessíveis.

2.2 O *CONTINUUM* ENTRE AMBIENTES

A aplicação das bases teóricas da ecolinguística à toponímia também não pode ser feita de modo superficial, mas implica a revisão atenta de noções já consolidadas no campo da toponomástica. A primeira delas é a noção de ambiente, pensada a partir de duas perspectivas: a referencial, adotada por diversos toponimistas e, em parte, fundamentada nos postulados do linguista Edward Sapir (1912), e a ecológica, que tem como base as três ecologias descritas pelo filósofo Guattari (2001 [1989]), relacionadas ao plano linguístico por Couto (2007; 2009; 2013). A diferença substancial entre as duas abordagens reside no fato de a primeira observar o ambiente como um sistema referencial físico e cultural com os quais os falantes interagem, enquanto a segunda apresenta uma visão mais abrangente de ambiente: uma megaestrutura que compreende além de uma esfera referencial, a esfera social, os usos particulares de determinados grupos, e mental, a cognição e o imaginário. Nesse sentido, a abordagem referencial observa o ambiente como algo externo aos indivíduos, enquanto a ecológica, considera que os indivíduos e a própria língua se encontram amalgamados a ele.

A tendência em analisar e sistematizar a toponímia a partir de um critério referencial já podia ser observada nos primeiros estudos classificatórios realizados. Diferente de Dauzat (1926), que pensou a estrutura toponímica a partir dos referentes nomeados, Rostaing (1980 [1945]) considerou alguns grupos de entidades motivadoras que se mostravam frequentes na toponímia francesa. Nessa mesma direção, os canadenses Dorion e Hamelin (1966), ao discutir a terminologia para a classificação toponímica, sinalizaram categorias de referentes que

apresentavam uma considerável frequência na toponímia, algumas das quais iriam ser mencionadas por Dorion e Poirier (1975) em seu *Lexique des termes utiles a l'étude des noms de lieux*, uma das obras que forneceu a base terminológica para a criação do sistema taxonômico adotado por Dick (1980; 1990; 1992). Além do sistema terminológico apresentado pela toponimista brasileira, outros toponimistas buscaram sistematizar o universo referencial dos sistemas toponímicos estudados a partir de modelos taxonômicos similares²¹ (Salazar-Quijada, 1985; García Arias, 1995; Trapero, 1997; Marcato, 2009; Urazmetova et. al. 2017).

Dick (1980; 1990; 1992)²² recorreu aos postulados de Sapir (1912), que divide o sistema referencial em dois grandes grupos: os de natureza física e cultural. Sapir (1912), no clássico *Language and Environment*, dedica-se a discutir a relação que a língua mantém com o seu meio ambiente e os graus de interferência que este exerce sobre ela. O autor apresenta a divisão dos ambientes a serem considerados no estudo da língua: o ambiente físico, formado por aspectos geográficos, e. g. topografia, clima, regime de chuvas, e a base econômica da vida humana, e. g., fauna, flora, recursos minerais do solo; e o ambiente social, que é constituído pelos referentes derivado da atividade humana, e. g. religião, ética, política e arte (Sapir, 1912). Ele também reitera que “[...] o ambiente físico só se reflete na língua na medida que atuaram sobre ele as forças sociais” (Sapir, 1912, p. 44), ou seja, não é a presença de um determinado elemento do ambiente físico que influencia a sua projeção na estrutura lexical de uma língua, mas a relevância que este elemento adquire dentro do contexto sociocultural.

É importante ressaltar que em Sapir (1912) não se vê uma preocupação restrita ao campo dos sistemas referenciais, mas que o autor também leva em consideração a existência de um ambiente social, sob a designação de forças sociais, tal como o faz a ecolinguística, entretanto, este aspecto não chegou a ser explorado com a devida atenção pela tradição referencial. No entanto, a visão de ambiente que se projeta a partir desse modelo é a de *locus* denominativo que pode ser visto espelhado pela estrutura lexical e, por conseguinte, pelo léxico toponímico. Assim, supõe-se que, ao identificar-se o significado da entidade motivadora, é possível fixar uma categoria e interpretar a influência do ambiente na nomeação pelo tipo de referente espelhado, físico ou antropocultural.

De fato, o significado relacionado ao referente, se demarcado diatópica, diafásica, diastrática e diacronicamente, o que nem sempre é observado, possibilita a base para a

²¹ Na tradição anglófona, nota-se uma tendência mais cognitivista, preocupada com a interação ocorrida no processo de nomeação, por meio da classificação dos mecanismos envolvidos na atribuição de topônimos, sistematizada por Stewart (1954; 1970; 1975) e Tent e Blair (2011).

²² Observa-se essa distinção também em Marcato (2009).

construção de uma interpretação preliminar, porém não é suficiente para explicar as diferentes formas de interações com o ambiente e tampouco outras nuances do processo denominativo. Para se entender de forma holística o fenômeno da nomeação, é necessário o aprofundamento em torno do conhecimento do falante sobre os referentes envolvidos, motivador e nomeado, das interações e inter-relações que com eles mantêm, das práticas denominativas etc., ou seja, dos demais ecossistemas da língua. Nesse sentido, a visão de ambiente como um conjunto de referentes que se cristalizam no significado lexical é limitada para lidar com os problemas que envolvem o estudo dos nomes de lugar.

A ecolinguística, por outro lado, oferece as lentes para uma leitura reticular do ambiente. Segundo Couto (2009; 2013a), há um ecossistema fundamental da língua (EFL) que, semelhante ao que ocorre no ecossistema biológico, é composto por um “[...] povo (P) convivendo em um determinado lugar ou território (T) e se comunicando pelo modo tradicional de se comunicar localmente, isto é, usando sua linguagem (L) específica” (Couto, 2013, p. 28). Os conceitos correspondem respectivamente às noções biológicas de população, *habitat* e interação, sendo que a interação assume, nesse caso, um caráter mais particular, a linguística. Além disso, cabe ressaltar que, junto às interações linguísticas há outras formas de interação, outras linguagens, que com ela dialogam e se mesclam, essa estrutura maior corresponde às culturas (C). Há, então, uma convergência entre as interações do ecossistema cultural, formado por P-T-I, sendo I o conjunto de diferentes linguagens e práticas compartilhadas, e o EFL, formado por P-T-L, sendo L os diferentes tipos de interações especificamente linguísticas.

O EFL compreende a totalidade da arquitetura da linguagem humana, considerando a sua indissociável conexão com os ambientes que a circundam. Segundo (Couto, 2013b):

Vê-se, portanto, que a língua pode ser encarada pelo menos de quatro perspectivas diferentes. Primeiro, como algo abrangente (a ‘ecologia integral’ de Boff), holístico e fundamental no ser humano, caso em que é parte de um todo maior, que é a cultura (C) do povo a que ela serve. Segundo, como algo natural, que faz uso de dados da natureza, como os sons, e está ligada a ela nas relações de referência e descrição (L_1), entre outras. Terceiro, como algo que é formado e processado nas conexões neurais, ou seja, algo mental (L_2). Quarto, como o que o leigo geralmente pensa, isto é, como uma realidade social (L_3). Trata-se de ‘aspectos’ do fenômeno linguagem, de diferentes modos de encará-los (Couto, 2013b, p. 300).

Couto divide o EFL em três ecossistemas menores: o ecossistema natural (L_1), o ecossistema mental (L_2) e o ecossistema social (L_3), cada um relacionado a um tipo diferente de ambiente. Ao comparar-se com a divisão estabelecida por Sapir (1912), nota-se que,

superficialmente, há uma certa convergência: a presença do ambiente natural e do ambiente social. No entanto, uma comparação acurada das duas propostas demonstra que elas apresentam divergências substanciais que vão além da inclusão do ambiente mental, as quais envolvem uma outra interpretação de ambiente do ambiente natural e uma equiparação do ambiente social às forças sociais e não ao sistema de referentes de motivação antrópica.

O ecossistema natural é assim definido por relacionar-se a interações que envolvem o território e os elementos que o integram. A outra característica relevante desse ecossistema é a sua relação com o domínio perceptual, as interações sensoriais, ou seja, o universo físico. Segundo Couto (2013a; 2013b), o ecossistema natural da língua está relacionado à língua como fenômeno natural, em seu aspecto físico articulatório/auditivo, além de aspectos referenciais. Nesse segundo ponto, apresenta-se um problema terminológico, visto que o termo natural parece não abranger a plenitude dos referentes físicos com o qual interagimos, os quais podem ser elementos do mundo natural, e.g. rios, plantas, clima, mas também elementos do mundo social, objetos manufaturados de toda sorte, e.g. moradias, utensílios, vestimentas.

Assim, esse primeiro ambiente que perpassa as interações linguísticas, que corresponde aos dois ambientes de função referencial apresentados por Sapir (1912), de natureza física e cultural, seria melhor compreendido se denominado de ambiente físico, conforme o faz o próprio Couto (2009), ao tentar determinar a sua abrangência: “[...] L em relação a T e P considerados como **corpos físicos**, ou seja, a totalidade formada pela língua e o **mundo físico**” (Couto, 2009, p. 26, grifo nosso). O ambiente físico compreende às interações que envolvem a referenciação do mundo natural e do mundo cultural, englobando aqui os referentes manufaturados, convertido em língua através da experiência mediada pelos sentidos. Por esses motivos opta-se pelo adjetivo ‘físico’ em lugar de ‘natural’ para referir-se a esse ecossistema.

Na toponímia, a interação com o ambiente físico se manifesta não somente na presença do léxico toponímico próprio de referentes do mundo natural, mas abrange todos os processos de nomeação em que se nota uma função descritiva. Nesse contexto, a principal preocupação é a referência, observando como determinados referentes motivadores são mais ou menos abundantes na toponímia, sua relação com paisagem local, quais características são mais salientadas, se são descritos de forma positiva ou negativa etc. Além da questão da motivação, a forma de nomear determinados referentes também revela a interação estabelecida, as mudanças na entidade geográfica nomeada que motiva a renomeação. Ou seja, o ponto de partida é o mundo concreto e como os sentidos do nomeador o percebem e registram isso na forma de signo onomástico.

O ecossistema mental da língua “[...] trata-se da totalidade formada pela língua e suas inter-relações com o cérebro/mente, ou melhor, com as redes de conexões neurais” (Couto, 2009, p. 24). Considerando que a língua se encontra armazenada na mente dos falantes, o ecossistema mental é responsável pelo processo de cognição da realidade, servindo de lente para os processos sensoriais envolvidos na percepção de um determinado referente, nomeado e motivador. Essa característica faz que o ecossistema mental funcione como uma espécie de filtro que recebe e transforma a interação ocorrida com o mundo físico e social. O ecossistema mental é objeto de interesse de teorias mais formalistas como o estruturalismo e o gerativismo, além de abordagens cognitivistas interdisciplinares como a neurolinguística e a psicolinguística.

São múltiplos os problemas que envolvem a descrição de aspectos mentais na toponímia. O estudo da toponímia descritiva que, por um lado, pressupõe um estudo das características dos referentes envolvidos, por outro, os mecanismos mentais usados para realizar a descrição, os quais podem variar por diversos motivos, dentre eles a própria estrutura linguística. A reciclagem toponímica, fenômeno que se dá por meio da transferência ou do deslocamento de topônimos ou no estabelecimento de padrões construcionais. Os aspectos psicológicos podem ser analisados através da descrição das lexias de significado abstrato e complexo, que permitem a identificação de diferentes emoções positivas e negativas, e.g. medo, saudade, esperança, bem como a intenção de brincar com os nomes e conferir-lhes humor, característica predominante nos dirrematotopônimos. O estudo do imaginário e a simbologia relacionada aos referentes também se relaciona ao ecossistema mental, muitas vezes, motivando a atribuição de um nome, mais do que as características intrínsecas da entidade geográfica ou do entorno. Nesse mesmo caso, encontra-se o estudo da etimologia popular, um processo cognitivo de construção de uma narrativa que justifica a motivação para um topônimo opaco.

O do ecossistema social “[...] é constituído pela língua em relação aos membros de P, organizados socialmente” (Couto, 2009, p. 21). O seu estudo complementa a visão holística da língua por introduzir informações sobre as comunidades de fala envolvidas nas interações linguísticas. Nesse contexto, os interesses da ecolinguística se identificam com os da sociolinguística e da socio-onomástica, que buscam interpretar os fenômenos linguísticos sobre o prisma social. As relações sociais mantidas entre os diferentes perfis sociais podem ser amistosas ou conflituosas, envolvendo processos de exploração e depreciação. As relações conflituosas geralmente partem de uma mentalidade especista (Singer, 2004), em que um determinado grupo se vê como superior ao outro, construindo relações antiecológicas entre

homens e animais, antropocentrismo, e entre grupos sociais: etnocentrismo, machismo, racismo, intolerância religiosa. Além das relações entre os indevidos, ainda há as interações mantidas entre uma comunidade de fala, sua língua e seu território, que refletem as particularidades deste grupo social.

Trazendo essas questões para os estudos toponímicos é possível analisar os processos denominativos próprios de uma comunidade de fala, considerando aspectos sociais e culturais. As políticas linguísticas e os conflitos entre os organismos oficiais e estas comunidades, cuja nomeação espontânea pode ser suplantada por atuação destes organismos, bem como a questão da recepção de um dado nome. As diferentes formas de variação toponímica e o seu vínculo à contextos comunicativos e gêneros específicos. As diferentes relações entre grupos sociais e as práticas denominativas especistas, como a apropriação da toponímia dos povos originários; o apagamento da toponímia dos povos originários americanos e de afrobrasileira; os aspectos religiosos, que envolvem a nomeação sacra e os conflitos motivados pela intolerância religiosa.

2.3 REDES TOPONÍMICAS: UM ENFOQUE RIZOMÁTICO

A ecolinguística fornece uma base sobre a qual a análise desta mistura interdisciplinar de relações linguísticas e ambientais pode ser realizada. O que a ecolinguística faz nesta situação, contudo, é fornecer um quadro filosófico e conceptual, **em vez de sugestões metodológicas e teóricas importantes**. Ao empregar uma abordagem rica em parâmetros que é comum na ecolinguística e aplicar esta abordagem especificamente à pesquisa toponímica [...], **os campos teóricos e a aplicação relevante são vastamente ampliados**²³ (Nash, 2014, p. 30, grifo nosso).

Ao discutir sobre os horizontes que podem ser vislumbrados com os diálogos entre ecolinguística e toponomástica, Nash (2014) afirma que as contribuições desta união se situam na esfera filosófica e conceitual, porém não avançariam ao ponto de fazer emergir um modelo novo. A afirmação de Nash (2014) não é de todo equivocada, visto que a toponomástica fincou suas bases em um arcabouço teórico que dá protagonismo às relações entre homem e ambiente, no entanto, a visão mais abrangente de ambiente, bem como a do topônimo como interação, conduz a diferenças significativas na interpretação da toponímia por parte da ecolinguística e no *modus operandi* da pesquisa toponímica. O enfoque ecológico introduz uma nova percepção

²³ Texto original: Ecolinguistics provides a basis upon which the analysis of this cross-disciplinary mix of linguistic and environmental relationships can be undertaken. What ecolinguistics does in this situation, however, is provide a philosophical and conceptual framework rather than major methodological and theoretical suggestions. By employing a parameter-rich approach that is common in ecolinguistics and applying this approach specifically to toponymic research [...], the theoretical fields and relevant application are vastly broadened.

a antigas questões que orbitam os fatos toponímicos, dando continuidade ao que propôs a linha tradicional, e, simultaneamente, introduz novos problemas antes parcial ou totalmente desconsiderados, proporcionando rupturas e agendas paralelas.

Outro ponto de discordância com a asserção do autor é o fato desta relação interdisciplinar não trazer contribuições expressivas do ponto de vista metodológico. Essa ideia é limitada por, pelo menos, dois quesitos. O primeiro é que a revisão sobre a noção construída em torno do objeto, não focalizado numa perspectiva teleológica da nomeação, mas como interação, um conjunto de processos dinâmicos que perpassam os três ecossistemas, produz novas necessidades de investigação: a de esquadrihar os processos envolvidos antes e após a nomeação, o que tem uma considerável repercussão metodológica. O segundo refere-se a problemas estritamente metodológicos: a toponomástica conta com uma longa tradição de classificação taxonômica que, em certa medida, possibilita uma relativa uniformização, já que há divergências na interpretação terminológica nos diversos territórios, todavia, o método é pouco flexível em sua aplicabilidade e idealista em seus resultados, não sendo uma preocupação da linha tradicional em evidenciar a complexidade dos processos. Nesse sentido, o caráter idealista da toponomástica tradicional, repercutidos no seu aparato teórico-metodológico, é o maior ponto de dissensão com o enfoque ecológico, de direcionamento pragmático.

O problema do idealismo não é algo que atinge apenas o campo da toponomástica, mas foi o que motivou as transformações e as cisões no campo dos estudos linguísticos ao longo do século XX. A *langue* saussuriana, sistemática e desprovida de variações, ou a competência chomskyana, descrita a partir da validação de um falante ideal, foram alvos de críticas por marginalizarem a língua em uso, a sistematicidade da variação e o aspecto contínuo da relação entre as categorias, apesar das grandes contribuições que o estruturalismo e o gerativismo legaram ao aparato de análise formal das teorias linguísticas. Ambas as correntes se enquadram no perfil que Deleuze e Guattari (1995), tomando como referência a tipologia das raízes na morfologia vegetal, denominam de raiz pivotante, uma espécie de raiz cuja composição se dá pela existência de um pivô de onde partem as raízes secundárias.

O pensamento pivotante, ou arborescente, é uma das principais características da mentalidade ocidental, segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 29), “[n]o Ocidente a árvore plantou-se nos corpos, ela endureceu e estratificou até os sexos”. As suas bases foram fincadas principalmente na cosmovisão grega, que buscava a sistematização do conhecimento do mundo a partir da criação de classificações e de conceitos. Dentre os seus mentores destaca-se Platão que, em sua busca da essência das coisas, utilizava como método a oposição e a dualidade para

conduzir os sujeitos da doxa, esfera da opinião ou crença, ao domínio das Ideias, um plano mais abstrato e livre de imperfeições. O resultado do raciocínio platônico era o estabelecimento do Uno, uma forte unidade principal, da qual outras duas ou mais se subordinam (Deleuze e Guattari, 1995).

A metáfora da árvore se perpetuou e apareceu de forma mais explícita na Idade Média, como uma estratégia das classes dominantes de aceitação do discurso por meio da sua naturalização. Segundo Burke (2003), o uso da árvore, um símbolo construído a partir de um elemento natural, se associa ao propósito de naturalização daquilo que é convencionalizado, ou seja, uma representação da cultura como descoberta e não como invenção, assegurando que alguns grupos estivessem à frente da construção de regras ou classificações e sustentando a reprodução dos padrões culturais ao protegê-los de tentativas de inovação. O resultado desse processo foi a profusão da árvore nos mais diferentes campos do saber: a árvore judiciária, da gramática, dos jesuítas etc. Assim, a visão pivotante introduzida pelo idealismo clássico teve a sua manutenção por meio da metáfora-chave da árvore, que transpôs esta lógica de pensamento até o estruturalismo, o qual se encarregou de conduzi-la aos extremos de sua aplicabilidade.

A introdução do pensamento arborescente nos estudos toponímicos ocorreu de forma paulatina, assim como nos estudos linguísticos em geral. A toponomástica tradicional europeia²⁴, assim como a brasileira²⁵, teve a sua gênese ligada ao estudo histórico das línguas, em um contexto em que a intenção era obter respostas acerca dos estratos linguísticos cuja documentação era escassa e os topônimos, na condição de fósseis linguísticos, se tornaram importantes fontes de informação linguística, tanto lexical, quanto gramatical. O estudo toponímico, nesse momento, tinha um caráter essencialmente etimológico²⁶ e a toponomástica servia como uma disciplina auxiliar da linguística histórica, não existindo, *a priori*, uma preocupação com a nomeação como um fenômeno linguístico a ser investigado e a teorização dos seus fundamentos sociais, culturais e cognitivos. Além disso, do mesmo modo que a linguística histórica desconsiderava o aspecto estrutural da língua e a investigava por um viés fragmentário, a toponomástica também apresentava um feitiço atomístico.

No século XX, o atomismo da toponomástica, bem como a sua abordagem ancilar, que observava o topônimo como um *locus* de informações para a história das línguas, passou a ser criticado. Stewart (1953), ao discutir o estatuto da onomástica, lançou críticas aos pesquisadores

²⁴ Toma-se aqui como referência da toponomástica tradicional europeia as obras de Flechia (1880), Longnon (1878; 1891) Dauzat (1926), Rostaing (1980 [1945]) e a análise feita desta tradição por Dorion e Hamelin (1966).

²⁵ Observou-se que, apesar de apresentar um enfoque sócio-histórico e etnográfico, a toponomástica brasileira também se caracterizava pela predominância da pesquisa etimológica.

²⁶ Mais detalhes sobre a tendência etimológica, conferir Santiago (2021, p. 37-51).

europeus por dedicarem-se apenas ao aspecto etimológico e os norte-americanos por desenvolverem uma abordagem segmentada, preocupando-se em “[...] cortar árvores individuais e não a examinar a floresta”²⁷ (Stewart, 1953, p. 76, tradução nossa). Para ele, era necessário desenvolver uma teoria dos nomes próprios para, em seguida, conseguir compreender o fenômeno tanto em sua dimensão coletiva como individual. O mesmo pensamento era sustentado pelos geógrafos Dorion e Hamelin (1966), ao discutir a cientificidade da toponomástica tradicional:

A toponímia tradicional é, em nossa opinião, extremamente fragmentária em sua óptica, modesta demais em seus objetivos; ela não é a ciência completa que gostaríamos que fosse, ela não possui essa versatilidade essencial ao seu desenvolvimento como ciência autônoma (Dorion e Hamelin, 1966, p. 196, tradução nossa)²⁸.

Apesar das alegações de Stewart (1953) não se dirigirem diretamente a área da toponomástica, vale ressaltar que, logo em seguida (Stewart, 1954), o autor apresenta o seu método de classificação toponímica. Nesse contexto, é introduzido o princípio de sistematicidade toponímica, ao observar que a nomeação apresenta padrões gerais que podem ser organizados em um sistema, em oposição à visão atomística e suplementar aplicada anteriormente. A toponímia deixa de ser considerada como um conjunto lexical que registrava os diferentes aspectos da história das línguas, para ser lida como um sistema de nomes criados por processos denominativos particulares, os quais necessitavam ser descritos em termos tipológicos.

Desde então, a questão da classificação se transformou em um dos eixos centrais que orientou, e ainda orienta, o desenvolvimento da toponomástica tradicional, resultando numa ampla variedade de modelos. Dentre os problemas mais gerais relacionados aos modelos se encontra a dificuldade que possuem em depreender as diferentes camadas dos processos linguísticos, dando um protagonismo maior ao aspecto semântico ou etimológico; a existência da simultaneidade de categorias, o que se constitui no maior desafio de análises tipológicas, sempre inimigas das sobreposições; o reducionismo idealista, que busca escolher um aspecto mais relevante como representativo, deixando de lado as nuances de cada caso e agrupando uma diversidade de fenômenos sob um conceito uniformizador; a atitude inversa, causada pelo

²⁷ Texto original: [...] down individual trees and not to surveying the forest.

²⁸ Texto original: La toponymie traditionnelle est, à notre avis, extrêmement fragmentaire dans ses optiques, trop modeste dans ses objectifs; elle n'est pas la science complète que nous voudrions qu'elle soit, elle n'a pas cette polyvalence essentielle à son développement comme science autonome.

excesso de pragmatismo aplicado a um modelo estrutural, o que provoca um inchaço terminológico.

Assim, apesar de ter superado o estágio pré-científico, que a impedia de considerar a nomeação toponímica como um fenômeno linguístico autônomo, a toponomástica tradicional adotou uma visão pivotante do seu objeto, materializada na construção e aplicação de modelos classificatórios, ao buscar a sua consolidação como disciplina autônoma. Essa perspectiva tem permanecido ao longo dos anos, apesar de ter se desgastado com as dificuldades encontradas em sua aplicação, demandando, muitas vezes, mais esforço para a classificação toponímica do que a descrição dos fatos denominativos. De qualquer modo, toponimistas já têm demonstrado ter ciência da limitação metodológica que as classificações impõem. Segundo Urazmetova et al. (2017), a desvantagem dos esquemas de classificação são impossibilidades de encaixe, havendo em muitos casos a necessidade de se combinar diferentes princípios de forma simultânea.

No Brasil, o primeiro sistema classificatório desta natureza foi apresentado por Dick (1975). O trabalho resultou da junção de um apanhado da terminologia utilizada no domínio europeu e no Canadá, constituída a partir de radicais gregos e latinos e que enfatiza a categorização do significado toponímico, com o princípio de sistematicidade de Stewart (1954). A proposta inicial contava com 19 taxes, que foram ampliadas para 27 para dar conta da realidade toponímica brasileira (Dick, 1992). Todavia, mesmo com as ampliações realizadas pela própria autora, uma série de ajustes foram implementados para dar conta de novas categorias denominativas, expandindo ainda mais o aparato terminológico da proposta inicial. O método tem sido profusamente utilizado, visto que é a base para a agenda de pesquisa estabelecida para o *Atlas Toponímico do Brasil* (ATB), também projetado por Vicentina Dick.

Nesse sentido, observa-se que, além das divergências anteriormente sinalizadas no que concerne aos fundamentos teóricos, a ecolinguística mostra-se incompatível com a toponomástica tradicional em seus princípios metodológicos de viés idealista. É necessário que o contato entre ecolinguística e toponomástica possa alcançar também o domínio dos métodos de descrição toponímica para que o diálogo resulte em uma contribuição efetiva, do contrário, apenas se estaria importando conceitos de uma disciplina para a outra sem que houvesse um alinhamento de pontos de vista. A introdução de um modelo de orientação pragmática, além de focalizar nos processos envolvidos nas interações toponímicas, deixando de lado a perspectiva teleológica, dá abertura para a problematização e flexibilização das categorias tradicionalmente estabelecidas. Por meio desse diálogo, a ecotoponomástica consegue não apenas assentar-se

como uma abordagem alternativa para o estudo da toponímia, mas contribuir para a ressignificação dos estudos desenvolvidos até aqui.

Em oposição ao pensamento pivotante que tem regido os métodos na toponomástica tradicional, recorre-se as diretrizes apresentadas por Deleuze e Guattari (1995) para o modelo que chamam de rizomático. O termo provém da botânica e designa um tipo de caule que, diferente da árvore, se expande na horizontal, não apresentando um centro ou pivô, mas uma variedade de platôs, os quais servem como multiplicadores capazes de desenvolver uma nova estrutura, quando separado da primeira. O rizoma consiste em uma nova forma de leitura do mundo diante do legado estruturalista, experimentando uma ruptura com o Uno por meio da descrição das multiplicidades. Seus significados se estabelecem nas fronteiras, percursos e processos, e no estatuto dialógico das coisas e das categorias que as representam. Para Deleuze e Guattari (1995, p. 37):

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...”. Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (Deleuze; Guattari, 1995, p. 37).

O modelo rizomático opõe-se à narrativa única, consolidada pela tentativa naturalização do conhecimento presente no modelo arborescente, combatendo, assim, um cânone conceitual rígido, não receptivo a críticas e adaptações. A perspectiva rizomática abre caminho para leituras múltiplas de um mesmo fato e a aplicação metodológica mais intuitiva, empírica, que considera a natureza complexa do objeto analisado, sem pretensões imediatas de generalização. Essa atitude rompe com o apagamento das complexidades promovida pela simplificação idealista que acontece na tentativa de reduzir os topônimos a categorias semântico-referenciais que, como um leito de Procusto, amputa a ampla gama de interações que envolvem os processos de nomeação.

A toponímia tradicional parte da classificação dos topônimos com a intenção de determinar arquétipos, formas predominantes, e variáveis denominativas, casos específicos, e distribuí-las em áreas geográficas. Essa demarcação de arquétipos e variáveis é tradicionalmente registrada por meio de classificações que tem a pretensão de espelhar a realidade toponímica. A questão que se coloca é que as propostas taxonômicas apresentam uma

estrutura hierárquica e unidirecional, com ramificações pensadas a partir de critérios de oposição semântica, o que remete ao sistema de signos saussuriano e aos campos lexicais coserianos, modelos estruturais. Nesse plano organizatório fixo, os topônimos são alocados para grupos a que pertencem e rompem as relações com os demais, não havendo margem para simultaneidades.

Contrapondo-se ao método estrutural de análise toponímica, propõe-se aqui o estudo das redes toponímicas. Entende-se por rede toponímica o estudo conjuntivo de topônimos que compartilham semelhanças do ponto de vista interacional, cartografando essas semelhanças e ressaltando, sempre que possível, as peculiaridades. Os princípios para o estabelecimento das conexões ficam a cargo do toponimista, que buscará observar as interações a partir do conhecimento da realidade toponímica da área delimitada, podendo a análise de um mesmo grupo de topônimos resultar em redes toponímicas distintas por conta de particularidades de interesses. A rede toponímica pode tomar como ponto de partida um ou mais fenômenos denominativos, correlacionado um grupo de topônimos pelo significado da base, a origem, os processos morfológicos, mas também a relação histórica estabelecida entre topônimos, a apropriação, o apagamento, a etimologia popular, a ressemantização dos topônimos no discurso.

À primeira vista, o estudo das redes toponímicas não difere das abordagens tradicionais, no entanto, por ser um modelo rizomático, ele nega as fronteiras rígidas entre as categorias, podendo correlacionar processos para além do significado do étimo e aceita que um topônimo, por diversas razões, sejam elas linguísticas ou não, pode ser partícipe de mais de uma rede, autorizando as simultaneidades e ressaltando o seu aspecto complexo. Deleuze e Guattari (1995) apresentam seis características aproximativas do rizoma, e.g. conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante, cartografia e decalcomania, as quais se recorrerá para especificar as diferenças entre a abordagem aqui proposta e a tradicional.

O princípio da conexão diz respeito à possibilidade de se estabelecer relações de forma livre, desde que se possa argumentar as características repartidas. Para Deleuze e Guattari (1995, p. 15), “[...] qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou raiz que fixam um ponto, uma ordem”. A aplicabilidade deste princípio pode se dar em muitas esferas da toponomástica tradicional, sendo a principal delas a visão polarizada entre os ambientes físico e antropocultural, que condicionam a correlação de topônimos de cada grupo de maneira interna. Assim, constrói-se uma projeção da toponímia

em que o mundo natural não estabelece um diálogo com o universo social, direcionando sempre a interpretações isoladas.

Sapir (1912), ao destacar que o mundo natural se projeta na língua pela ação de forças sociais, se esquece de perfazer o caminho inverso e mais óbvio: o mundo social é construído nas bases oferecidas pelo mundo natural. O mundo social, formado pelas redes de relações estabelecidas entre humanos, está sujeito às interações com o mundo natural, com os demais seres vivos e recursos, continuamente explorados, além da dinâmica climática e condições impostas pelos diferentes ecossistemas. Tudo isso se encontra amalgamado e negar a dependência que as construções humanas possuem da natureza, é o que impede a humanidade de compreender a sua própria existência.

A toponímia de natureza antropocultural resulta primordialmente do ecossistema social, todavia, não se encontra nele confinada. Ao analisar categorias como socio, eco e ergotopônimos, nota-se como tais categorias se baseiam nos recursos presentes nos ecossistemas locais e a sua integração a uma rede toponímica diretamente ligada à fauna, flora, hidrografia e geomorfologia local. Os animotopônimos também apresentam uma conexão objetiva com a natureza, já que o processo adjetival constantemente é aplicado à toponímia de natureza física, seja na relação genérico-específico, ^{GEN}Rio ^{ESP}Feio, ou dentro do próprio elemento específico, ^{ESP}Belo Campo. O mesmo ocorre com numerotopônimos modificadores de entidades geográficas do mundo natural, ^{ESP}Duas Barras. Além dessas relações objetivas, há redes subjetivas que não são reveladas pelos aspectos semânticos, mas pelo estudo dos aspectos históricos, sociais e culturais do ecossistema denominativo. Nesses casos, é possível estabelecer relações, inclusive, entre hierotoponímia e natureza, como é o caso do topônimo ^{ESP}São Lourenço, considerado pela comunidade local de Itaparica como patrono das baleias, e ^{ESP}Nossa Senhora de Brotas, cujo caso de etimologia popular, baseado na geomorfologia local, motivou a associação com a santa.

A toponímia de natureza física, por outro lado, mantém conexões com o mundo cultural pelas relações de exploração de recursos, que se dá de forma direta, com o manuseio dos recursos que se transformam em entidades motivadoras, o que geralmente ocorre com fito, lito e zootopônimos; ou indireta, tomando as entidades motivadoras como demarcadores e orientadores espaciais, geomorfo, hidro e morfotopônimos. Por outro lado, as relações com o imaginário é o que faz questionar as fronteiras entre motivações de natureza física e antropocultural, já que, nem sempre o referente físico apresenta alguma relação com o ecossistema local, sendo utilizado de forma simbólica. Como exemplo disso, pode-se

menção o caso do Bairro da Aurora, no município de Ipirá-BA, em que há uma predominância fitônimos genéricos, não próprios da flora local, como ^{ESP}*Rosa* e ^{ESP}*Lírio*. O que se coloca em debate é a consideração desse tipo de nomeação como de natureza física, sendo que esse léxico florístico se encontra revestido de simbologia cultural que, provavelmente, motivou a nomeação.

Além do rompimento com a dualidade que opõe as motivações de natureza física e antropocultural, como ficou evidente nos exemplos apresentados, as conexões que se dão na toponímia, conectam, em muitos casos, genéricos e específicos. Topônimos cujos específicos são formas adjetivais refletem a visão que o nomeador tem não do referente nomeado, mas do referente motivador, o que o conecta a casos em que percebemos esta avaliação qualitativa no interior do específico. Nesse caso, um topônimo antropocultural, como o animotopônimo ^{ESP}*Belo Campo*, não pode ser considerado desligado de sua variante de natureza física, o fitotopônimo ^{ESP}*Campo Belo*, ou o cronotopônimo ^{GEN}*Rio* ^{ESP}*Velho* da sua versão hidrotoponímica, ^{ESP}*Rio Velho*. O princípio da conectividade leva o toponimista a resgatar relações cortadas pelo feitiço rígido da aplicação do método estrutural, expondo uma toponímia consolidada por meio de uma rede complexa de interações que impossibilita o seu enclausuramento em categorias fechadas.

O segundo princípio é o da heterogeneidade, que considera que as conexões a serem estabelecidas não devem ser necessariamente semânticas. No rizoma, cadeias semióticas com diferentes características são conectadas, proporcionando uma diversidade de codificação: cadeias biológicas, políticas econômicas etc. (Deleuze e Guattari, 1995). Como ficou evidente nos exemplos citados anteriormente, a toponímia pode conectar-se por processos intralinguísticos, semânticos, morfológicos, discursivos, não apresentando compatibilidade em todos os aspectos, o que possibilita correlacionar processos adjetivais de elementos genéricos e específicos, por exemplo. Mas também pode conectar-se por meio de critérios extralinguísticos, como redes baseadas em ecossistemas exploratórios, o que é o caso da bovinocultura, por exemplo, que abrange hagio, ergo e sociotopônimos. O princípio da heterogeneidade representa a liberdade do toponimista de fugir da hierarquia de categorias e descortinar redes toponímicas que não seriam mapeadas pelo viés tradicional. Além disso, pensar a toponímia de forma heterogênea é compreender que os processos denominativos não são uniformes e que o estudo de alguns topônimos suscita mais questões que outros.

O resultado da aplicação dos princípios de conexão e heterogeneidade conduz ao terceiro princípio: a multiplicidade. A multiplicidade se dá na emancipação do pensamento

idealista arborescente, que simplifica a natureza do objeto, proporcionando a possibilidade de observar um mesmo fato em suas diferentes possibilidades. Ela acontece quando não há uma subordinação das partes a uma unidade, atribuindo ao múltiplo o seu caráter substantivo (Santiago et. al., 2017). A proposta da classificação semântica e formalmente centrada, já que reduz o topônimo ao núcleo do sintagma do elemento específico, limita a visão do topônimo em seu aspecto múltiplo, subsumindo-o em apenas um dos seus traços semânticos. Topônimos de natureza divergente, resultante de processos variados, são agrupados em caixas semânticas que se colocam como um reflexo da realidade denominativa.

O olhar para a multiplicidade na toponímia requer a aceitação do seu estatuto complexo e dinâmico, formado a partir de sobreposições e irregularidades, com as quais é possível a realização de uma variedade de leituras. A multiplicidade aqui deve ser encarada em oposição a uniformidade, numa busca pela identificação da divergência e de estratégias que possam fornecer o aparato analítico que lhe é devido. Para Deleuze e Guattari (1995), a unidade de medida perde o efeito no rizoma, enquanto as multiplicidades e as variedades de medida devem recobrar o seu espaço. Enquanto a toponomástica tradicional buscou agrupar a toponímia com ênfase em seus aspectos semânticos, a ecotoponomástica deve buscar a cartografia das redes toponímicas considerando esses e outros aspectos, na intenção de formular outras narrativas e percorrer novos caminhos. O resultado desse trabalho é uma descrição em contínuo movimento, que traz à tona as diferenças silenciadas pelo paradigma pivotante.

O quarto princípio tem a ver com os limites da estrutura e a necessidade incessante de esgotá-la: a ruptura a-significante. O estruturalismo sempre lidou com problemas em termos de esgotamento, pois a lógica da estrutura é que ela é composta por uma quantidade finita de peças que podem ser analisadas dentro dos seus limites precisos. Foi esse problema que levou a teoria dos campos lexicais coserianos à saturação: até onde vai um campo lexical? Como se pode estabelecer os seus limites? As respostas a essas perguntas inquietaram os lexicólogos estruturalistas, que passaram a buscar modelos alternativos para o estudo do léxico (Hernández Arocha, 2014). A ruptura a-significante dissocia-se do compromisso com a ficcionalidade do esgotamento, aceitando que a preocupação não deve centrar-se na falsa ideia de totalidade, mas nos problemas que se colocam diante do pesquisador. Um rizoma, portanto,

[...] pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. É impossível exterminar as formigas, porque elas formam um rizoma animal do qual a maior parte pode ser destruída sem que ele deixe de se reconstruir (Deleuze e Guattari, 1995, p. 18).

Grupos concisos como a hierotoponímia, por exemplo, podem ser fragmentados ao levar-se em consideração as diferentes dinâmicas que levou um nome sagrado a ser atribuído a um lugar, seja por conta das crenças religiosas, por motivos políticos ou por um processo metonímico de aproveitar um traço visível a todos, religiosos ou não, como um convento, a igreja, um monumento ao santo. Há, neste último caso, maior afinidade e uma conexão com outros topônimos de motivação metonímica, como são geralmente os topônimos de natureza física, do que com o caráter laudatório e sacro da hierotoponímia.

A cartografia, o quinto princípio, é, por excelência, o método para a descrição de rizomas, que deve aplicar as características dos anteriores. Para os autores, “[o] mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 22). Assim, cartografar implica em adaptar-se à forma do objeto, orientando-se por suas necessidades e características intrínsecas. A cartografia é um método flexível, que busca se estabelecer à medida que se pesquisa, possibilitando adaptações e modificações para alcançar resultados mais satisfatórios.

O princípio seguinte é a decalcomania, ou melhor, a não decalcomania, direcionamento contrário à cartografia, que pressupõe a reprodução e imitação, traço essencial das abordagens arborescentes. A aplicação do decalque à realidade rizomática das coisas implica nos problemas anteriormente mencionados: a dificuldade de encaixe de uma realidade numa estrutura abstrata pré-existente e os apagamentos e distorções gerados nesse percurso. Por conta disso, diferente da abordagem arborescente, a cartografia não pode partir de um modelo analítico fechado, mas ser de uma busca consciente em representar o devir do objeto de estudo.

A toponímia, dado o seu feitiço dinâmico, se forma a partir de diferentes interações que se sobrepõem e se complementam. O resultado desse processo histórico, não é a formação de um sistema completo e proporcional, mas em uma arquitetura assimétrica. Nessa assimetria, os topônimos semelhantes e, até mesmo, idênticos apresentam processos denominativos e discursivos particulares, que acabam esquecidos por não fazerem parte do modelo empregado. Sendo assim, a toponímia não pode ser descrita a partir de uma quantidade limitada de parâmetros, mas deve ser observada em sua complexidade e diversidade.

Cartografar redes toponímicas é, portanto, descrever múltiplas formas de conexões entre os topônimos, produzindo diferentes leituras da toponímia. O itinerário realizado está sujeito às diferentes questões que a toponímia pode suscitar: é possível estudar relações internas de cada taxa e estabelecidas fora delas; observar os processos de uso de uma determinada lexia no

contexto denominativo e a sua distribuição em um território; os casos de apropriação da toponímia dos povos originários; a rede que envolve a nomeação de um acidente ou diferentes tipos de acidentes; as redes políticas, culturais e sociais, por meio da identificação de um processo comum. Ou seja, a cartografia das redes toponímicas apoia-se nas categorias como chaves interpretativas, mas não se filia à estrutura, construindo conexões sob critérios linguísticos e extralinguísticos.

3 CONFLUÊNCIAS ENTRE FILOLOGIA E TOPONOMÁSTICA

Ao considerar que o ato de produzir um texto é condicionado por uma série de interferências relativas às práticas e às condições de escrita, compreender a natureza das fontes documentais utilizadas é condição *sine qua non* para interpretar o dado linguístico nelas manifesto. Nesse sentido, a metodologia delineada tem como base princípios filológicos, o que implica a análise dos dados linguísticos *in praesentia*, lançando um olhar sobre a materialidade das fontes e a sua sócio-história, indispensáveis para a construção de um aparato analítico empírico da toponímia. Ignorar as diferentes linguagens que compõem a realidade textual promove um apagamento do caráter dinâmico do topônimo e o seu condicionamento a restrições de uso impostas pelos diferentes contextos comunicativos, gêneros e suportes responsáveis por mediá-los.

O toponimista e filólogo asturiano García Arias (1995) destaca que o estudo toponímico exige o aprofundamento em todos os aspectos necessários ao estudo histórico de um signo linguístico, especialmente, a abordagem cuidadosa das fontes documentais. Para ele, a abordagem filológica se faz necessária em dois aspectos: o primeiro diz respeito ao conhecimento da história do texto, observando sua transmissão e outros dados que possibilitam uma melhor interpretação, como local, *scriptor* etc.; o segundo refere-se ao processo de transcrição do texto e leitura correta do significante toponímico. Nesse sentido, a práxis filológica torna-se indispensável para a pesquisa toponímica de base empírica, assegurando confiabilidade dos *corpora* e o suporte para a resolução de problemas etimológicos.

A filologia pode ser definida, em linhas gerais, como a ciência que estuda o texto, considerando-o desde uma concepção mais estrita do termo, como construto linguístico ou evento comunicativo, à sua condição de artefato histórico e produto cultural. Apesar de interessar-se pelo texto e, por conseguinte, a língua, a filologia não deve ser confundida com a linguística histórica por uma questão focal: seu interesse centra-se no documento estudado, recorrendo à análise dos fatos linguísticos como uma das etapas analíticas, enquanto a linguística tem a língua como objeto de descrição e teorização, considerando a materialidade e a sócio-história das fontes como informação adicional.

Nessa mesma linha, Cunha (2004 [1987]) distingue o método da filologia do da linguística ao caracterizá-lo como um estudo da língua *in praesentia*, no e para o artefato documental, enquanto a segunda vê os fatos linguísticos *in abstracto*, em prol do conhecimento das línguas e da linguagem articulada como faculdade humana. Nota-se que não há fronteiras

precisas que dividam os limites disciplinares, principalmente quando se consideram as vertentes textuais e discursivas da linguística, provenientes da virada pragmática do final do século XX, no entanto, a discriminação dos papéis é essencial para advogar sobre a impossibilidade do desenvolvimento de uma agenda toponomástica de qualidade sem uma agenda filológica paralela.

Apesar de se tratar de um estudo *in praesentia*, a filologia também produz generalizações acerca das diferentes histórias da cultura escrita, ressaltando convergências e discriminando as inovações de cada contexto de produção, circulação e recepção de um texto. Também chamada de crítica textual *lato sensu*, a ciência consiste em “[...] um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, **língua, texto e cultura**” (Borges e Souza, 2012, p. 21, grifo dos autores). Esse feixe de práticas consolida um processo completo de investigação textual, tendo início na compreensão sócio-histórica do artefato documental e culminando no comentário crítico, a crítica filológica (Borges e Souza, 2012), e/ou na publicação de uma edição. Seu objetivo-mor é, portanto, para além da interpretação de produtos textuais específicos e atos de escrita individuais, a constituição de uma história cultural das práticas de escrita, cronológica e socialmente localizada. Segundo Barreiros (2017), essa postura aproxima o ofício filológico à atividade desempenhada pelo historiador:

O filólogo não é propriamente um historiador, mas ele opera com todos os instrumentos que a história oferece, pois se debruça sobre o texto com o fim de interpretá-lo, de compreender sua relação com a sociedade, com os sujeitos que o manipularam (as mãos que o escreveu, imprimiu, leu, guardou etc.). Ele atua no espaço histórico, não apenas quando lida com o texto, mas, sobretudo quando compõe uma narrativa historiográfica com o objetivo de contextualizá-lo. As introduções e tratados sobre a história da transmissão do texto, a contextualização dos meios de produção, circulação e apropriação são exercícios historiográficos empreendidos pelo filólogo (Barreiros, 2017, p. 402).

Na interface com a toponomástica, os aspectos filológicos, considerados como secundários e, até mesmo, irrelevantes por parte de toponimistas estruturalistas, possibilitam um olhar vivo da toponímia e novas vias de interpretação. Os diálogos entre filologia e toponomástica ampliam os horizontes dos estudos toponímicos, tornando-a mais pragmática em termos descritivos e menos idealista no que concerne à interpretação da realidade toponímica. Essa atividade colaborativa não apenas serve como complemento dos estudos

toponímicos, mas introduz preocupações propriamente filológicas que despertam o interesse na toponímia como um fato da cultura que integra a história cultural das práticas de escrita.

Configura-se como interesse interdisciplinar entre a filologia e a toponomástica questões como:

- i. a cartografia da dinâmica toponímica (variação e mudança), por meio do registro da dispersão toponímica em diferentes documentos, assim como os usos dos topônimos nos textos, considerando restrições impostas aos nomes no discurso, por gênero textual, suporte, graus de formalidade, temáticas etc.;
- ii. as práticas de escrita (manuscrita, impressa ou digital) que envolvem a toponímia: documentos oficiais de registro, formas de arquivamento e memória, usos feitos pela imprensa local, as diferentes estratégias de registro cartográfico, uso em documentos pessoais, sua materialização em diferentes mídias etc.;
- iii. a preservação da memória documental de um nome, considerando as diferentes alterações grafemáticas, as narrativas documentadas, a interferência dos organismos oficiais e seus mecanismos normativos;
- v. a recodificação destes aspectos para produtos digitais, bem como a reflexão sobre a toponímia no contexto da cultura escrita digital (em bancos de dados, dicionários etc.).

No que concerne ao estudo dos mapas em perspectiva histórica, este tem sido objeto de preocupação da cartografia histórica, que tem levantado questões semelhantes às discutidas no domínio da filologia na busca por compreender a cultura da representação espacial e produção cartográfica em diferentes territórios e momentos históricos. O estudo histórico das obras cartográficas requer, para além do olhar atencioso em relação aos diferentes signos não verbais que compõem a sua realidade textual, a compreensão das diferentes estratégias de representação do espaço e as mudanças ocorridas ao longo do tempo, exigindo domínio de técnicas cartográficas atuais e do passado.

Nesse sentido, apesar dos mapas serem de interesse filológico por se tratar de produtos da cultura escrita, é indispensável a leitura especializada do cartógrafo para a sua correta interpretação. Mapas históricos também estão suscetíveis à transmissão de desvios de representação, como a presença de nomes e entidades geográficas em lugares equivocados, erros de escala etc., sendo, aos olhos incautos, uma zona repleta de armadilhas. Esse interesse compartilhado pela sócio-história das obras cartográficas serve de estímulo para a proposição

de um trabalho interdisciplinar que una o enfoque filológico acerca das práticas de escrita e da preparação de edições ao da cartografia histórica, centrado nas práticas de representação espacial.

3.1 MAPAS DA CAPITANIA DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS

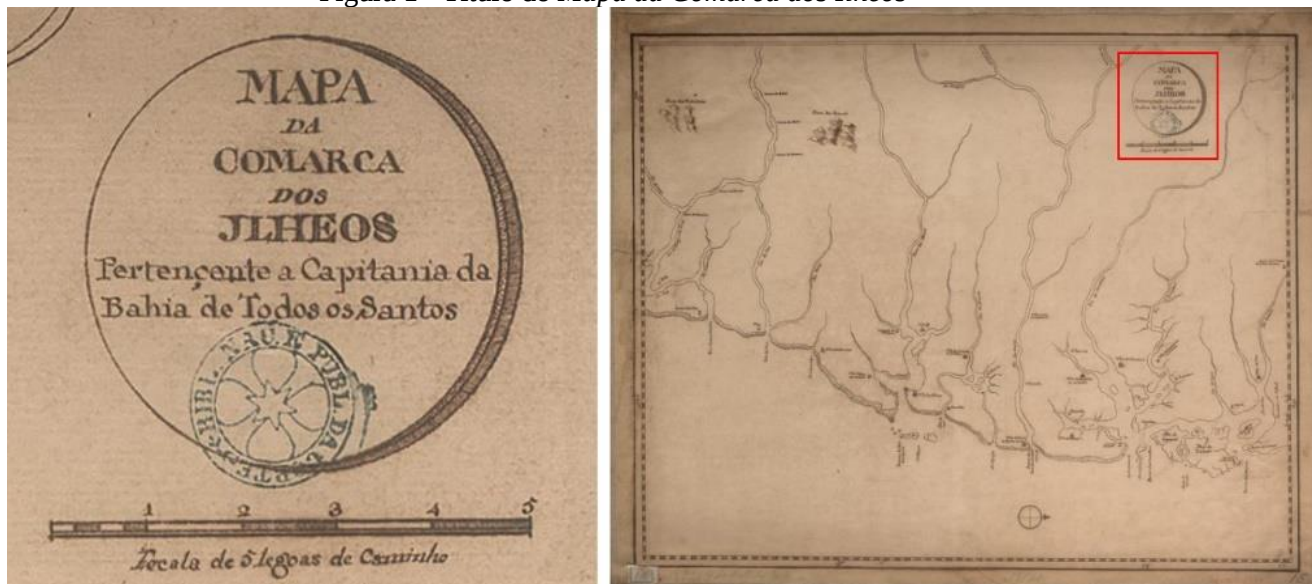
O *corpus toponymicum* foi extraído de um conjunto de três mapas, de autoria desconhecida, cuja elaboração estima-se ter ocorrido entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Dois dos mapas referem-se à Comarca da Bahia de Todos os Santos: o primeiro, intitulado *Mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos sua divisão desde o rio Jiquiriçá até o rio Real pela parte do Norte* (doravante MCB1); e o segundo, *Mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos seguindo a continuação della para o poente* (MCB2). Segundo Havre (2019), a grosso modo, é possível dizer que a linha divisória entre as duas áreas retratadas pelos mapas pode ser traçada da cidade de Água Fria, ao norte, e a Ilha de Itaparica, ao Sul. O terceiro mapa refere-se à Comarca de Ilhéus, intitulado *Mapa da Comarca dos Ilheos* (MCI). Os dois primeiros mapas coincidem no registro de algumas entidades geográficas, enquanto o terceiro, apenas os localizados nas proximidades do *Rio Jiquiriçá*.

A Biblioteca Nacional apresenta uma datação global que abrange o período entre os anos de 1700 e 1799, apesar de, segundo Havre (2019), os Anais de 1881-1882 sugerirem um parentesco com um mapa datado de 1807, cujo original se encontra no Arquivo Militar com o nome de Anastasio de Santa Anna ²⁹, o mesmo autor do *Guia de Caminhantes*, doravante GdC, obra composta por uma série de mapas do território brasileiro datada de 1817. No entanto, Havre (2019, n.p.), a partir da análise de aspectos estruturais dos mapas estima que “[...] as informações que podem ser obtidas dos documentos apontam que eles foram certamente realizados entre 1761 e 1807”. A datação inicial foi feita a partir do título do MCI (cf. figura 1), que apresenta a informação de que a Comarca de Ilhéus pertencia à Capitania da Bahia de Todos os Santos, fato que aconteceu apenas em 1761. A datação final foi fixada a partir da identificação de uma relação genética existente entre os sistemas de coordenadas instalados, a adoção do meridiano caboverdiano, tanto no mapa do Arquivo Militar quanto no mapa anônimo. A ausência e a presença de designativos são considerados na avaliação, no entanto, não permitiram levantar hipóteses conclusivas sobre a datação. Por conta disso, assume-se que

²⁹ Não há muitas informações a respeito do suposto autor dos mapas, apenas que o GdC foi produzido na Bahia e que ele assina o mapa como “o pardo velho, pintor” (GdC, 1817). O Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG afirma que Anastasio era um negro liberto, residente da cidade de Salvador (CRCH, 2025).

o *corpus toponymicum* registrado nos mapas como referentes à toponímia setecentista, especificamente do período que compreende os anos de 1761 e 1807.

Figura 1 - Título do *Mapa da Comarca dos Ilheos*



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

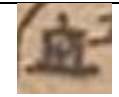
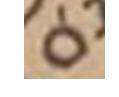
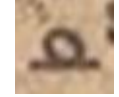
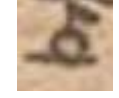
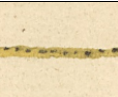
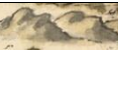
O estudo dos topônimos registrados nos mapas é relevante tanto do ponto de vista variacional, pelo fato de apresentarem algumas alterações gráficas que refletem variantes fonéticas ocorridas no período, como da microtoponímia do sertão baiano, já que apresenta designativos que não se encontram registrados em outros mapas, como o GdC, por exemplo. Segundo Havre (2019):

Na Bahia, um dos primeiros focos da colonização portuguesa, a maioria dos documentos do início do período colonial se limitam à representação da costa e do entorno imediato da Baía de Todos os Santos. Os primeiros cartogramas remontam ao século XVI, mas os limites geográficos ultrapassam raramente, do lado ocidental, a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, fundada em 1698. Para conhecer o território além deste ponto, torna-se necessário recorrer a mapas regionais ou continentais, cuja escala não permite maior detalhamento. Durante todo este tempo, o sertão é cenário de desconhecimento, de guerra e de seca mas, ao mesmo tempo, sofre uma enorme pressão pela ampliação e pelo controle das terras (Havre, 2019, n.p.)

Nos mapas, não são apresentadas legendas ou notas contendo informações sobre os símbolos utilizados. Havre (2019, n.p.) sinaliza que há uma “[...] progressão lógica na elaboração dos símbolos, partindo de um simples círculo, no qual são acrescentados detalhes [...]”, esta progressão segue a lógica de representação mais simplificada para entidades geográficas de menor proporção, como as fazendas, e mais complexa para os conglomerados

maiores como as freguesias e vilas. O autor também destaca que alguns dos símbolos utilizados também podem ser encontrados no GdC. Partindo da necessidade de interpretação dos símbolos usados para classificar os tipos de entidades geográficas, foi realizada uma análise dos mapas para observar a correspondência entre os símbolos neles contidos e os utilizados no GdC. A seguir, apresenta-se a lista de entidades geográficas, seguidas do símbolo utilizado em cada mapa, quando ocorreram, e os símbolos encontrados no GdC:

Tabela 1 - Símbolos correspondentes entre os mapas

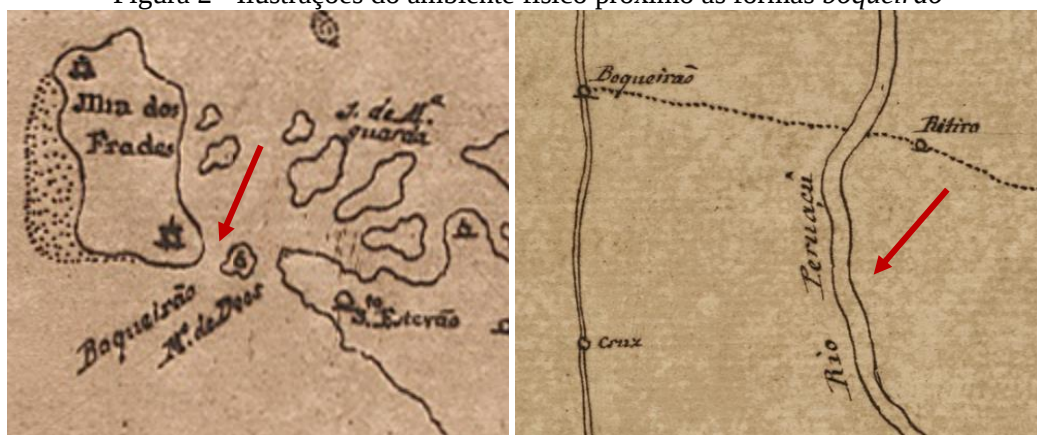
Acidente	MCB1	MCB2	MCI	GdC
Arcebispos		-	-	
Vilas				
Arraiais				
Freguesias e povoações			-	
Capelas			-	
Fazenda				
Sítios				
Fortes e destacamentos				
Rios				
Estradas			-	
Caminhos	-		-	
Serras (montanhas)	-			

Fonte: Santiago (2021).

O resultado da análise mostrou certa convergência entre os símbolos, mas também a necessidade de verificação dos que apresentam continuidades de formas, como é o caso dos arraiais e freguesias que se diferenciam apenas por um traço na horizontal, criando uma forma de cruz. Considerando que se trata de um mapa possivelmente não finalizado, visto que há também símbolos sem a indicação do nome de lugar, é possível que alguns dos signos apresentem esse tipo de ambiguidade. Todavia, sempre que possível, foi realizada uma pesquisa bibliográfica complementar para confirmar a natureza dos *designata*. Além disso, foi feita uma análise comparada com o CdC das entidades geográficas em comum.

Outro aspecto complementar da iconografia cartográfica diz respeito à informação acerca do ambiente motivador, possibilitando a desambiguação da motivação de topônimos homônimos e a construção de uma hipótese nominativa mais segura. É o caso das formas *boqueirão*, *barra* e *brotas*. A primeira demonstrou uma divergência semântica diatópica em que ambas as possibilidades aparecem associadas à ideia de uma [forma geológica semelhante à boca], porém significando [braço de mar entre duas porções de terra], no litoral, e [abertura nas serras por onde passam os rios], no sertão, ambos registrados em Souza (1939). Nesse caso, a distinção semântica do étimo também resultou em uma diferenciação das taxes, sendo, o primeiro caso, um hidrotopônimo³⁰, e o segundo, um geomorfotopônimo³¹. Os dois étimos puderam ser confirmados pelas ilustrações nos mapas que representam o ambiente físico em que os acidentes se encontram (cf. figura 2).

Figura 2 - Ilustrações do ambiente físico próximo às formas *boqueirão*



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

³⁰ Topônimo motivado na água e em hidrônimos em geral (P. Catalá e Roca, 1966 *apud* Costa, 1977).

³¹ Topônimo motivado em entidades geográficas relativas à topografia (Dick, 1992).

Quanto à forma *barra*, há duas possíveis interpretações: a primeira é [entrada de porto ladeada por terra firme], que é o caso das duas primeiras barras identificadas nos mapas, a barra próxima à *Ponta de Santo Antonio* e a barra do *Rio Joannes*; a segunda é [bancos de areia depositados na boca de um rio], que corresponde aos outros três acidentes com esse nome, ambos situados nas proximidades de um rio. O critério utilizado para a distinção dos étimos foi a representação do ambiente nos mapas, considerando as formas pontilhadas como correspondentes aos sedimentos deixados pelos rios (cf. figura 3).

Figura 3 - Representação do ambiente físico próximo às formas *barra*



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

No caso do topônimo *Brotas*, identificou-se a motivação pelo registro da sua localização: do sítio próximo à nascente do Rio Subaé, indicada pela ilustração do rio (cf. figura 4), assim como pela invocação de *Nossa Senhora de Brotas*, nas proximidades de entidades geográficas com o mesmo nome: um convento e uma igreja.

Figura 4 – Nascente do Rio Subaé próximo à forma *brotas*



Fonte: Elaborada pelos pesquisadores.

O estudo toponímico na cartografia histórica exige a leitura adequada dessas fontes não apenas para assegurar a confiabilidade do *corpus toponymicum* a ser estudado, mas para possibilitar a condução correta da análise dos dados. Tal condução é viabilizada apenas a partir da leitura dos aspectos materiais, os quais podem auxiliar na identificação dos tipos de entidades geográficas nomeadas, bem como fornecer indícios capazes de desfazer ambiguidades que impactam não apenas na aplicação da taxonomia toponímica, mas de determinação do real motivo da atribuição do nome, que é o objetivo da toponomástica.

4 AS REDES TOPONÍMICAS NA BAHIA COLONIAL

A pesquisa consiste em um estudo toponímico qualitativo de 23 topônimos de natureza diversa, entidades geográficas humanas e físicas com nomes próprios relacionados à rede toponímica das interações entre animais humanos e não humanos, pertencentes ao território das duas comarcas da Capitania da Bahia de todos os Santos: a Comarca da Bahia de Todos os Santos e a Comarca de Ilhéus. Para a constituição do *corpus*, foram transcritos os dados tomando por fonte um conjunto de três mapas referentes ao território mencionado, cuja autoria é atribuída a Anastasio de Santa Anna e se encontram disponíveis no *Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil*³². Para a análise dos dados, recorreu-se à consulta a dicionários, enciclopédias, além de outras fontes bibliográficas de áreas do campo da história, geografia e ecologia etc. Para o delineamento da rede toponímica homem-animal³³ e das redes subordinadas, observou-se o contexto histórico, ecológico, social e cultural da Bahia no período colonial.

A toponímia colonial é um reflexo de um processo de apropriação portuguesa do território, que impactou culturalmente e ecologicamente o território dominado. Dentre os fatores culturais está o confronto que os colonizadores tiveram entre si, portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, e entre os povos originários americanos e africanos escravizados. Quanto aos fatores ambientais, pode-se destacar a pesca predatória, principalmente, de baleias, a caça predatória, os processos de desmatamento, aterramento de lagoas e poluição de cursos de água. Essas práticas, que tiveram início desde as primeiras décadas da colonização e permaneceram, durante muito tempo, como é o caso da pesca predatória de baleias, as atividades dos engenhos e, até mesmo, a escravidão dos povos originários e africanos, tiveram sérios impactos no ambiente.

4.1 TAXONOMIA TOPONÍMICA

A taxonomia é uma metodologia de identificação e sistematização que tem por objetivo organizar objetos em análise em um campo científico, discriminando diferenças e agrupando características similares. Consiste em uma estratégia de abstração dos dados com o intuito de facilitar o processo de manipulação, descrição e interpretação de processos, fenômenos e

³² Link: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>.

³³ Neste trabalho, o termo animal será reservado aos animais não humanos.

objetos analisados. Do grego *taxis* (arranjo) + *nómus* (lei, costume), o termo representa o campo da classificação científica das coisas. Uma taxonomia, ou sistema taxonômico, é composto por táxons ou taxes³⁴, cada um dos termos responsáveis por designar uma noção/categoria dentro deste sistema.

Em toponomástica, assim como nos estudos gramaticais, a modelagem de sistemas taxonômicos é uma tendência adotada em diferentes países, seguindo critérios diversos. Dentre os modelos mais conhecidos está o de Stewart (1954; 1970; 1975), com base nos mecanismos de nomeação³⁵ com reformulações recentes no contexto australiano (Tent e Blair, 2011) e no contexto brasileiro (Santiago, 2021; 2024)³⁶, inclusive, com eficácia observada no estudo dos nomes comuns³⁷. Outro modelo é reformulado por Dick (1980; 1990; 1992), baseada na tradição terminológica europeia e canadense, centrada no significado dos topônimos, com uma modelo formado inicialmente por 27 taxes, as quais a autora dicotomiza em categorias de natureza física e antropocultural, conforme pode ser visualizado na Tabela 2. O modelo passou por ampliações subsequentes, que englobam novas categorias semânticas, algumas difíceis de situar entre as categorias físicas e antropoculturais, como os ígneo e hígietopônimos, outras com ênfase em aspectos do significante e não do significado, e.g. alfa e acronimotopônimos.

O modelo dickiano (cf. tabela 2) une a ideia de sistematicidade toponímica postulada por Stewart (1954), que concebe o topônimo como uma categoria discreta dentro de um sistema, aspecto já questionado neste trabalho (cf. seção 2.3), ao modelo terminológico muito difundido no contexto europeu e canadense, que atribuía um termo aos topônimos mais produtivos, por meio da junção de radicais de origem grega ou latina, que especificam a classe genérica, e.g., *hagio-*, *hidro-*, *antropo-*, com o termo ‘topônimo’. É necessário, no entanto, pontuar essa existência da fórmula terminológica antes da construção do modelo utilizado no contexto brasileiro por Dick (1980; 1990; 1992), conforme ressalta Costa (1977), ao traçar o histórico de algum dos termos, e como pode ser visto nas produções dos toponimistas canadenses Dorion e Hamelin (1966), Dorion e Porier (1975)³⁸, que demonstram como ocorreu o processo de

³⁴ O termo *taxe* é utilizado como sinônimo de *taxón*, forma dicionarizada utilizada em outras áreas do conhecimento. O termo provém da formação reversa de *taxeonomia*, grafia alternativa de *taxonomia*, e tornou-se produtivo na tradição toponomástica brasileira a partir das publicações de Vicentina Dick.

³⁵ Entende-se mecanismo de nomeação como o *modus operandi* do ato de nomear (Tent; Blair, 2011). Trata-se do processo cognitivo que gerou a nomeação, ou seja, a forma como o nomeador mobiliza um ou mais itens lexicais e os seus significados correspondentes para criar um novo nome (Santiago, 2021; 2024).

³⁶ No entanto, notou-se que modelo precisa ser revisado com relação a casos de sobreposição e sua aplicação a outros estratos linguísticos além do português, com o intuito de elaborar um formato mais enxuto e abrangente.

³⁷ Cf. Santiago (2025).

³⁸ Apesar dos toponimistas canadenses preferirem o termo *corônimo* em lugar de *topônimo*, eles utilizam a mesma fórmula terminológica.

reflexão acerca da adoção de alguns termos: “[s]e os corônimos descrevem a forma da terra, a vegetação do lugar, sua fauna, deveríamos falar de morfônimo ou morfocorônimo, botônimo ou fitocorônimo, zoônimo ou zoocorônimo?”³⁹ (Dorion e Hamelin, 1966, p. 203-204, tradução nossa).

Tabela 2 - Síntese das taxes⁴⁰ de natureza física e antropocultural

Natureza	Taxe	Abrangência	Registro (*pós-Dick, 1980)
Física	Astrotopônimo	Corpos celestes	Dorion e Poirier (1975)
	Cardinotopônimo	Posições geográficas	
	Cromotopônimo	Escala cromática	
	Dimensiotopônimo	Características dimensionais	*Francisquini (1998) P. Catalá e Roca (1958) ⁴¹
	Estematotopônimo	Impressões sensoriais	
	Fitotopônimo	Vegetação	
	Geomorfotopônimo	Entidades geográficas topográficas	P. Catalá e Roca (1966) ⁴² *Carvalho (2010)
	Hidrotopônimo	Entidades geográficas hidrográficas	
	Igniotopônimo	Fogo	
	Litotopônimo	Minerais	Dorion e Hamelin (1966)
	Meteorotopônimo	Fenômenos atmosféricos	
	Morfotopônimo	Formas geométricas	
	Zootopônimo	Animais	
Antropocul.	Acronimotopônimo	Sigla	*Francisquini (1998) *Francisquini (1998) Seabra; Cambraia (2025)
	Alfatopônimo⁴³	Letras do alfabeto	
	(grafotopônimo)		
	Animotopônimo	Vida psíquica	Piel (1949) ⁴⁴
	Antropotopônimo	Nomes próprios individuais	
	Axiotopônimo	Títulos e dignidades	
	Corotopônimo	Nomes de cidades, estados, países etc.	Dorion e Poirier (1975)
	Cronotopônimo	Que encerram indicadores cronológicos	
	Ecotopônimo	Habitações de um modo geral	
	Ergotopônimo	Elementos da cultura material	*Francisquini (1998)
	Etnotopônimo	Elementos étnicos	
	Dirrematopônimo	Frases ou enunciados linguísticos	
	Hierotopônimo	Nomes sagrados de diferentes crenças.	*Francisquini (1998)
	Higietopônimo	Higiene, saúde, bem-estar	
	Historiotopônimo	Movimentos de cunho histórico-social	
	Hodotopônimo	Vias de comunicação rural ou urbana	*Francisquini (1998)
	Necrotopônimo	Morte, restos mortais	
	Númerotopônimo	Adjetivos numerais	
	Poliotopônimo	Diferentes graus de povoação	
	Sociotopônimo	Profissões, locais socialização	
	Somatopônimo	Partes do corpo humano	

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

³⁹ Texto original: Selon que les choronymes décrivent la forme du terrain, la végétation du lieu, sa faune, devra-t-on parler de morphonyme ou de morphochoronyme, de botanyme ou de phytochoronyme, de zoonyme ou de zoochoronyme?

⁴⁰ Não foram registradas no quadro subtaxes como mitotopônimos (Dorion e Poirier, 1975), hagiopônimos (Lopes Santos, 1960 *apud* Dick, 1990; Dorion e Poirier, 1975) e mariotopônimos (Carvalho, 2017).

⁴¹ *Apud* Costa (1977).

⁴² *Apud* Costa (1977).

⁴³ O termo grafotopônimo foi considerado muito amplo pelos autores, sendo que estes topônimos se referem apenas às letras do alfabeto.

⁴⁴ *Apud* Costa (1977).

O mérito do trabalho de Dick (1992) consiste na sistematização desta terminologia e na difusão deste inventário a nível nacional, ainda que algumas mudanças realizadas mostrem problemas de aplicabilidade que a tradição toponomástica brasileira insiste em desconsiderar, e.g. a abrangência de algumas categorias (hieró, animo, historiotopeônimos), enquanto outras são muito específicas (hodo, crono, poliotopeônimos), ou semanticamente imprecisas e subjetivas (historio, mitotopeônimos).

O modelo foi responsável por uma mudança de paradigma nos estudos toponímicos realizados no Brasil, proporcionando um método de descrição que pudesse ser aplicado em todo o território, com a identificação dos padrões semânticos de nomeação e das influências sócio-linguístico-culturais que orientaram a formação da toponímia brasileira, além do estabelecimento de uma agenda de trabalho a nível nacional. No entanto, mesmo com a sua abrangência e eficácia descritiva, a aplicação da proposta tem suscitado, ao longo dos anos, algumas questões que merecem atenção: o caso da polissemia e a questão da distribuição no eixo sintagmático. Ambos os problemas provêm do viés estruturalista da abordagem, que gera dificuldade com a multiplicidade de processos motivacionais e o a existência de um *continuum* entre as categorias.

O problema da polissemia envolve a compreensão de que a língua varia no espaço e no tempo e, por conta disso, o estudo toponímico não pode limitar-se à consulta ao dicionário de língua atual, mas deve sempre envolver uma pesquisa e validação semântica nos contextos ambíguos. Essa validação pode se dar por meio do estudo sócio-histórico da localidade, na consulta de fontes históricas, documentos oficiais e extraoficiais, além da historiografia local. Outro aspecto a ser considerado é a variedade de fontes lexicográficas que irão auxiliar na correta interpretação do significado toponímico, reiterando a necessidade de não apenas trabalhar com obras contemporâneas e de abrangência nacional, já que os topônimos são provenientes de diferentes estratos linguísticos, sendo importante a consulta obras lexicográficas históricas e regionais.

Todos esses elementos devem ser somados na construção da base semântica e sócio-histórica da hipótese nominativa, que surge de uma aproximação à interação ocorrida que deu origem ao nome do lugar. Entretanto, não é suficiente para atribuição segura de uma taxa, pois é comum um topônimo atender a critérios que o coloquem dentro de uma ou de outra categoria taxonômica. Tais topônimos podem apresentar mais de uma motivação, constituindo um processo complexo que não pode ser compreendido por um modelo feito para entidades linguísticas discretas, como pressupõe Stewart e Dick em suas abordagens. Nesse cenário,

destaca-se a questão da composicionalidade do signo toponímico, que pode ser formado por mais e um constituinte semântico.

Entende-se por constituinte semântico toponímico, cada item detentor de significado lexical ou discursivo do elemento específico que passa a integrar-se semanticamente no ato da nomeação, ou seja, que não deriva de uma unidade polilexical, como os dirrematotopônimos, que são enunciados fraseológicos, ou hagiotoipônimos, provenientes de nomes de santos com estrutura sintagmática congelada. A classificação dos constituintes semânticos mantém a forma canônica de classificar, pelo núcleo do sintagma, mas dinamiza as representações em um detalhamento anexo, descrevendo cada sema toponímico por meio do radical da taxa correspondente, seguindo a fórmula: [T1 + T2 + Tn...].

Do ponto de vista qualitativo, a abordagem possibilita uma descrição mais detalhada da dinâmica toponímica, visto que componentes semânticos permanecem durante muito tempo nos designativos de uma localidade, porém, por figurarem como formantes secundários, nem sempre se encontram evidenciados na classificação taxonômica. Isso acontece com os designativos do município de Ipirá-Ba, cujo componente *Camisão*, proveniente dos nomes atribuídos pelos portugueses à serra do *Camisão* e à aldeia *Camisão*, entidades geográficas nomeadas antes do seu povoamento, foi incorporado em todos os designativos, com exceção do último: *Fazenda Ponta da Serra do Camisão* > *Santa Anna do Camisão* > *Sant'anna do Camisão* > *Camisão* > *Ipirá*. A demarcação semântica desse processo só se revela com a classificação semântica dos constituintes: [geomorfo + etno] > [hagio + etno] > [etno] > [hidro + zoo].

Mas é na aplicação quantitativa que a abordagem se mostra ainda mais eficaz, pois torna possível a identificação de padrões semânticos predominantes na toponímia de uma região, na primeira ou em qualquer outra posição que ocupe no sintagma. Dessa forma, é possível ver a difusão da hagiotoiponímia, na condição de segundo constituinte do sintagma toponímico, como ocorre com os topônimos *Riacho de Santana* (AH, BA), [hidro + hagio], *Vila Bela de Santo Antonio das Queimadas* (AH, BA), [animo + hagio + ígneo], ou das diversas composições com animotopônimos: *vila Bela das Palmeiras* (AH, BA), [animo + fito] *Mundo Novo* (AH, BA), [animo + crono].

Para além do problema sintagmático, outra questão tem surgido em relação à classificação taxonômica: a delimitação do campo semântico das taxas. Algumas categorias dentro do modelo taxonômico estruturado por Dick (1990; 1992) apresentam certa precisão semântica, como é o caso dos crono e cardinotopônimos, que são definidos igualmente por

diferentes toponimistas (Trapero, 1995; García Arias, 1995; Marcato, 2009). Outras categorias, no entanto, não se mostram suficientemente transparentes, como é o caso dos hidrotopônimos, que são definidos como “[...] topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral” (Dick, 1992, p. 31), em que o termo hidrográfico é empregado com uma acepção mais restrita do que comumente se utiliza, abrangendo apenas os cursos de água e os corpos de água. Assim, são deixados de lado outras entidades geográficas que são também considerados hidrônimos no âmbito da geografia, como as entidades litorâneas e justafluviais, geralmente, agrupadas entre os geomorfotopônimos, por conta da saliência do terreno. A dificuldade que se apresenta, nesse contexto, é a de que, em alguns casos, devido à posição intermediária no *continuum* entre os constituintes [+hidro] e [+geomorfo], algumas formas são ressemantizadas, passando a selecionar ora um referente hidrográfico, ora um referente geomorfológico, como ocorre com a forma *barra* na toponímia baiana.

4.2 REDES TOPONÍMICAS DE ORDEM ZOOLOGICA

As interações entre animais humanos e não humanos ocupam um lugar privilegiado na história das culturas, compreendendo o universo sagrado, o imaginário popular, as relações afetivas, negativas e positivas, e os contextos de exploração. Os egípcios associavam às divindades aos animais em um processo de zoomorfização ou combinavam características de ambos, a antroporzoomorfização, transformando os animais em símbolos sacros. O mesmo acontece com os gregos, na construção das criaturas híbridas e quiméricas que se caracterizavam pela força e violência extrema, revelando imaginário negativo acerca do que se considerava a animalidade, mas que evidencia características extremas dos próprios animais humanos. O texto bíblico também revela a riqueza simbólica que atravessavam a animalidade judaico-cristã, com simbologia positiva, o leão, a pomba, ou negativa, as serpentes, os morcegos e uma série de animais considerados ritualisticamente impuros.

Observa-se que o que se agrupa como animal é uma categoria múltipla, quer seja pela grande diversidade de espécies que constituem esse grupo, quer seja pela percepção diversificada que emerge dos contatos com os diferentes grupos culturais. Por conta disso, entende-se que, no quesito animalidades, é necessário sempre entender o seu aspecto plural, é preciso “[...] considerar que existem ‘videntes’ cuja pluralidade não se deixa reunir em uma figura única da animalidade simplesmente oposta à humanidade [...]” (Derrida, 2002, p. 87).

Essa ideia é indispensável para a compreensão dos animais não humanos e a ressignificação das relações que se mantêm com eles.

O processo de ressignificação perpassa pelo caminho do conhecimento da história dessas interações e, principalmente, do discurso construído acerca das animalidades, o instrumento de perpetuação destas ideias, que se ramifica em antiecológico ou ecológico. O primeiro é marcado pelo signo da ausência: de linguagem, de alma, de sentimento; continuamente reafirmado pela narrativa capitalista, interessada em apagar as suas subjetividades para objetificá-los e transformá-los em matéria-prima, cobaia. A esse tipo de relação discriminatória/exploratória em que o homem reafirma seu poder e subjuga as demais espécies, Singer (2004) chama especismo, “[...] um preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies” (Singer, 2004, p. 6). Segundo o autor, a forma como tratamos os animais é também uma questão de ordem moral e que o especismo deve ser combatido, assim como é feito com suas modalidades sociais como o racismo e o sexismo.

A segunda, por outro lado, é marcada pelo signo da igualdade: de direitos, de afeto, de habitat. Trata-se de um discurso ainda mais antigo que o anterior, apesar de ter sido apagado ou tratado como obsoleto, até mesmo ‘selvagem’. Esse discurso, que tinha um peso maior no contexto cultural animista, foi apagado pela manipulação do racionalismo científico e, até mesmo, pelo desenvolvimento da escrita, com a intenção de assegurar a exploração da natureza de modo geral. Segundo Manes (1996), as culturas animistas viam a natureza como seres articulados, capazes de comunicar-se com os humanos. Situação que começa a mudar com o fortalecimento da escrita: “[a] alfabetização e a exegese foram responsáveis pelo rompimento da visão animística, já que nos textos escritos a natureza ‘não fala’” (Manes, 1996, p. 19, tradução nossa). Atualmente, esse discurso tem retornado a partir da iniciativa de ativistas, que tentam apagar da perspectiva exploratória/objetificante para conscientizar as gerações futuras, apesar de ter caído em um lugar perigoso e se tornado também um recurso para fins eleitorais e publicitários.

Essas inter-relações na toponímia refletem uma ampla gama interações que vão desde as práticas de exploração desses animais ao reconhecimento da sua integração ao ambiente, considerando-o como uma marca do lugar. Ao contrário do que a leitura tradicional aponta, as redes zoológicas (homem-animal) vão além da manifestação objetiva de nomes de animais na toponímia de uma região, abrangendo interações com os seus habitats e a nomenclatura que envolve a cultura de exploração construída em torno dos seus ecossistemas. Isso permite

tangenciar os aspectos ecológicos/antiecológicos nos processos de nomeação já que, diferente das lexias comuns, esse aspecto discursivo não pode ser apreendido por meio da análise do topônimo no contexto (contexto do enunciado linguístico) de ocorrência, mas no contexto dos aspectos ambientais subjacentes à nomeação.

Para a cartografia das redes toponímicas que se enquadram no universo das interações homem-animal, considerou-se não apenas os zootopônimos, mas outras entidades motivadoras que apresentam um papel significativo no processo de exploração e contato com os animais não humanos. As redes zoológicas (cf. tabela 3) identificadas no *corpus toponymicum* são constituídas por 23 topônimos e podem ser agrupadas em três eixos de interações: homem-animais aquáticos, especificamente a baleação e a pesca; práticas de domesticação/exploração de animais terrestres, com destaque para a bovinocultura; e interações diversas entre homem-animal. As redes encontram-se organizadas pelos tipos de interação com o ambiente, entendida aqui como algo mais abrangente que a motivação, sendo a motivação o porquê da nomeação, enquanto a interação abrange tanto a motivação, quanto processos ambientais que delinearam o contexto nominativo.

Tabela 3 - Redes zoológicas na toponímia baiana colonial

Tipo de interação	Topônimo	Constituintes semânticos ⁴⁵	Frequência
Baleação	^{GEN} Armação	Socio	2
	^{ESP} Cabrestante	Ergo	1
	^{ESP} Estiva	Socio	1
Pesca	^{ESP} Cacha Pregos	Dirremato [zoo] ⁴⁶	1
	^{ESP} Caranguejo	Zoo	1
	^{GEN} Lagoa do ^{ESP} peixe	Zoo	1
	^{ESP} Manguinho	Fito	1
	^{ESP} Mangue Seco	Fito-estemato	1
	^{GEN} Rio ^{ESP} Caranguejo	Zoo	1
	^{GEN} Rio do ^{ESP} Peixe	Zoo	2
Bovinocultura	^{ESP} Brotas	Hiero	1

⁴⁵ Um constituinte semântico corresponde ao significado de cada formante de um topônimo de elemento específico composto, que se integram semanticamente na nomeação (Santiago, 2021).

⁴⁶ Apesar de ser um enunciado linguístico, o topônimo traz em sua estrutura interna o nome de um animal local sendo relevante sinalizar esta camada da sua estrutura entre colchetes: dirremato [zoo].

Cultura relativa à exploração de bovinos no período colonial.	^{ESP} Carro Quebrado	Dirremato	1
	^{ESP} Curralinho	Ergo	1
	^{ESP} Ferradura	Ergo	1
	^{ESP} Porteira	Ergo	1
	^{ESP} Retiro	Socio	1
Outras interações	^{ESP} Antas	Zoo	1
Interações diversas que envolvem a rede homem-animal.	^{ESP} Formigas	Zoo	1
	^{ESP} Giboia	Zoo	1
	^{ESP} Papagaio	Zoo	1
	^{GEN} Rio da ^{ESP} Giboia	Zoo	1
Total			22

Elaborada pelo pesquisador.

A rede que engloba os animais aquáticos é marcada pelo processo de utilização destes animais como recurso no período colonial. Dentre as práticas envolvidas, está a da caça ou pesca de baleias, conhecida também como baleação, prática difundida no litoral brasileiro com polos estratégicos na Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Os nomes relativos à baleação se dividem entre lugar (estiva, armação) e instrumento de exploração (cabrestante), cujos significados e os tipos de interação se encontram detalhados na tabela 4. No caso dos topônimos com a forma *armação*, considera-se a possibilidade de ser processo de designação genérica, em que o elemento genérico assume função de específico, já que este segundo elemento cai em desuso pelo número reduzido de entidades geográficas similares nas adjacências.

Tabela 4 - Rede toponímica da baleação

Topônimo	Significado	Tipo de interação
Estiva	Pode designar a primeira camada de carga de um navio, assim como o lugar onde é feito o seu carregamento. A segunda acepção corresponde ao referente motivador (Aulete e Valente, 1881a).	As estivas eram locais onde se transportava diferentes tipos de carga, inclusive, o óleo de baleia, um dos principais produtos comercializados no período.
Cabrestante	Instrumento ou máquina com o qual se suspende a âncora que está no fundo, colocar ou retirar do navio	Os cabrestantes eram usados para transportar as cargas para os navios, como também

	coisas de grande peso. Registro em (Campos, 1823).	para erguer as baleias para a extração de óleo e outros recursos.
Armação	Red. de <i>armação de baleias</i> . Lugar onde as baleias capturadas eram levadas para a extração de recursos (Ellis, 1958).	Lugar onde se extraía os recursos das baleias, óleo, ossos, barbatanas e os preparava para a comercialização como matéria prima para diferentes produtos, como botões, farinha, leques, espartilhos etc.

Elaborada pelo pesquisador.

Nota-se que a prática da baleação é marcada na toponímia baiana colonial pela presença de instrumentos de exploração destes animais, não havendo ocorrências neste *corpus* de zootopônimos relativos aos animais. Segundo Vieira (2023), por serem consideradas “[c]omo animais em si e como recursos, as espécies e populações marinhas foram socialmente metabolizadas por diferentes sociedades para se tornarem riqueza marinha e desempenharam um papel significativo nas trajetórias e culturas humanas”⁴⁷. Assim, as marcas toponímicas relativas às interações homem-baleia no contexto colonial baiano refletem um olhar voltado ao aspecto comercial das interações.

A rede toponímica da pesca, diferente da rede da baleação, é marcada por zootopônimos, e.g. ^{ESP}*Caranguejo*, ^{GEN}*Lagoa do* ^{ESP}*Peixe*, evidenciando os animais pescados e especificando, em apenas um dos casos, o nome da espécie, como *peixe-prego* em ^{ESP}*Cacha Pregos*. Os habitats dos animais pescados são referenciados de diferentes formas, ora aparecendo por meio do elemento genérico, ^{GEN}*Rio do* ^{ESP}*Peixe*, ora como o elemento específico, ^{ESP}*Manguinho*, ^{ESP}*Mangue Seco*. Os significados e os tipos de interação identificados se encontram detalhados na tabela 5.

Tabela 5 - Rede toponímica da pesca

Topônimo	Significado	Tipo de interação
Cacha Pregos ⁴⁸	Engana peixe-prego. Expressão formada pela junção de <i>cachar</i> , fazer cacha, enganar, dissimular; fazer alguma coisa para induzir ao	O peixe-prego é uma espécie menor de tubarão. O nome ressalta a dificuldade na pesca do peixe-prego, que

⁴⁷ Texto original: As animals per se and as resources, marine species and populations have been socially metabolised by different societies to become marine wealth and have played a significant role in human trajectories and culture.

⁴⁸ Registro: Caixapregos

	erro ou engano (Silva, 1789a) + <i>pregos</i> , red. de peixe-prego, <i>echinorhinus</i> ou <i>squalus spinosus</i> (Aulete; Valente, 1881b).	vive em águas profundas, mas pode também ser encontrado em águas rasas, em algumas áreas. A espécie possui nado lento, mas consegue nadar rapidamente por um curto período de tempo, o que pode ser o indício da dificuldade em pesca-lo.
Caranguejo	Nome genérico para diferentes espécies de crustáceos com patas que vivem no mar ou em manguezais. Seu corpo caracteriza-se pela presença de uma carapaça resistente e achatada, com pinças nas patas anteriores. (Silva, 1789b).	Os caranguejos e outros mariscos consistiam em uma das principais fontes de alimento no período colonial. A prática da captura de caranguejo na Baía de Todos os Santos relatada por diferentes cronistas dede o período colonial.
Peixe	Nome genérico para diferentes espécies de animais aquáticos, vertebrados. Apresentam um corpo revestido por escamas, nadadeiras que possibilitam a locomoção. Registro em (Silva, 1789b).	A atividade de pesca era algo relevante para os indígenas e os africanos escravizados, mas, inicialmente, era considerada de pouca relevância comercial. A representatividade da lexia na toponímia está relacionada à relevância dada aos animais nas culturas dos povos originários, que já detinham esta práxis de nomeação antes da chegada dos portugueses.
Manguinho	Ecossistema litorâneo de aspecto alagado localizado em planícies costeiras que abriga vegetação tolerante ao sal. O sufixo <i>-inho</i> pode indicar tanto o tamanho da planta, quanto da extensão do manguezal (Aulete Digital, 2025).	A referência ao mangu se faz presente na toponímia pela relevância do consumo de caranguejo no período colonial, sendo o manguezal um importante lugar de trabalho. Essa forma descritiva de nomear segue o processo de nomeação primeiro do manguezal, com sua característica particular, seguida de um deslocamento para entidade geográfica humana, na adjacência.
Mangue Seco	Ecossistema litorâneo de aspecto alagado localizado em planícies costeiras que abriga vegetação tolerante ao sal. O adjetivo <i>seco</i> indica a baixa quantidade de alagamento do terreno (Aulete Digital, 2025).	

Elaborada pelo pesquisador.

Com relação à prática de pesca de peixes destaca-se a presença da forma genérica em relação ao seu habitat, ^{GEN}*Lagoa do* ^{ESP}*Peixe* e ^{GEN}*Rio do* ^{ESP}*Peixe*. A pesca já era praticada pelos povos originários americanos e, em seguida, pelos africanos escravizados, não sendo uma atividade com que contava com forte investimento colonial até a chegada dos holandeses. Os povos tupis já tinham o hábito de nomear rios com o zootopônimo *piray*, *pira* [peixe] e *y* [rio], processo que foi apropriado pelo colonizador português que, não apenas por meio de irradiação toponímica, ao nomear lugares em ambientes onde não havia povos tupis (Sampaio, 1987 [1901]), mas por meio da tradução destes nomes. A hipótese mais aceitável é de que primeiro houve um processo de tradução de alguns locais e, em um segundo momento, houve a aquisição do padrão nominativo e a nomeação espontânea em língua portuguesa.

No topônimo ^{ESP}*Cacha-pregos* destacam-se dois tipos de interação, a presença do nome do animal, mesmo que de forma reduzida, e a prática que envolve a pesca deste animal, de caráter complexo, pelo fato de conseguir nadar rapidamente, possibilitando o escape dos pescadores, apesar do seu nado ser lento na maioria do tempo. Outro fator para esta dificuldade de pesca pode ser o fato de viver geralmente em águas mais profundas, sendo encontrado em águas rasas apenas em algumas áreas.

A captura de caranguejo figura também de duas formas, associado ao habitat, ^{GEN}*Rio do* ^{ESP}*Caranguejo*, e apenas ^{ESP}*Caranguejo*. O primeiro representa a abundância destes animais no rio nomeado, ao passo que o segundo trata-se de um deslocamento do nome para uma igreja próxima ao rio, destacando a relevância do Rio do Caranguejo para a comunidade local. Enquanto a prática da baleação era voltada ao mercado externo, a captura de mariscos foi uma atividade relevante para o mercado interno no período colonial, tornando-se cada vez mais valorizada ao ponto de, em um segundo momento, fazer surgirem estabelecimentos dedicados ao comércio destes produtos. A atividade estava diretamente relacionada aos engenhos nos primeiros séculos de colonização, fato observado na presença de instrumentos dedicados à pesca nos inventários dos senhores de engenho (Castellucci, 2008). Inclusive, a presença de manguezais era considerada um requisito básico para a instalação de um engenho (Portela, 2012), o que indica a necessidade explorar a conexão entre a rede toponímica da pesca e a do engenho. Segundo Silva (1988), pode-se afirmar que a economia escravista-colonial apresentou três formas de atividades relacionadas à pesca:

[...] Uma primeira forma era a exercida pelos próprios escravos, após suas jornadas de trabalho. Uma segunda forma de atividade era dos escravos que pescavam e participavam do comércio do peixe, sob a exploração de seus

senhores. A terceira forma era a dos pescadores livres, sobretudo indígenas, que vendiam seu peixe, como os escravos, nos mercados de peixe ou diretamente aos engenhos. Mas todas estas formas corroboravam a exploração da mão-de-obra escrava, no contexto da produção açucareira, através da obtenção de um dos alimentos básicos do escravo - o pescado (Silva, 1988, p. 45).

Os mangues se encontram disponíveis em diferentes territórios no ambiente americano, o que justificaria a hipótese do contato entre os povos originários que teriam levado à aquisição da lexia. São ecossistemas que desempenham diversas funções importantes na natureza, pois além de proteger as zonas costeiras, são capazes de sequestrar e estocar uma quantidade de carbono equivalente ou maior que qualquer floresta terrestre. Esses ecossistemas têm sido ameaçados pela perda da cobertura vegetal e deterioração de habitats aquáticos por conta de fatores como a ocupação, poluição e mudanças na hidrodinâmica, como inundações e secas. A destruição dos mangues prejudica não apenas o ambiente natural, mas diferentes setores ocupados por comunidades tradicionais como a pesca artesanal, a coleta de mariscos e o turismo. Segundo Soavinski e Maretti, (2018), apesar do esforço significativo em conservar estas áreas ser crescente:

Estima-se que 25% dos manguezais em todo o Brasil tenham sido destruídos desde o começo do século 20. A situação é particularmente séria nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, que apresentam um grande nível de fragmentação e onde estimativas recentes sugerem que cerca de 40% do que foi um dia uma extensão contínua de manguezais, foi suprimido (Soavinski e Maretti, 2018, n.p.).

A bovinocultura foi uma atividade essencial para diversos setores econômicos do período colonial, assegurando o abastecimento interno e o desenvolvimento econômico. A busca por novos territórios para a criação de gado também foi responsável pela expansão portuguesa para o interior baiano, em vários períodos. Esses animais exerciam diferentes funções na economia colonial, sendo considerados fonte de alimento, força para trabalhos pesados, principalmente dentro dos engenhos e como fonte do couro, importante matéria prima.

A rede toponímica da bovinocultura (cf. tabela 6), assim como a rede da baleação, é marcada por elementos relacionados à atividade econômica, especialmente da cultura material. A rede apresenta da predominância de ergotopônimos relativos às atividades da bovinocultura: o local de criação, ^{ESP}*Curralinho*, ^{ESP}*Porteira*, objeto relacionado aos equinos usados pelos criadores para arrebanhar o gado, ^{ESP}*Ferradura*. Há um dirrematotopônimo, que destaca o transporte de carga pesada com o carro de boi, ^{ESP}*Carro Quebrado*, e um sociotopônimo, fazendo referência ao local utilizado estadia dos criadores de gado, ^{ESP}*Retiro*. As formas

ferradura e porteira, apesar de não demonstrarem uma relação direta com a bovinocultura, designam lugares próximos dos demais topônimos, havendo, portanto, uma confirmação espacial das relações estabelecidas dentro da rede.

Além disso, a forma *Brotas*, redução de Nossa Senhora de Brotas, um hierotopônimo, especificamente uma invocação mariana, relacionado à bovinocultura pelo fato da santa ser considerada protetora dos criadores de gado e agricultores (Megale, 2001). O culto tem origem em um suposto milagre ocorrido na localidade de Brotas, em Portugal, no século XV. Segundo a narrativa, um pastor teve a sua vaca presa ao cair em um barranco, estando prestes a sacrificá-la, quando surge Nossa Senhora que promete ressuscitá-la e pede para construir um santuário no local. No território baiano, o culto foi introduzido a partir da mesma narrativa popular, atualizada ao contexto local, que relata a ocorrência do mesmo milagre que aconteceu em Portugal. O quadro ilustrando o milagre ainda pode ser encontrado na Matriz de Brotas (Dórea, 2006).

Tabela 6 - Rede toponímica da bovinocultura

Topônimo	Significado	Tipo de interação
Brotas	Redução de <i>Nossa Senhora de Brotas</i> , invocação de Maria, mãe de Jesus, baseado no relato bíblico (Bíblia, 2011, Mt. 1:18-25). O culto a N. S. de Brotas tem início em Portugal, com pouca difusão no próprio território português (Correia, 2010).	O culto a N. S. de Brotas está relacionado à bovinocultura, pois a santa é considerada protetora dos criadores de gado. o culto foi introduzido a partir da uma narrativa popular, atualizada ao contexto local, que relata a ocorrência do mesmo milagre que aconteceu em Portugal: um homem que possuía uma vaca, da qual o leite assegurava a sua subsistência, encontrou o animal preso em um lameiro e invocou a Virgem Maria, que veio ao seu socorro.
Carro Quebrado	Carro de boi com sua estrutura danificada. Junção de <i>carro</i> , instrumento de carregar, consta de rodas, leito, apeiro etc., é tirado por bois ou cavalos (Silva, 1789a) + <i>quebrado</i> , p. pass. de quebrar, separar, desunir as partes de um corpo inteiro (Silva, 1789b).	Acredita-se que a fixação da expressão possa ter ocorrido pelo fato de ser um acontecimento recorrente. Nesse sentido, a interação não é apenas entre objeto-animal, mas com o território, especificamente a área em

		que esse evento costuma acontecer.
Curralinho	Cercado de paus para recolher gado e apanhar peixes (SILVA, 1789a) + sufixo diminutivo <i>-inho</i> .	Era o local próprio para a criação de gado. Os currais geralmente eram localizados onde haviam diferentes condições favoráveis à criação, como o vasto campo e a presença de rios ou lagoas.
Ferradura	Círculo de ferro que se põe por calçado às bestas e, talvez, aos bois (Silva, 1789b).	As ferraduras são objetos próprios de cavalos. No entanto, sabe-se que os cavalos eram meios de transportes geralmente utilizados pelas camadas sociais mais altas e para as atividades de criação de gado. A <i>lexia</i> foi incluída na rede toponímica da bovinocultura por encontrar-se na zona de criação de gado.
Porteira	Portelo ou cancela de um cerrado (Aulete; Valente, 1881b).	A porteira também é um elemento próprio de comunidades rurais em geral. No entanto, assim como a <i>lexia</i> ferradura, ela também se encontra na zona da bovinocultura.
Retiro	Casa situada aos fundos de uma fazenda onde ficam vigias; rancho para a guarda de gado hibernado (Souza, 1939).	Elemento indispensável para a atividade de criação de gado, considerando que muitas delas se davam fora dos centros habitacionais, sendo, inclusive, responsáveis pelo surgimento de novos núcleos. O topônimo é muito produtivo na toponímia rural atual.

Elaborada pelo pesquisador.

A última rede (cf. tabela 7) apresenta diferentes espécies de animais com os quais se interagiu no ambiente brasileiro e é marcada pela relação de abundância destes animais na

região em que se encontra o lugar. Nota-se que são zootopônimos puros, com exceção do ^{GEN}Rio da ^{ESP}Giboia, o qual traduz a relação animal-habitat.

Tabela 7 - Rede toponímica com outras interações homem-animal

Topônimo	Significado	Tipo de interação
Antas	Animal quadrúpede com tamanho de um bezerro de seis meses, semelhante ao porco, porém com a cabeça maior, nas patas dianteiras tem quatro unhas e nas traseiras três e um princípio de quarta unha (Silva, 1789a).	Abundância do animal na região.
Formigas	Insetos da ordem dos <i>hymenopteros</i> (Aulete; Valente, 1881a).	Abundância do animal na região.
Giboia	Grande serpente da fam. dos boídeos (<i>Boa constrictor</i>), não venenosa e constritora, que pode chegar a mais de 4m de comprimento e é encontrada nas Américas do Sul e Central (Aulete Digital, 2025).	Abundância do animal na região. É possível que, no caso do rio, esta abundância tenha sido projetada de forma metafórica para indicar as caraterísticas físicas do rio, por meio de uma associação.
Papagaio	Ave de bico revoltado que imita a fala humana (Silva, 1789b).	Abundância do animal na região.

Elaborada pelo pesquisador.

5 *CORPUS TOPONYMICUM BAHIAE*: PORTAL HISTÓRICO E ECOLÓGICO DA TOPONÍMIA BAIANA

A revolução digital vertiginosa, que teve início na segunda metade do século passado e se desdobra em novas pequenas revoluções a cada instante, foi, durante muito tempo, encarada como sinônimo de avanço, progresso ou melhoria. O surgimento de computadores pessoais e a sua inserção na vida cotidiana foi responsável pela otimização da vida laboral e social: a execução de tarefas diversificadas em um mesmo aparelho; o aumento da velocidade e precisão de atividades antes feitas de forma manual; a capacidade de armazenamento etc. Essas mudanças foram potencializadas pela chegada dos *smartphones* que se tornaram verdadeiras extensões dos humanos, mediando interações sociais à distância e oferecendo um espaço multitarefa ainda mais rico que o dos computadores. Um relance de olhos sobre esse quadro faz parecer que a incorporação dos recursos digitais à vida social foi uma situação totalmente benéfica, porém o exame atento leva a indagação dos limites desse benefício.

Com o surgimento e os avanços da informática, as ciências humanas foram introduzidas em um processo de profunda renovação de metodologias e teorias, dando origem às humanidades digitais (HD), termo que designa essa forma de ser das humanidades dentro do paradigma da cultura digital. Essa mudança, no entanto, vai muito além de uma renovação no processo de produção e transmissão do conhecimento, mas atinge outras esferas das relações humanas. Segundo Fiormonte et al. (2015), o processo de digitalização, de tornar-se digital, vai além de aspectos externos, “[...] mudar o que define nossa ‘presença digital’: o controle de nossa identidade, a representação de nossas mentes (através da técnica de imagem neural), até mesmo os alimentos que comemos [...]”⁴⁹ (Fiormonte et al., 2015, p. 15).

Para a toponomástica, a exploração do ambiente digital possibilita, dentre outras experiências, melhores formas de sistematização, análise, representação e difusão do conhecimento toponímico, por meio do uso de diferentes mídias digitais. No que concerne à sistematização toponímica, é possível destacar as iniciativas de constituição de bancos de dados para o estudo dos topônimos, que tem contribuído para o desenvolvimento de modelos classificatórios, a exemplo da sistematização dos mecanismos de nomeação da toponímia australiana (Tent e Blair, 2011); do georreferenciamento histórico dos nomes, conforme o

⁴⁹ Texto original: [...] to changing what defines our “digital presence”: the control of our identity, the representation of our minds (through the technique of neural imaging), even the food we eat [...].

aplicado ao território húngaro medieval (Labanc, 2019); e o estudo das características formais dos topônimos, em sua estrutura interna e no seu emprego no discurso (Motschenbacher, 2020).

Entretanto, é nos inúmeros recursos que podem ser utilizados para performar os dados toponímicos, que o ambiente digital on-line tem muito a oferecer à toponomástica. Diferente dos tradicionais tratados etimológicos toponímicos ou os atlas toponímicos impressos, os ambientes digitais possibilitam a constituição de um produto hipermediático, que permite a junção das informações linguísticas, enciclopédicas e cartográficas em um único lugar. As plataformas digitais podem estar conectadas a outras plataformas, como *Youtube* e *Instagram*, transmitindo informações por diferentes códigos e a públicos diversificados. Além disso, conforme argumenta Barreiros (2014), outras vantagens podem ser destacadas como a possibilidade de atualização e correção, de interação com o usuário, integração a páginas externas por meios de links, a inclusão de novos elementos como som e movimento etc. Os recursos digitais possibilitam a construção de uma verdadeira biblioteca de informações que podem ser utilizadas pelos professores, dentro e fora de sala de aula, bem como serem utilizadas como uma fonte confiável de informações para o público amplo interessado.

A integração dos lugares analisados a plataformas de georreferenciamento como *Google Maps* e *Google Earth*, potencializam a experiência com a toponímia: quando os aspectos físicos do ambiente permanecem conservados, é possível a verificação das evidências do processo nominativo, e quando estes aspectos se transformam, demonstrar a ação humana na transformação do ambiente, bem como seus impactos. Já as plataformas de cartografia digital como o *My Maps*, possibilitam, além do georreferenciamento, a personalização dos mapas e a demarcação das zonas nominativas. A utilização desses recursos torna a experiência cartográfica mais próxima da realidade dos usuários, que interagem com essa modalidade de representação em sites e redes sociais cotidianamente.

Por outro lado, da mesma forma que os computadores e *smartphones* ocultam, por meio da interface amigável dos aplicativos, um sistema operacional que se comunica com códigos binários, a revolução tecnológica mantém debaixo do tapete uma cadeia de incontáveis danos ambientais. Em síntese, essa cadeia tem início na extração de recursos para a produção dos aparelhos, passa pelo consumo intensivo de energia/água em horas de uso, especialmente nos sistemas de resfriamento dos *data centers* dos servidores de Inteligência Artificial (IA), e culmina em uma enorme quantidade de lixo eletrônico, composto por metais pesados de alto teor tóxico, que geralmente são descartados de forma inadequada. Para além desse ciclo de danos ecológicos diretos, não se pode esquecer que o próprio uso indevido da web é responsável

pelo agravamento da crise ambiental, já que a sua estrutura de funcionamento incentiva o consumismo e a propagação de *fake news* fortalece o discurso negacionista e antiecológico. Alimentado por recursos não renováveis, esse ciclo, no estado de *looping* em que se encontra, destrói os ecossistemas já explorados e motiva a apropriação da natureza em áreas virgens, provocando danos ainda mais radicais, como os causados pelo garimpo ilegal nos últimos anos.

Ao longo do desenvolvimento das humanidades digitais, adotou-se uma postura pseudoneutra, que conservava princípios relacionados a interesses favoráveis ao Norte global e aos ideais capitalistas. Nesse contexto, reconhecia-se como tarefa do humanista digital a busca por traduzir ou adaptar o legado das humanidades para o contexto digital, promovendo inovações metodológicas e a construção de ferramentas que aprimorassem o processo investigativo, além de debruçar-se sobre as questões emergentes na cultura digital e os seus impactos nos objetos das humanidades. No entanto, ao compreender que restringir o debate à melhor forma de anotar um *corpus* ou de construir ferramentas mais eficientes para traduzir um texto podem ser atividades capazes de favorecer determinados discursos, territórios, grupos sociais, emerge também no campo das HD a discussão acerca do seu (não) posicionamento político e suas implicações.

Ao considerar os impactos causados pela cultura digital no meio ambiente, é cabível o questionamento de qual o papel a ser ocupado pelas HD na conjuntura da crise ambiental atual. Há muitas vias para responder a esse questionamento. A primeira delas, que tem sido satisfatoriamente explorada, é de analisar as narrativas e o discurso ecológico/antiecológico nos meios digitais, publicados pela grande mídia ou por usuários comuns. Trata-se de uma contribuição relevante para compreender as ideias difundidas na web sobre as questões ambientais. A segunda, menos explorada, seria a de participação ativa na produção desse discurso, seja por abordagens de divulgação científica, por meio de mídias sociais e outros recursos, seja por uma proposta propriamente pedagógica utilizando o meio digital. Por meio dessa atividade educativa, é possível contribuir para a revisão do nosso sistema de valores e promover o pensamento ecocêntrico nos ambientes digitais.

É com essa finalidade que o portal *Corpus Toponymicum Bahiae* (doravante CTB) busca estabelecer uma confluência entre as humanidades digitais e ambientais, tendo a toponímia como fio condutor. A intenção é apresentar uma plataforma que não funcione apenas como um banco de dados linguísticos convencional, mas que seja um ambiente convidativo que proporcione ao usuário uma imersão na complexidade do processo denominativo e o conduza à reflexão crítica acerca da toponímia e, principalmente, das formas como interagimos com os

nossos ambientes. Assim, a experiência de compreender os porquês dos nomes de lugares será atravessada pelos porquês por detrás da exploração/destruição dos recursos naturais, da extinção das espécies, da crise climática e outros rastros deixados pelo processo de exploração do território baiano. As linguagens para comunicar tais questões vão muito além da verbal, explorando ampla gama de recursos que a hipermídia oferece.

5.1 A ARARINHA-AZUL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL

A construção do portal *Corpus Toponymicum Bahiae* (CTB), endereço de acesso: www.ctbhaiae.com/, foi feita utilizando o *Wordpress.org*, um sistema de gestão de conteúdo para internet, por meio da ferramenta *Elementor*, que se caracteriza por ser um recurso intuitivo e gratuito de elaboração de sites, com algumas funcionalidades pagas. Também recorreu-se a mídias de outras plataformas como o *Youtube* e *Instagram*, a partir das quais foram selecionados materiais audiovisuais para serem incorporados às páginas, mantendo a referência ao local original. Posteriormente, pretende-se produzir e divulgar conteúdos especificamente para o portal, visando, assim, a construção de um ambiente de maior interação com os usuários.

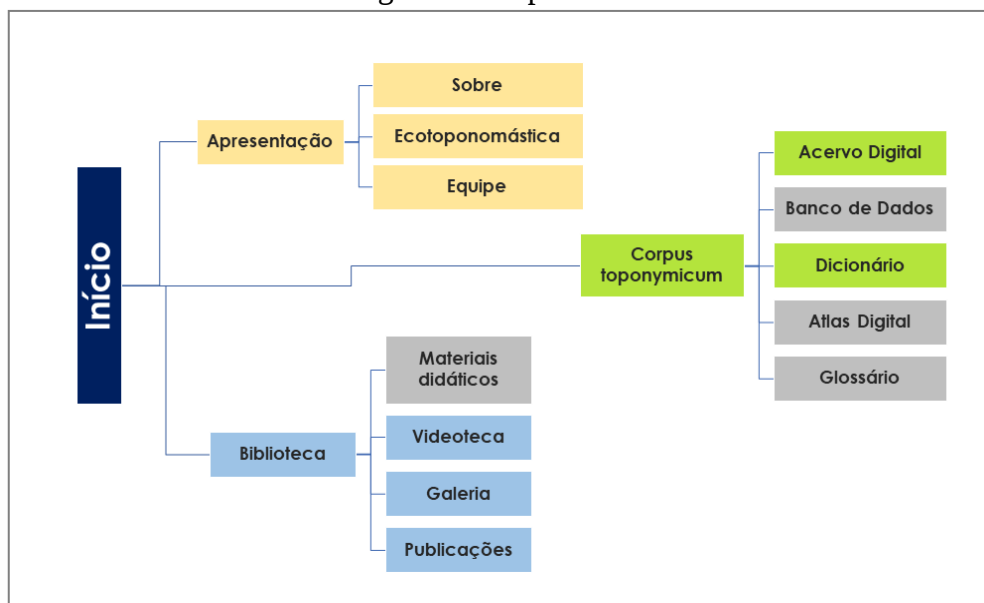
O portal está estruturado com base em uma agenda de trabalho que alimenta os cinco setores da plataforma, algumas ainda em fase de prototipagem. Os dois primeiros, o *Acervo Digital de Documentos Históricos para Estudos Toponímicos* (ADHET) e o *Dicionário Toponímico Histórico Ecológico da Bahia*, consistem nos produtos elaborados nesta tese. O primeiro, o ADHET (cf. seção 5.3.1), constitui-se na etapa filológica da pesquisa, na qual são preparadas as edições digitais dos mapas, possibilitando a visualização, a consulta rápida ao *corpus toponymicum* e às informações sócio-históricas de cada documento. O segundo consiste no *Dicionário Toponímico Histórico Ecológico da Bahia* (cf. seção 5.3.3), com os verbetes hipermídia que apresentam, para além da descrição dos aspectos linguísticos, questões ecológicas e históricas, outras mídias, e.g. mapas digitais, vídeos, imagens, links relacionados.

Os outros três setores ainda se encontram em processo de prototipagem. O terceiro é o *Banco de Dados do CTB*, composto por dados toponímicos anotados, possibilitando uma busca personalizada por diferentes categorias, além de outras informações contextuais, como o georreferenciamento. O quarto é o *Atlas Toponímico Ecológico da Bahia*, com cartas digitais que registram diferentes redes toponímicas projetadas pelos dados, considerando diferentes níveis de conexões, linguísticos e extralinguísticos. O quinto se trata da *Biblioteca Digital*, um espaço voltado para estudantes da educação básica e superior, que contará com biblioteca

digital, materiais didáticos elaborados a partir dos *corpora* da plataforma, videoteca e galeria de imagens.

A arquitetura completa da plataforma pode ser vista no mapa do site, na Figura 5, em que podem ser observadas as seções executadas nesta tese representadas nos trechos coloridos, enquanto as demais aparecem na escala cinza:

Figura 5 - Mapa do site



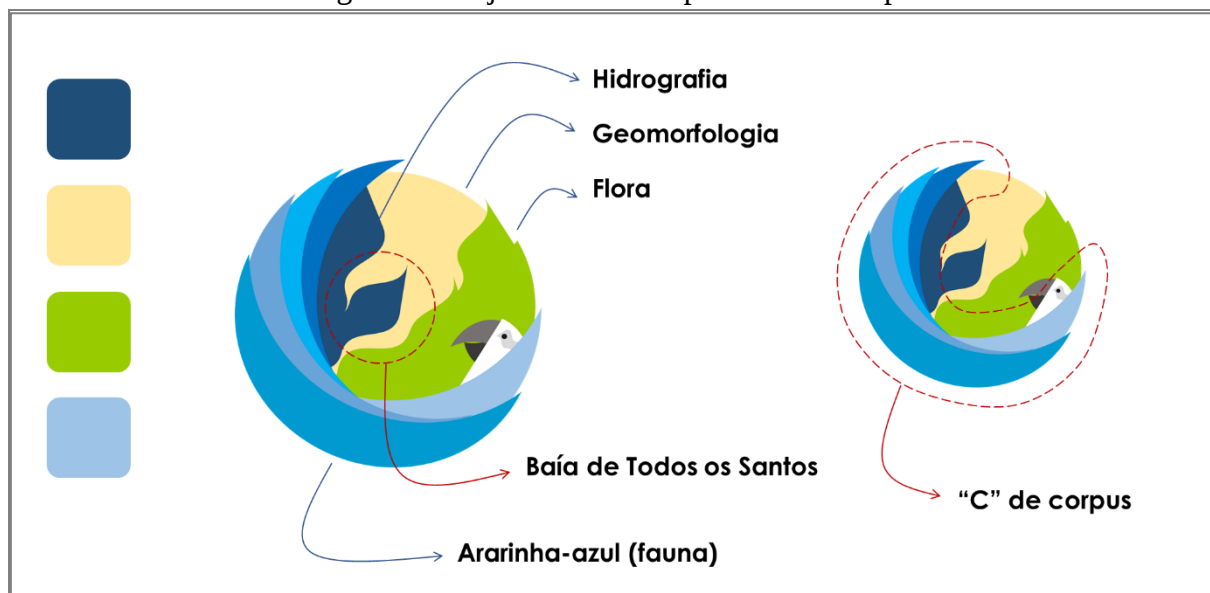
Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

A identidade visual do portal foi inspirada nas características próprias da toponímia, na sua finalidade e nos princípios e valores ecocêntricos que orientam a abordagem adotada. A começar pela paleta de cores (cf. figura 6, esquerda) usada em todas as páginas do site, composta por cores que remetem aos elementos naturais, como uma reafirmação visual do perfil ecológico. O isotipo⁵⁰ (cf. figura 6) criado para o portal retoma os elementos constituintes básicos a partir dos quais se desdobram as principais interações toponímicas com o mundo natural: a hidrografia (na cor azul), a geomorfologia (na cor creme), a flora (na cor verde) e a fauna (na imagem da ararinha-azul). Esses elementos, geralmente vistos pela ótica antropocêntrica como recursos a serem apropriados, não só se projetam de forma substancial na toponímia, mas fornecem as bases que sustentam o mundo cultural onde as interações de natureza antrópica se estabelecem. Ainda no interior da esfera, destaca-se o desenho de uma baía simbolizando a Baía de Todos os Santos, entidade motivadora do nome do estado. A

⁵⁰ O isotipo consiste em uma representação pictórica de uma marca.

ararinha-azul envolve a esfera formando um ‘C’ de *corpus* que se estende desde a cabeça até a extremidade da asa.

Figura 6 - Projeto conceitual por trás do isotipo



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

A ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) foi selecionada como representante do elemento faunístico, por se tratar de uma ave própria da região da Bahia e por estar no centro do debate relativo aos danos ambientais causados pela apropriação indevida dos recursos naturais, responsáveis pelo esgotamento de elementos e extinção de espécies. Desde que foi descoberta⁵¹, em 1819, a ave passou por um processo gradual de desaparecimento na natureza, graças à atividade de desmatamento e ao comércio ilegal de animais silvestres, culminando em sua extinção nos anos 2000. Após o desaparecimento do último espécime na natureza, a reintrodução da espécie na caatinga foi possível devido à existência de aves vivendo em criadouros na Alemanha⁵². Os responsáveis pelo trabalho de preservação da *Cyanopsitta spixii* tem sido o *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade* (ICMBio) e a *Conservation of Threatened Parrots*⁵³ (ACTP).

Em 2020, 52 ararinhas-azuis nascidas no Brasil foram transferidas de um centro de reprodução em Curaçá-BA, onde puderam ser reintegradas ao seu habitat natural em 2022.

⁵¹ A ave foi mencionada pela primeira vez pelo naturalista alemão Johann Baptist von Spix em suas anotações sobre a fauna e a flora brasileira. Seu assistente, Johann Georg Wagler, em 1932, foi o responsável pela descrição da espécie em seus estudos. O pesquisador também levou a espécie para a Alemanha em 1920.

⁵² Segundo o Ministério do Meio Ambiente, “[o] declínio populacional das ararinhas-azuis ocorreu devido a diversos fatores, como desmatamento e a desertificação da Caatinga. A principal causa de sua extinção, no entanto, foi a caça e a captura de indivíduos na natureza para o comércio ilegal” (Brasil, 2023).

⁵³ Tradução nossa: Associação para a Conservação de Papagaios Ameaçados.

Apesar de o projeto ter sido bem sucedido e os espécimes terem se adaptado ao ambiente, um estudo realizado (Vercillo et al., 2023) mostrou que ainda há um longo caminho a se percorrer para que a espécie não corra risco de extinção nos próximos cem anos, sendo necessário um aumento da sua população para em torno de 800 animais, o que depende de diversos fatores, dentre eles a manutenção de acordos entre as entidades envolvidas.

Além do trabalho desenvolvido para reintrodução da espécie, várias atividades têm sido realizadas visando à conscientização sobre a necessidade de preservação. Dentre elas, é possível mencionar atividades voltadas para a restauração caatinga, habitat natural destas aves, realizado pelo projeto *RE-Habitar Ararinha Azul*⁵⁴. Há também atividades sociais, como foi o caso da corrida da ararinha-azul que ocorreu no município de Curaçá-BA, dentro das unidades de conservação da ave, com a participação de adultos e crianças, além de diversas outras atrações. As crianças puderam participar da Corrida da ararinha-azul Tita, personagem infantil criado pelo escritor e ambientalista Victor Flores.

Figura 7 - Corrida da ararinha-azul



Fonte: Curaçá Oficial (2023).

A figura da ararinha-azul se tornou um símbolo de esperança no percurso de reparação de danos causados ao mundo natural e tem sido utilizada em diversos contextos em defesa da causa ambiental. No cinema, por exemplo, a animação *Rio* (2011; 2014) conta a história de duas ararinhas-azuis, Blu e Jade, os últimos espécimes vivos que tentam escapar do comércio

⁵⁴ <https://apremavi.org.br/restaurando-a-caatinga-a-experiencia-do-projeto-re-habitar-ararinha-azul-na-bahia/>

ilegal de animais silvestres. O uso de um símbolo já reconhecido no campo da luta ambiental facilita o processo de compreensão dos interesses do projeto e contribui para a manutenção dos seus significados simbólicos.

O símbolo foi utilizado para o desenvolvimento do leiaute dos logos de diversas ferramentas do portal (cf. figura 8), com adaptações conceituais. O logo do ADHET apresenta a sigla com as cores do portal e a ararinha-azul no interior de uma lupa, símbolo relacionado à filologia e à leitura de documentos históricos. O *Dicionário* é representado por uma ‘D’ maiúscula verde com a cabeça da ararinha-azul acomodada ao seu formato e duas faixas de cor azul marinho e creme, remetendo aos demais elementos naturais. Já no *Banco de Dados CTB*, foi aplicado um efeito gradiente de tons escuros de azul marinho na esfera do logo do portal, atribuindo uma feição mais formal, considerando que o público interessado nesta ferramenta é formado pela comunidade científica.

Figura 8 - Logos inspirados na ararinha-azul



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Na parte superior da página inicial (cf. figura 9), é possível ver o menu principal que dá acesso às páginas da plataforma, o cabeçalho e seções contendo imagens e breves resumos do que o usuário pode encontrar em cada uma. A paleta e cores e a iconografia da ararinha-azul também foi usada na página inicial em diferentes formatos.

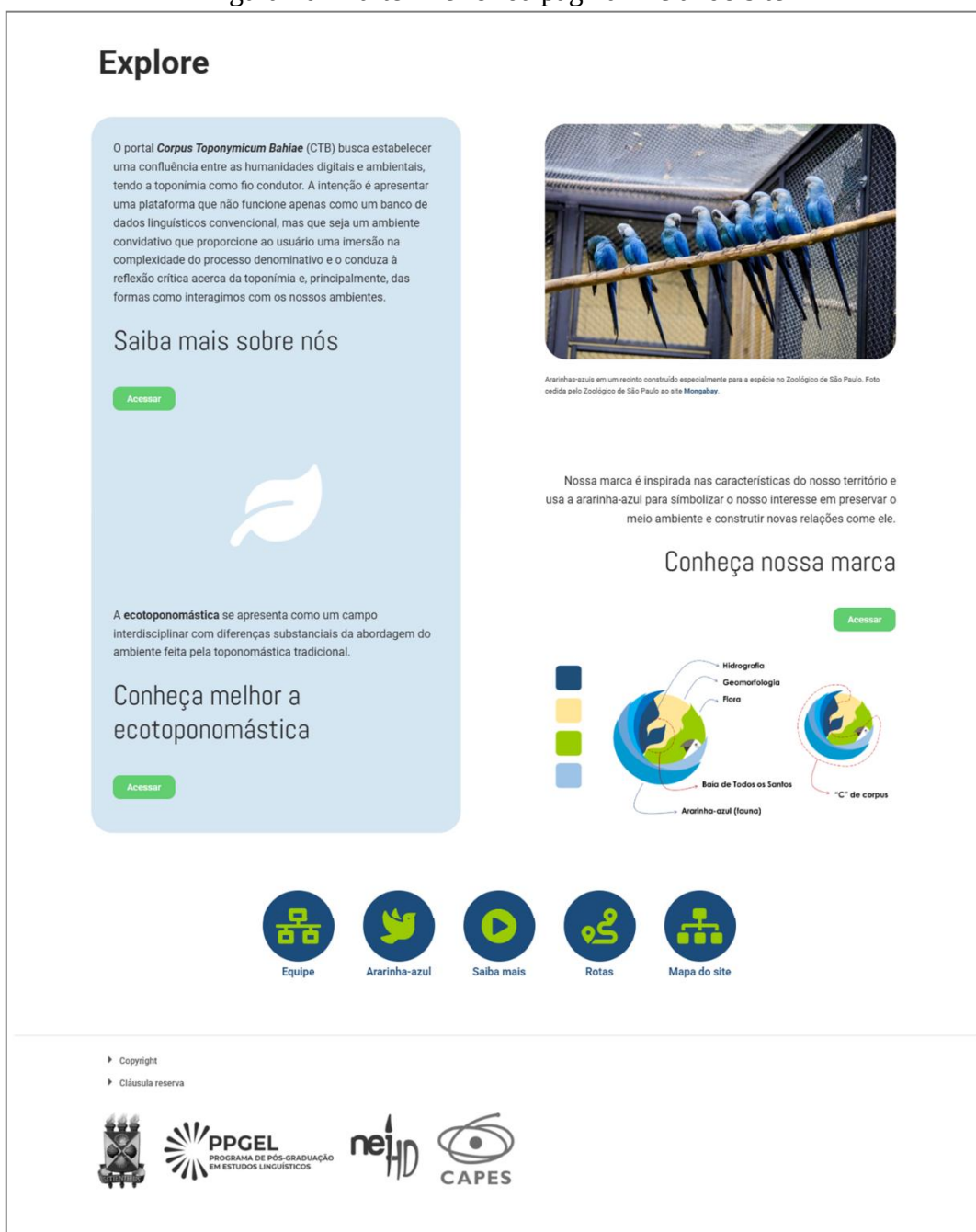
Figura 9 - Parte superior da página inicial do site



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Na parte inferior são apresentados pequenos resumos do conteúdo de algumas páginas do site e um submenu, ao final da página, com opções de informações que direcionam para seções das páginas *Sobre*, *Ecotoponomástica* e *Equipe*. Os resumos são intercalados por imagens e com formatações personalizadas para deixar o conteúdo mais atrativo. Os botões funcionam como vias alternativas de acesso, que facilitam a navegação pela plataforma, possibilitando a exploração dos conteúdos de modo mais direcionado.

Figura 10 - Parte inferior da página inicial do site



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

No rodapé (cf. figura 11), presente ao final de todas as páginas do site, consta o *Copyright*, ressaltando que: a utilização dos recursos e materiais da plataforma *Corpus Toponymicum Bahiae*, sob o domínio www.ctbahiae.com/, bem como dos materiais impressos e digitais, é permitida **apenas em contextos educacionais e mediante a devida referência**. O *Copyright* é o direito exclusivo que assegura a proteção contra o uso indevido, plágio ou pirataria de uma obra intelectual de qualquer natureza, seja uma imagem, um livro ou um produto tecnológico. Abaixo do *Copyright*, encontra-se a cláusula reserva, que serve para resguardar o proprietário do site caso seja observada algum tipo de violação de direito autoral nas imagens, vídeos ou outros recursos utilizados, ressaltando o compromisso em remover o conteúdo, assim que informado. O amparo legal é uma atitude necessária para preservar o trabalho intelectual produzido. Abaixo da cláusula reserva, encontra-se os logos das instituições parceiras e os órgãos de fomento da iniciativa.

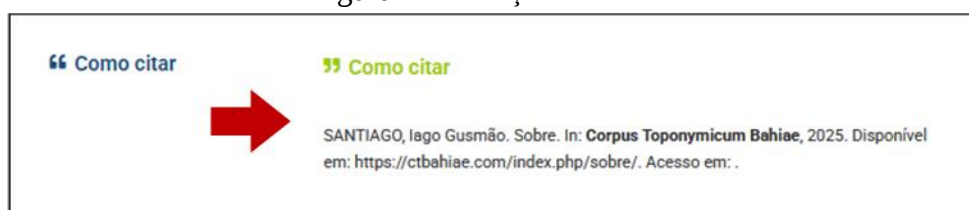
Figura 11 - Rodapé



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Outro recurso presente em todas as páginas do site é a função ‘como citar’ (cf. figura 12), utilizando o plugin alternância, que permite visualizar e ocultar determinada informação, evitando o excesso de conteúdo nas páginas, considerando que a comunicação em meio digital se caracteriza por seu aspecto fragmentário. Nesta seção, inclui-se a referência da página que o usuário está acessando dentro das normas da ABNT NBR 6023:2025.

Figura 12 - Função ‘como citar’



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Atualmente, os computadores de mesa entraram em declínio no contexto das atividades informatizadas voltadas ao entretenimento e estudo⁵⁵, ficando reservados especialmente para contextos laborais. A probabilidade de um estudante universitário, da educação básica ou um consulente curioso acessar o portal de um celular é muito maior que o contrário. Por conta disso, a página inicial, assim como as demais páginas da plataforma passam por testes de responsividade, que consiste em observar como o leiaute, os *plugins*, os links e as diferentes mídias usadas reagem à mudança das dimensões das telas ocasionadas pelo acesso em aparelhos variados, como *tablets*, *smartphones* e computadores. Apesar de demandar tempo na construção de uma plataforma, esta etapa é essencial para assegurar a boa experiência de usuário, tanto no que diz respeito ao acesso confortável e intuitivo, como no contexto da harmonia visual, necessária para a boa experiência com o site. A seguir, na figura 12, demonstra-se como a página inicial aparece na tela do celular.

Figura 13 - Teste de responsividade da página inicial



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Orientando-se pela estrutura do menu principal, o primeiro bloco de páginas é o de apresentação da iniciativa. A página *Sobre* (cf. figura 14) traz detalhes acerca do portal, dos princípios adotados, do conceito por trás da identidade visual e os itinerários do projeto, além das referências consultadas, elementos presentes em todas as páginas para assegurar a seriedade do conteúdo da plataforma. Na página *Ecotoponomástica*, é possível encontrar explicações acerca da perspectiva teórica adotada, elucidando conceitos-chave para a compreensão do

⁵⁵ <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/mais-de-12-milhoes-de-brasileiros-usam-o-celular-para-estudo-aponta-pesquisa-inedita>

debate teórico e a possibilidade de ampliação do conhecimento acerca dos campos da ecolinguística e da toponomástica a partir de vídeos de especialistas das duas áreas (cf. Figura 16). As duas páginas mencionadas apresentam submenus (parte inferior da figura 14) que facilitam o deslocamento no seu interior. Na aba *Mapa do site* há um link do tipo âncora, que direciona diretamente ao mapa de páginas da plataforma presente na página *Sobre*, para facilitar o acesso a esta informação. Na página *Equipe*, são apresentados o coordenador e os colaboradores dos projetos.

Figura 14 - Topo da página *Sobre* com o submenu na parte inferior



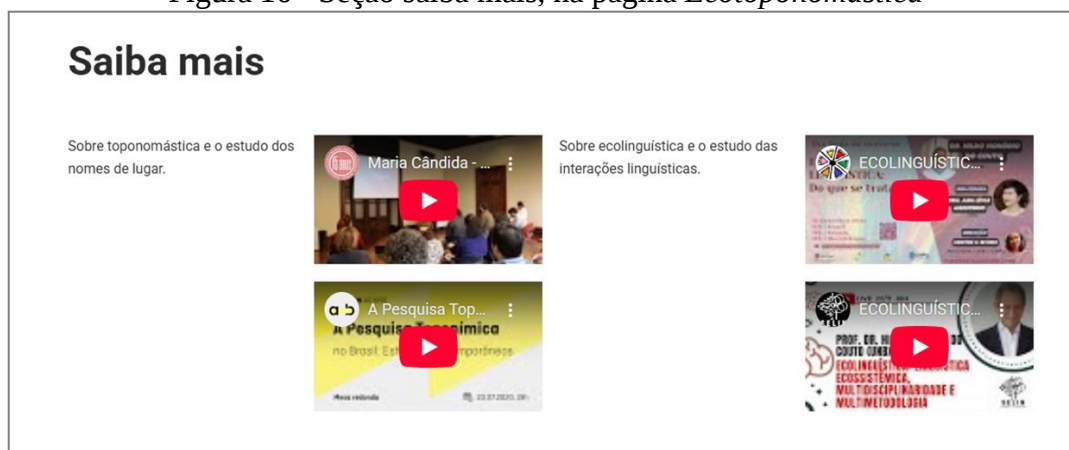
Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Figura 15 - Seção sobre *Ararinha-azul*, acessada quando clicada no botão homônimo



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Figura 16 - Seção saiba mais, na página *Ecotoponomástica*



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

5.2 ACERVO DIGITAL DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS PARA ESTUDOS TOPONÍMICOS (ADHET)

O *Acervo Digital de Documentos Históricos para Estudos Toponímicos* (ADHET) é uma ferramenta criada para tornar acessíveis os dados extraídos das fontes documentais que são a base do repositório, possibilitando a revisão do *corpus* transcrito por meio da comparação com os registros nos fac-símiles. A página também apresenta a aspectos da produção dos documentos utilizados e da cultura escrita subjacente. Assim, busca-se preservar não apenas o fato linguístico, mas a condição cultural do topônimo, resgatando uma outra face da memória que a abordagem filológica destes nomes pode evocar. A primeira etapa de incursão filológica do ADHET se concentra no estudo e edição das fontes para a constituição de três *corpora toponymica* diferentes:

- i. a cartografia histórica baiana, com destaque para mapas do período Colonial, tanto os que registram todo o território da Capitania da Bahia, como também as plantas de cidades baianas;
- ii. a toponímia registrada em documentos de acervos pessoais de escritores, especialmente no Acervo do escritor Eulálio Motta e do escritor Afrânio Peixoto⁵⁶;

⁵⁶ A agenda se estende aos projetos de edição de documentação de acervos dos escritores Eulálio Motta e Afrânio Peixoto, realizados na Universidade Estadual de Feira de Santana, no âmbito do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (NeiHD).

iii. os nomes de estabelecimentos rurais listados no *Recenseamento do Brasil* (1920), o primeiro desta natureza, que apresenta um corpus exaustivo das fazendas baianas nomeadas ao longo da história do estado⁵⁷.

A seguir, é possível ver a página de entrada do ADHET (cf. figura 17), que conta com: a) texto de apresentação da ferramenta, com explicação sobre o seu objetivo e a relevância do trabalho filológico para a sua construção; b) o botão âncora ‘consultar documentos’ que dá acesso a uma tabela com a lista de fontes (cf. figura 18) para a consulta, disponíveis na mesma página, podendo também ser visualizada por meio de rolagem.

Figura 17 - Página de entrada do ADHET



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Na seção de ‘Documentos’, é possível visualizar as informações sobre os as fontes disponíveis e acessá-las ao clicar na imagem ou no título do documento. Na Figura 18, apresenta-se a tabela com os mapas disponíveis até o momento, constituída por: a) legenda da

⁵⁷ Três Trabalhos de Conclusão de Curso acerca dos topônimos baianos presentes no *corpus* do *Recenseamento do Brasil* (1920) estão sendo realizados por estudantes do curso de Licenciatura em Letras: Português e Espanhol.

tabela, com informações sobre como consultá-la; b) título das colunas da tabela; c) barra de busca, que permite buscar por palavras disponíveis em qualquer uma das colunas. No interior das colunas, observa-se a miniatura do documento e as informações de consulta.

Figura 18 - Tabela de com a lista de documentos do acervo

Documentos

Legenda da tabela

1 resultados por página

Pesquisar

N.	Fac-símile	Título	Tipo	Datação	Autor	Núm. topônimos	Fonte
1		Mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos sua divisão desde o rio Jiquiriçá até o rio Real pela parte do Norte	Mapa	n/d 1761-1807?	n/a Anastasio de Santana	Ocor.: 151	Acervo Digital da Biblioteca Nacional (digitalização)
		Mapa da Comarca dos Ilheos: Pertencente a Capitania da Bahia de Todos os Santos	Mapa	n/d 1761-1807?	n/a Anastasio de Santana?	Ocor.: 72	Acervo Digital da Biblioteca Nacional (digitalização)
3		Mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos seguindo a continuação della para o poente	Mapa	n/d 1761-1807?	n/a Anastasio de Santana?	Ocor.: 188	Acervo Digital da Biblioteca Nacional (digitalização)

Editar

Mostrando de 1 até 3 de 3 registros

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Ao clicar na seção a), legenda da tabela, é exibida uma legenda com detalhes sobre os elementos contidos em cada seção, como é possível observar na figura 19. A legenda pode ser ocultada a qualquer momento, evitando o excesso de informação na tela.

Figura 19 - Legenda da tabela de consulta aos documentos

Documentos

▲ Legenda da tabela

Fac-símile: miniatura do documento.

Título: título do documento editado. Ao clicar nele, o usuário tem acesso à informações sobre os mapas, fac-símile e lista completa dos topônimos

Tipo: tipologia documental.

Datação: data de produção do documento. Quando não há registro no corpus utiliza-se a sigla n/d (não datado). Quando a datação for conjecturada, vem acompanhada de um sinal de interrogação (?).

Autor: autor do documento. Quando não há registro no corpus utiliza-se a sigla n/a (não assinado). Quando a autoria for conjecturada, vem acompanhada de um sinal de interrogação (?).

Núm. topônimos: Número de topônimos encontrados no documento. Registra-se as diversas ocorrências (Ocor.) de um mesmo topônimo. Considera-se um mesmo topônimo, as formas homônimas que designam uma mesma entidade geográfica, podendo haver oscilação gráfica.

Fonte: acervo de onde provém o documento.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

5.2.1 Edição digital dos mapas históricos

Tradicionalmente, a filologia tem se dedicado ao estudo e edição de uma diversidade de artefatos documentais, e.g. obras literárias, documentação notarial, de instituições religiosas, de uso pessoal. No entanto, os mapas históricos não tem despertado interesse dos filólogos por vários motivos, principalmente pela dificuldade em se preparar a edição de um mapa em um produto editorial impresso, seja pela presença de uma variedade de elementos iconográficos, seja pela topografia complexa dos textos verbais e não verbais. Segundo Jo Kline (1998), a edição de textos verbais, como desenhos e rasuras é um problema que tem sido considerado recentemente no âmbito editorial, sendo pouco expressiva a quantidade de edições dedicadas à cartografia. Faz-se necessário ampliar os diálogos entre a filologia e a cartografia histórica para a elaboração de produtos editoriais em ambientes digitais, que possibilitam a recodificação integral dos elementos constituintes desse tipo de documento.

Os mapas históricos merecem destaque na pesquisa toponímica de viés filológico pelo fato de trazerem algumas informações adicionais que não podem ser observadas em outros tipos documentais. A primeira delas é a identificação do tipo de entidade geográfica nomeada, o que pode ser observado em diversos mapas históricos, por meio dos ícones utilizados. A segunda é a possibilidade de contextualizar o topônimo dentro do ambiente toponímico, observando processos de deslocamentos de nomes próximos. A terceira é a possibilidade de fixação de uma hipótese nominativa considerando as ilustrações que os mapas apresentam, desfazendo ambiguidades semânticas. A quarta, e não menos importante, é a utilização das localizações apresentadas nos mapas para a delimitação de áreas nominativas. Nesse sentido, é possível explorar o conteúdo dos mapas históricos em diferentes recursos da hipermídia, mobilizando os diferentes tipos de informação oferecidos pelos mapas para a compreensão dos topônimos.

As páginas dedicadas à edição dos mapas históricos apresentam informações que abrangem, para além dos dados toponímicos, aspectos da materialidade e socio-históricos das fontes cartográficas. Para acessá-las, após clicar em uma das fontes cartográficas disponíveis na tabela da página inicial do ADHET, o usuário é direcionado para a página do arquivo consultado (Figura 20), que se estrutura da seguinte forma na parte superior: a) o texto de apresentação da fonte; b) os metadados do documento; c) a descrição da materialidade do documento; d) um *plugin* exibindo o fac-símile, com a função de regular o *zoom* e de rolagem da imagem, facilitando a experiência de visualização e leitura (Figura 20). O modelo elaborado é o padrão para fontes cartográficas e precisa ser adaptado ao incluir, posteriormente, outros

tipos documentais na plataforma. Na figura 21, é possível visualizar o conteúdo das abas *Metadados* e *Descrição*.

Figura 20 - Página de visualização do arquivo



INÍCIO
APRESENTAÇÃO
CORPUS TOPONYMICUM
BIBLIOTECA

Como citar

Mapa da Comarca dos Ilheos: Pertencente a Capitania da Bahia de Todos os Santos

A
Resumo

B
Consultar topônimos

C
Metadados
Descrição

D

O Mapa da Comarca dos Ilheos é o terceiro cartograma da coletânea de três mapas anônimos da Capitania da Bahia de Todos os Santos. Apesar de ser um mapa anônimo, os Anais de 1881-1882 sugerem um parentesco com um mapa datado de 1807, cujo original se encontra no Arch. Militar com o nome de Anastasio de Santa Anna^[1], mesmo autor do *Guia de Caminhantes*. Quanto à datação, Havre (2019), a partir da análise de aspectos estruturais dos mapas estima que “as informações que podem ser obtidas dos documentos apontam que eles foram certamente realizados entre 1761 e 1807”^[2].

[1] Não há muitas informações a respeito do suposto autor dos mapas, apenas que o Guia de Caminhantes foi produzido na Bahia e que ele era denominado de ‘o pardo’.

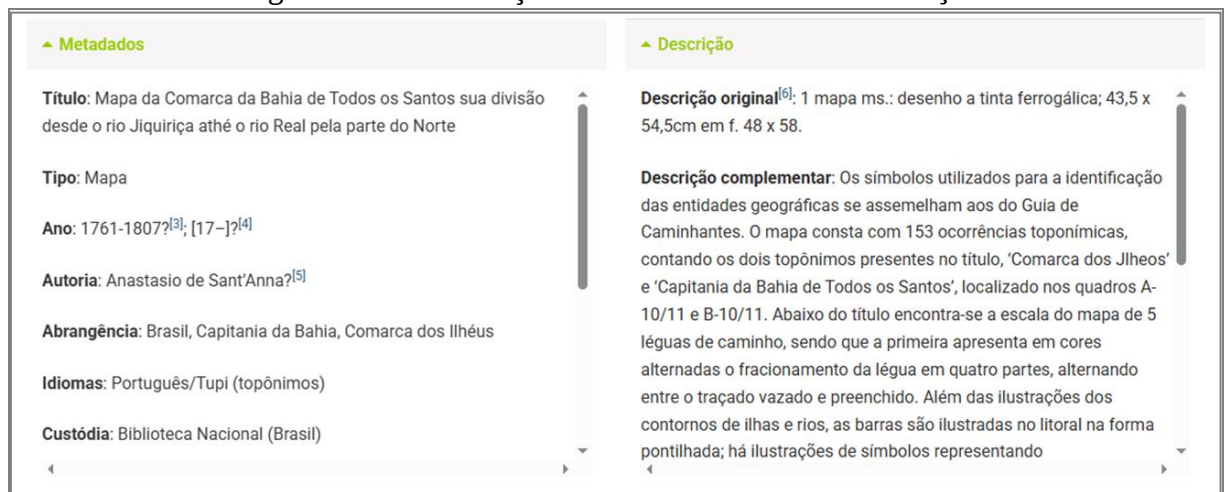
[2] Apesar de a Biblioteca Nacional apresentar uma datação global que abrange o período entre os anos de 1700 e 1799, acredita-se que o mapa havia sido produzido em outro período. A datação inicial foi feita a partir do título do Mapa da Comarca dos Ilheos, que apresenta a informação de que a Comarca de Ilheos pertencia à Capitania da Bahia de Todos os Santos, fato que, como constata Havre (2019), aconteceu apenas em 1761. A datação final foi fixada a partir da identificação de uma relação genética existente entre os sistemas de coordenadas instalados, a adoção do meridiano caboverdiano, tanto no mapa do Arch. Militar e quanto no mapa anônimo.



Digitalização: Biblioteca Nacional Digital.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

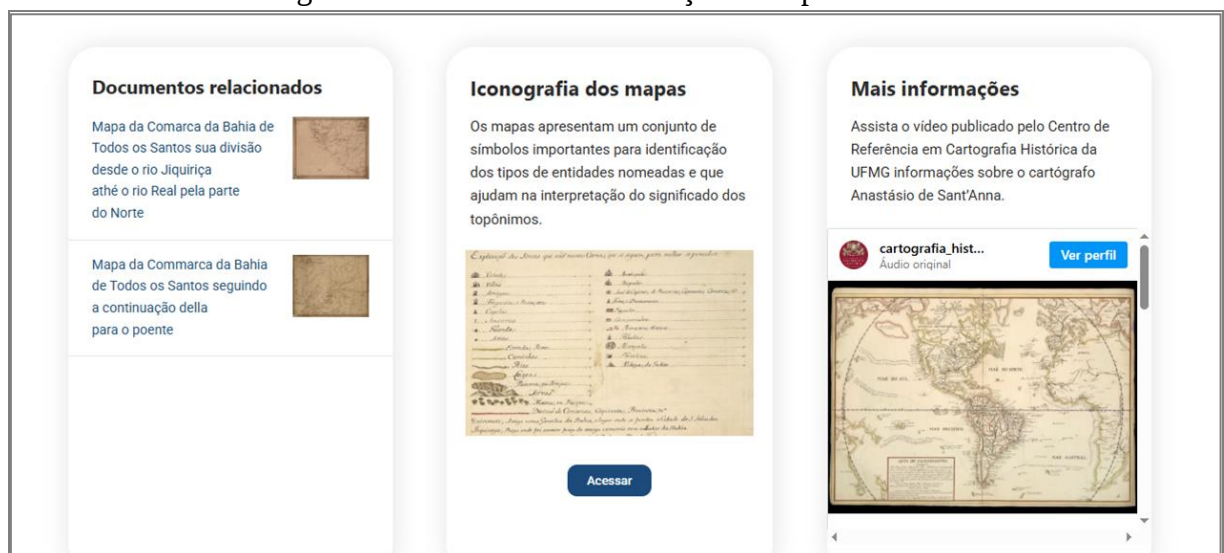
Figura 21 - Visualização das abas *Metadados* e *Descrição*



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Abaixo do fac-símile, há uma seção (cf. figura 22) para ampliar os conhecimentos acerca do documento, como indicações de fontes relacionadas, páginas especiais e, no caso deste documento em específico, a incorporação de um vídeo disponível no perfil do *Instagram* do *Centro de Referência em Cartografia Histórica*, da UFMG, que traz algumas informações sobre o cartógrafo Anastasio de Santa Anna e o *Guia de Caminhantes*. Isso demonstra como a abordagem adequada dos recursos da hipermídia dinamiza o processo de aprendizagem em plataformas desta natureza.

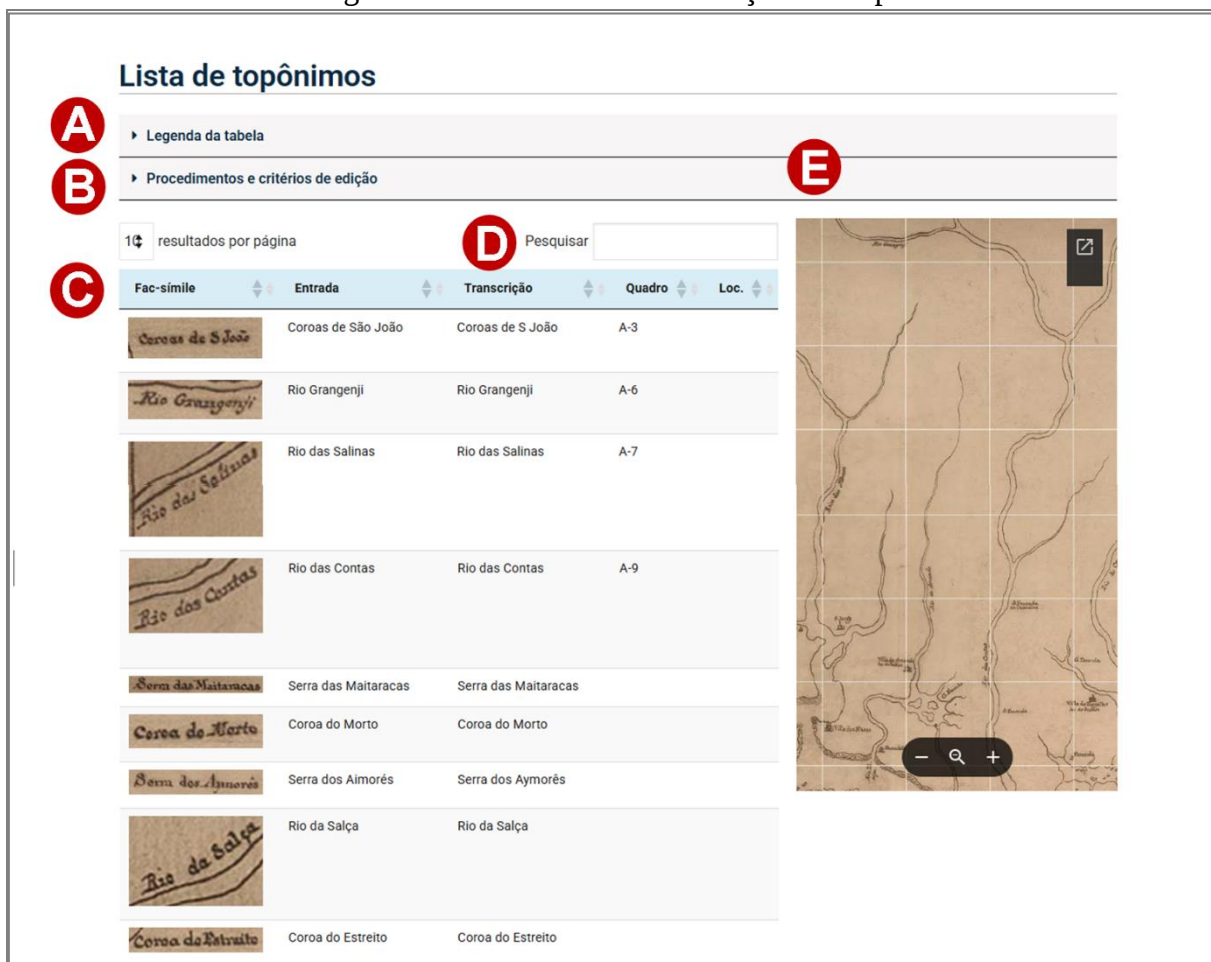
Figura 22 - Blocos com informações complementares



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Na sequência, a transcrição é exibida em uma tabela semelhante à apresentada anteriormente. Na Figura 23, é possível ver a tabela com os topônimos extraídos dos mapas, formada por: a) legenda da tabela, com informações sobre como consultá-la; b) procedimentos e critérios de edição; c) título das colunas da tabela; d) barra de busca, que permite buscar por palavras disponíveis em qualquer uma das colunas; e) fac-símile do mapa em quadricula, com a função de regular o *zoom* e de rolagem da imagem, que possibilita a localização do topônimo no quadro informado. No interior da tabela, observa-se o trecho do fac-símile com o registro do topônimo, a transcrição, quadro em que aparece no mapa e o link da localização do lugar, quando identificado. A ferramenta foi pensada para facilitar o acesso e a conferência rápida dos mapas transcritos, assegurando a confiabilidade das fontes.

Figura 23 - Tabela com a transcrição do mapa



Lista de topônimos

A ▶ Legenda da tabela

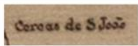
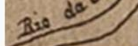
B ▶ Procedimentos e critérios de edição

E

1 resultados por página

D Pesquisar

C

Fac-símile	Entrada	Transcrição	Quadro	Loc.
	Coroas de São João	Coroas de S João	A-3	
	Rio Grangengi	Rio Grangengi	A-6	
	Rio das Salinas	Rio das Salinas	A-7	
	Rio das Contas	Rio das Contas	A-9	
	Serra das Maitaracas	Serra das Maitaracas		
	Coroa do Morto	Coroa do Morto		
	Serra dos Aymorés	Serra dos Aymorés		
	Rio da Salça	Rio da Salça		
	Coroa do Estreito	Coroa do Estreito		

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Para a extração dos dados toponímicos dos mapas, considera-se que, primeiro, é necessário preservar as características gráficas dos topônimos para, em seguida, atualizar sua ortografia com o intuito de facilitar a sua localização pela ferramenta de busca. Considerando os procedimentos empreendidos e todo o aparato contextual disponível, entende-se que a lista de topônimos disponibilizada consiste em uma edição filológica. A metodologia adotada segue os seguintes procedimentos e critérios para a edição digital dos mapas:

1. **Quadrícula:** o primeiro passo foi a divisão do mapa em quadriculas, marcando as quadriculas horizontais com números (1...n) e as verticais com letras do alfabeto para auxiliar na localização dos topônimos. Por não haver muitos pontos de concentração de topônimos nos mapas, não foi necessário um número elevado de quadros, sendo feitos apenas até o número 12 na horizontal e até a letra J na vertical (cf. Figura 24).

Figura 24 - Mapa em quadrícula



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

2. **Elaboração da ficha de transcrição:** a primeira coluna contendo o número do topônimo; a segunda, o um fragmento do fac-símile para permitir a revisão do topônimo transcrito; a terceira, o registro do nome; e a quarta, a entrada lexical, com atualização

ortográfica para facilitar a localização pela ferramenta de busca; a quinta, a identificação do quadro em que o topônimo se encontra seguindo o sistema letra-número, e.g. A-12.

3. Critérios de transcrição:

- i. A transcrição é realizada quadro a quadro, percorrendo o mapa da esquerda para a direita, de cima para baixo;
- ii. Respeita-se a grafia utilizada, sem a inserção de nenhuma intervenção de ordem gráfica e com a reprodução dos diacríticos tais como aparecem, assim como letras minúsculas, hipossegmentação, acentuação, abreviaturas etc.;
- iii. Utiliza-se o operador () para indicar leitura conjecturada.

4. Critérios de edição:

- i. Constrói-se a entrada com o desdobramento das abreviaturas, separação de formas de palavra hipossegmentadas, junção das hipersegmentadas e atualização ortográfica para a norma vigente.
- ii. Recorre-se ao uso dos dicionários para confirmar as formas que apresentam ambiguidade, sinalizando possibilidade com um *.
- iii. Insere-se o trecho do fac-símile na tabela, seguido da forma atual, da forma registrada no mapa, da localização no mapa (no sistema letra-número, e.g. A-12) e da localização no *Google Maps*, quando houver.

5.3 DICIONÁRIO TOPONÍMICO HISTÓRICO ECOLÓGICO DA BAHIA

A mediação entre um sistema abstrato e a descrição concreta do léxico é a tarefa primordial da lexicografia. Werner (1982) a define como uma área que se dedica, sobretudo, a elaboração de obras lexicográficas, a análise de dicionários e a discussão teórica acerca da construção do texto lexicográfico, que exigem amplos conhecimentos teóricos sobre a catalogação lexical em fontes documentais, a descrição linguística e o processo de recepção por parte dos usuários. Sendo assim, a lexicografia possui duas dimensões: uma prática, voltada a elaboração de produtos lexicográficos, e outra teórica, que discute os princípios subjacentes ao processo de produção desses produtos.

Azorín Fernández (2003) afirma que, para designar essa última dimensão da lexicografia, diversos autores começaram a utilizar terminologias como teoria lexicográfica, lexicografia teórica e, mais comumente, metalexicografia. Essa diferenciação surge com a intenção não apenas de separar a dimensão teórica da prática de se confeccionar obras lexicográficas, mas também de evitar confundi-la com a atividade descritiva e analítica da lexicologia, que apesar de ocupar-se do mesmo objeto, trabalha com metodologias e objetivos próprios.

Conforme ressalta Barbosa (1980), o lexicógrafo necessita dos modelos teóricos formulados pela lexicologia para que, a partir da explicação proporcionada por eles a respeito da estruturação do léxico, seja possível sistematizar um determinado grupo de unidades lexicais. Ao passo que, o lexicólogo, a partir dos dados preparados criteriosamente pelos lexicógrafos, pode ter uma base abrangente para criar modelos para a descrição da natureza e funcionalidade desse universo (Barbosa, 1980, p. 263). A adoção de um modelo teórico no contexto de elaboração de uma obra lexicográfica possibilita o aprofundamento em aspectos específicos da estrutura dessas obras e a inclusão de novas pautas.

O DTHEB adota uma perspectiva ecológica da linguagem e, portanto, busca representar o topônimo na sua condição de interação linguística e na sua relação com os diferentes ambientes: natural, cultural, mental e social (Couto, 2007; 2009; 2013). No escopo da ecolinguística há uma abordagem dedicada à elaboração de obras lexicográficas é denominado ecolexicografia (Sarmiento, 2005), cujo interesse inicial era de expandir a perspectiva tradicional lexicográfica para abarcar o estudo de itens lexicais ecológicos e antiecológicos, associadas ao discurso positivo e negativo acerca da natureza (Sarmiento, 2005; Albuquerque, 2019). O dicionário busca expandir essa atuação no campo da ecolexicografia, por considerar que para além do discurso ambiental ou acerca da natureza, um dicionário ecológico deve interessar-se pelos ambientes de um modo geral, observando a relação do homem com o mundo ao seu redor. Portanto, considera-se para a elaboração do DTHEB, as seguintes esferas de análise toponímica:

1. **Esfera sensorial:** interações físicas com o mundo natural ou manufaturado; relativas ao ambiente físico/natural.

2. **Esfera cognitiva:** interações do aparato cognitivo linguístico, com os demais ambientes e o imaginário coletivo; relativas aos ambientes mental e cultural. Aqui se enquadram os discursos ecológicos/antiecológicos.

3. **Esfera social:** interações entre falantes, que demarcam compartilhamentos coletivos. Aqui considera-se contatos linguísticos e culturais que possibilitam transformações nas línguas e, por conseguinte, na toponímia.

A visão ecológica do DTHEB busca também corrigir falhas ocasionadas pela perspectiva antropocêntrica e especista, tanto na relação homem-natureza, como nas interações sociais. Pérez (2015) elenca alguns exemplos dessas falhas ocasionadas pelo enviesamento ideológico dos dicionários ao tratar do vocabulário religioso: definições que apresentem manifestos preconceituosos por parte dos lexicógrafos; presença e proliferação de discursos carregados com menosprezo, formados por sufixos pejorativos, como diminutivos, por exemplo; trazer acepções com conotações negativas em lexias originalmente neutras; não apresentar representatividade (priorizar uma religião em detrimento de outra). Isso demonstra que a preocupação da ecolexiografia não deve ser apenas no que registrar, como itens lexicais relacionados ao contexto da natureza, mas na proposição de estratégias para que o texto lexicográfico promova o pensamento ecocêntrico nas mais diferentes estâncias do léxico.

5.3.1 Estrutura do DTHEB

As obras lexicográficas incluem os dicionários, glossários e vocabulários, e outras tipologias, a depender da dimensão e dos *corpora* utilizados, sendo o dicionário o produto que abarca parcial ou completamente o conjunto das unidades lexicais de uma língua (Houaiss; Villar, 2001), enquanto:

[...] o glossário distingue-se do vocabulário pela dimensão do corpus, pois o glossário trabalha com conjuntos de ocorrências com significados específicos em um determinado texto e o vocabulário trabalha com conjuntos de vocábulos manifestados em um universo de discurso com acepções restritas (Barreiros, L., 2017, p. 131).

Barbosa (2001) diferencia as obras lexicográficas de acordo com suas dimensões, correlacionando-as com a tricotomia coseriana de sistema, norma(s) e fala, sendo o dicionário

a obra que compreende a dimensão do diassistema, ou seja, “[...] um conjunto mais ou menos complexo de ‘dialetos’, ‘níveis’ e ‘estilos de língua’” (Coseriu, 1980, p. 112), representativo de uma língua histórica, a “[...] língua constituída historicamente como unidade ideal e identificada como tal pelos seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas” (Coseriu, 1980, p. 110). O vocabulário, a obra que contemplaria uma norma, ou língua funcional, que consiste na língua manifesta nos textos, cujo conjunto constitui uma língua histórica e o glossário, o nível da fala.

Sendo assim, o léxico pode ser descrito em sua dimensão histórica, como uma unidade abstrata, ou como um sistema concreto, próprio de um universo de discurso, que pode ser denominado léxico funcional. Essas obras, nessa perspectiva, dariam conta, respectivamente, dos diferentes tipos de conjuntos lexicais: o léxico histórico, constituído pela totalidade do diassistema lexical ou pelas unidades fundamentais que integram esse diassistema; o léxico funcional, formado pelas unidades próprias do universo de discurso de uma comunidade de fala; e o conjunto de unidades lexicais realizadas em um determinado texto, oral ou escrito.

A toponímia se apresenta como “[...] o resultado de múltiplas línguas funcionais sucedidas no tempo⁵⁸” (Trapero, 1995, p. 24), sendo constituída pela amalgama das diferentes normas e línguas histórias em contato no tempo e no espaço. Nesse sentido, o critério tricotômico aplicado por Barbosa (2001) para a tipologia das obras lexicográficas não apresenta correspondência direta com o contexto toponímico, sendo o mais viável a consideração complementar de critérios de amplitude de cada obra lexicográfica, tanto do ponto de vista dos dados, como de marcos territoriais para elaborar uma divisão dessas obras no contexto da toponomástica.

Na Tabela 8, apresenta-se uma proposta de sistematização das obras lexicográficas considerando os fatores essenciais para o contexto toponímico, com o intuito de caracterizar o produto lexicográfico aqui apresentado. O DTHEB, dentro dos parâmetros elencados, configura-se ainda como um glossário toponímico, por se basear apenas em uma fonte, todavia, a sua natureza digital e a agenda que apresenta, o configura como um dicionário em construção.

⁵⁸ Texto original: [...] el resultado de múltiples lenguas funcionales sucedidas en el tiempo.

Tabela 8 - Divisão das obras lexicográfico-toponímicas

Obra	Abrangência dos dados	Abrangência territorial
Dicionário	Quantidade expressiva de dados considerados representativos da toponímia em questão (toponímia baiana, mineira etc.). Pode considerar um ou mais estratos linguísticos, se explorados de forma exaustiva. No caso dos dicionários históricos, o quesito representatividade se estende para a diversidade de fontes documentais consideradas.	Totalidade de um território. No contexto do Brasil, considera-se o território dos estados como parâmetro ideal, principalmente por conta da agenda proposta por Dick (1992).
Vocabulário	Produto parcial da toponímia em questão (toponímia baiana, mineira). O recorte pode ser estabelecido por diversos critérios: restrição histórica (séc. XVI, contemporâneo), de estrato linguístico (tupi, português), estrato toponímico (oficial, popular), aspecto semântico (zootopônimos, hierotopônimos). Considera-se também a documentação produzida por um indivíduo, quando se trata de uma quantidade extensa de dados.	Parte do território, que pode ser uma região administrativa, uma zona linguística ou uma cidade.
Glossário	Produto parcial relacionado aos topônimos utilizados em um texto.	Aspecto desconsiderado.

Elaborada pelo pesquisador.

O aspecto referencial dos topônimos resulta na construção de signos semanticamente opacos, cujo referente, armazenado na memória episódica do falante (Van Langendock, 2007), pode ser acessado apenas por meio da experiência com a entidade nomeada ou de informações enciclopédicas que permitam caracterizá-lo. Por conta disso, os dicionários tradicionais de topônimos sempre seguem dois caminhos: o da abordagem semântica, resgatando os aspectos linguísticos e históricos da motivação do nome, ou da abordagem descritiva do referente, trazendo uma série de informações sobre a entidade geográfica nomeada, buscando auxiliar em sua identificação. A abordagem metalexicográfica dos dicionários de topônimos já possui uma certa tradição no Brasil e com direcionamentos que exploram diferentes categorias, como a hidrotoponímia (Castiglioni, 2014) e hagiotoponímia (Carvalho, 2017).

Do ponto de vista terminológico, é necessário pontuar a diferença entre um dicionário toponímico (abordagem semântica) e dicionário geográfico (abordagem descritiva do referente). Nesse sentido, entende-se que essas obras lexicográficas se diferenciam em seus objetivos e sua estrutura:

- i. O **dicionário geográfico** tem por objetivo o registro dos nomes das entidades geográficas, bem como as informações relativas à essas entidades. Seu interesse não está no estudo linguístico. Sua estrutura é marcada pela ausência de lematização toponímica, havendo um verbete para cada nome.

- ii. O **dicionário toponímico** tem por objetivo o registro da toponímia de uma determinada área geográfica, com ênfase no estudo dos significados dos itens lexicais que derivaram os topônimos locais, podendo ou não apresentar informações acerca de cada localidade nomeada. Seu interesse está no estudo linguístico. Sua estrutura é marcada pela lematização toponímica, podendo haver um verbete para cada forma toponímica atribuída a uma variedade de entidades geográficas.

Já o predicativo histórico remete ao protagonismo do método filológico na sua constituição. Um dicionário histórico se caracteriza pela robustez da documentação histórica consultada, possibilitando a construção do histórico de registros de um item lexical a partir de uma base empírica. Nesse sentido, a amplitude de um dicionário histórico não consiste apenas na questão cronológica, mas da extensão da base filológica utilizada para sua confecção. O fator histórico representa não apenas a localização de variantes gráficas ou morfológicas de um topônimo individualmente, mas a possibilidade de datação de algumas formas e a caracterização das variedades toponímicas presentes em cada tipo de documento. Trata-se de um conhecimento aprofundado da dinâmica toponímica, da formação dos seus estratos a partir de uma base empírica.

O DTHEB caracteriza-se por ser um dicionário toponímico digital, pois busca representar de forma abrangente a realidade lexical da toponímia baiana, ao passo que os recursos digitais permitem que esta abrangência se dê em um formato conciso, que centralize os dados geográficos no aspecto semântico. É ecológico pois toma como base os princípios da ecolinguística, aplicando-os não apenas à definição de entidades do mundo natural, mas buscando imprimir a visão ecocêntrica na leitura do mundo e no discurso lexicográfico. Ele não

nasce como dicionário histórico, visto que não conta com uma documentação abundante *in statu nascendi*, mas pretende tornar-se, ao passo que novos dados são catalogados e inseridos no ADHET, proporcionando a revisão e ampliação dos verbetes. Essa proposta só se fez possível devido à materialização do projeto no ambiente digital, que possibilita elaboração contínua da obra lexicográfica.

A macroestrutura do DTHEB é apresentada na sua página de introdução (cf. figura 25), onde se explica os princípios que orientam o dicionário, bem como as justificativas para a sua caracterização como toponímico, histórico e ecológico. O leatório, apresentado na página do verbete, encontra-se organizado em ordem alfabética, seguindo o critério semasiológico. Foi realizado também o processo que aqui se denomina lematização toponímica, em que topônimos derivados da mesma lexia, passam a integrar um mesmo verbete, havendo um lema que constitui a entrada e as ocorrências, com formas derivadas, que figuram como subentradas, do mesmo modo que os dicionários organizam as unidades fraseológicas. Esse critério foi adotado para evitar a criação de inúmeros verbetes com as mesmas definições apenas para registrar topônimos derivados de uma mesma lexia, já que é possível centralizar toda essa gama de informações em uma única página. Pode-se tomar como exemplo a forma *mangue*, que nos mapas analisados apresenta duas ocorrências, ^{ESP}*Manguinho* e ^{ESP}*Mangue Seco*, no entanto, ambas são registradas dentro do verbete *Mangue*.

Figura 25 - Página de Apresentação do DTHEB



Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

O Dicionário apresentará verbetes com descrição linguística dos topônimos, a descrição dos aspectos ecológicos, link para a localização das entidades geográficas nomeadas e para outros conteúdos e mídias relacionados na plataforma. O verbete (cf. figura 26) é constituído por: a) entrada; b) informação gramatical; c) definição com as respectivas referências; d) digressão ecológica, com a discussão sobre das interações ambientais subjacentes à nomeação, assim como informações acerca de questões ecológicas e antiecológicas envolvendo a entidade motivadora; e) lugares nomeados; f) registros; g) redes toponímicas.

Figura 26 - Exemplo de verbete digital

Mangue

De or. contrv. associado ao esp. *mangle* 'arbusto rizóforo que cresce em áreas lamacentas', de voz caribe ou aruaque.^[AUL] [OLE]

1. m. **Bot.** Ecossistema litorâneo de aspecto alagado localizado em planícies costeiras que abriga vegetação tolerante ao sal.
2. m. **Bras. Bot.** Nome comum às plantas que esp. da fam. das rizoforáceas, e que têm raízes que servem como escora e também para a respiração.^[AUL].
3. m. O conjunto da vegetação (2) que cresce nestas regiões alagadas (1).^[AUL].

Eco. Os mangues se encontram disponíveis em diferentes territórios no ambiente americano, o que justificaria a hipótese do contato entre os povos originários que teriam levado à aquisição da lexia. São ecossistemas que desempenham diversas funções importantes na natureza, pois além de proteger as zonas costeiras, são capazes de sequestrar e estocar uma quantidade de carbono equivalente ou maior que qualquer floresta terrestre. Esses ecossistemas tem sido ameaçados pela perda da cobertura vegetal e deterioração de habitats aquáticos por conta de fatores como a ocupação, poluição e mudanças na hidrodinâmica, como inundações e secas. A destruição dos mangues prejudica não apenas o ambiente natural, mas diferentes setores ocupados por comunidades tradicionais como a pesca artesanal, a coleta de mariscos e o turismo.

► Lugares nomeados

► Registros

► Rede toponímica

Lista de topônimos

- Anta
- Armação
- Cabrestante
- Cacha Pregos
- Caranguejo
- Carro
- Curral
- Estiva
- Ferradura
- Formiga
- Gibola
- Mangue
- Papagaio

Sinônimos

Manguezal. Mangal. Mangrove.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Na seção 'Registros', serão apresentadas todas as variantes gráficas encontradas (Cunha, 1998; Barreiros, L., 2017), bem como as formas abreviadas, explicitando os documentos em que ocorrem. Isso se faz necessário pois a toponímia, na condição de parte integrante das línguas naturais, se encontra sujeita aos mesmos processos que condicionam sua estrutura, inclusive, a variação e a mudança (Seabra, 2004). O resultado dessa dinâmica no uso dos designativos, ou na atribuição de formas inovadoras a novos referentes, é a estruturação de

um diassistema toponímico, com diferentes variantes que coexistem e competem ao longo do tempo, constituindo a história do nome, além de fontes valiosas para a interpretação etimológica, especialmente no caso da toponímia das línguas dos povos originários e africanas.

As definições também apresentam um sistema de links para a referências às fontes consultadas para evitar o plágio lexicográfico. Entende-se por plágio lexicográfico, a apropriação indevida de trabalho lexicográfico sem atribuição dos créditos ao lexicógrafo ou equipe que o produziu. Pode se dar na cópia integral ou parcial dos elementos que compõem os verbetes, mas também pode ser considerado plágio a reprodução de um mesmo leatório (Martínez de Sousa, 2009). Embora o primeiro tipo seja mais grave, visto que envolve a apropriação indevida de material intelectual produzido, o segundo tipo provoca a estagnação da lexicografia por reproduzir a realidade lexical de outros períodos, sem acompanhar os processos de reestruturação lexical.

No campo da toponomástica, apesar das referências ao dicionário serem devidamente feitas nas fichas toponímicas, a probabilidade do uso não referenciado de definições pode ainda ocorrer no processo de dicionarização dos nomes próprios. Nesses casos, a atitude mais adequada do ponto de vista ético é, além da indicação costumeira ao final do produto elaborado, a adoção de um sistema de referência que possa identificar os verbetes em que há definições extraídas de outras obras lexicográficas e das que foram baseadas em outras obras. A adoção de um código de identificação assegura a possibilidade de verificação do dicionário de referência e ressalta a contribuição do investigador, seja no aprimoramento ou correção de definições, seja na ampliação semântica e construção definitória do zero a partir de uma base documental. Essa atitude evita o uso indevido e promove a valorização e o avanço da pesquisa lexicográfica, assegurando seu caráter científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de mais nada, é necessário entender que o nome de lugar não é apenas um fato de língua. Ele é uma interação linguística do homem com o mundo sociocultural construído sobre as bases da natureza, mesmo com o esforço do antropoceno em consolidar a crença do contrário. Se o topônimo é gerado e funciona como interação linguística entre o homem e o meio ambiente, configura-se também em um mapa para a reconstrução das redes objetivas e subjetivas que marcam esta inter-relação na toponímia. Essa cartografia não pode se dar a partir de uma visão permeada pela dicotomia entre cultura e natureza, entre a taxonomia de natureza física e a antropocultural, nos termos dos princípios dickianos, mas precisa acontecer sob a visão holística do pensamento ecocêntrico.

Sua relevância sociocultural pode ser notada nos processos de resignificação que se dão nos contextos comunicativos informais, tornando-o um constante objeto de interesse dos falantes de diferentes estratos sociais, não apenas do campo acadêmico. A prova disso são as contínuas discussões nas redes sociais, com memes, como é o caso dos apelidos de Portugal atribuídos a brasileiros recentemente (*Guiana brasileira*, *Pernambuco em pé*), pseudoetimologias, músicas populares, a exemplo da música que viralizou recentemente: *Do Pau Miudo não*, demonstrando que, apesar do forte interesse da toponomástica tradicional estar direcionado aos processos de nomeação, o seu significado se atualiza e se diversifica no discurso, transformando o nome de lugar em item lexical de significado complexo, que vai muito além de sua função designativa. Esse aspecto dinâmico das interações entre nome, falante e lugar põe em evidência que o papel da toponomástica não precisa restringir-se à busca de hipóteses nominativas, mas deve abranger o estudo pós-nomeação e, principalmente, reposicionar os discursos acerca das interações toponímicas, alocando-os dentro do paradigma ecológico crítico e transformando-os em meios para o desenvolvimento de um pensamento sustentável, no contexto da ecotoponomástica.

Por conta disso, dar conta da complexidade do processo de formação da toponímia da Bahia, o primeiro local de contato entre os diferentes estratos formativos da sociedade brasileira, povos originários/europeus/africanos, e o território brasileiro, considerando a dimensão geolinguística e filológica, é uma tarefa árdua devido à extensão do território e da dispersão da toponímia nos documentos. Uma abordagem apenas geolinguisticamente direcionada consegue apresentar uma visão panorâmica da toponímia, porém se encontra mais distanciada da toponímia em uso, visto que, de modo geral, parte de fontes elaboradas por

órgãos oficiais atuais. Já uma abordagem filologicamente orientada, por outro lado, apesar de trazer à tona a toponímia em uso em documentos de períodos e tipologia variados, é de ordem qualitativa e dá conta apenas de fragmentos do diassistema toponímico. É necessária uma agenda que priorize a construção de *corpora* de com o rigor filológico, leitura verticalizada dos códigos linguísticos, bibliográficos e sócio-históricos, considerando a diversidade de fontes e práticas culturais envolvidas, inclusive as natas digitais e de diferentes mídias, e com a orientação geolinguística, ao considerar a distribuição territorial.

O estudo ecolinguístico da toponímia possibilita a produção de uma rede interdisciplinar de conhecimentos que servem não apenas para o desenvolvimento de uma perspectiva teórica, a ecotoponomástica, mas na construção de metodologias alternativas de caráter empírico, com maior destaque às interações com os ambientes, e crítico, na ressignificação dos debates acerca das relações do homem com o seu mundo natural e social. O enfoque teórico também exerce um efeito dominó, promovendo o surgimento de um campo interdisciplinar que se ramifica, aplicando seus princípios em diferentes frentes: na promoção de novos debates, como a abordagem ecológica crítica dos nomes de lugar, com impactos diretos no ensino de toponímia; e a geração de produtos como obras lexicográficas, atlas e plataformas digitais.

Esse aspecto pôde ser observado ao analisar as redes toponímicas de ordem zoológica no território baiano, no período colonial. O estudo das redes evidenciou que as animalidades se projetam na toponímia além dos zootopônimos, mas por meio de outras categorias semânticas que refletem aspectos relacionados a como o homem percebia e interagia com elas na esfera sócio-econômica. Foi possível notar que em algumas redes, a da baleação e da bovinocultura, destacam-se os aspectos comerciais das interações, enquanto outras redes, como a da pesca e da coleta de mariscos, atividade reservada aos indígenas e negros escravizados, e dos outros animais explicita-se apenas a relação animal-habitat. A partir dessa leitura, foi possível traçar os itinerários das relações homem-animal e trazer o debate para os dias atuais, observando os impactos ambientais, emissão de carbono, (ameaça de) extinção das espécies e desmatamento, causado pelas mesmas atividades de grande impacto comercial no período colonial. O estudo nas redes toponímicas de ordem zoológica mostra, para além de como os animais eram percebidos e tratados no período colonial, o que tem repercussões nos processos de nomeação, mas reitera um fato do comportamento humano: os animais humanos são animais que se limitam a construir a partir de práticas de destruição.

Para a estruturação do portal se recorreu aos pressupostos da filologia dentro do quadro das humanidades digitais. Buscou-se analisar os objetivos almejados pela toponomástica em

contraste com as possibilidades oferecidas pelo ambiente digital e, por outro lado, a adequação dos objetivos às condições impostas por ele. Segundo Barreiros (2014, p. 35), “[...] a escrita digital desfruta de uma nova condição textual [...]”, o que exige um processo de adequação de textos produzidos em outros tipos de materialidade para esse novo ambiente. Assim, um repositório de topônimos on-line considerou não somente as informações a serem registradas, perspectiva toponomástica, mas como estas informações seriam recebidas e como os usuários poderiam interagir com elas, perspectiva filológica. Quando o fator ensino é visualizado neste processo, é ainda necessário pensar em formas de didatização desses conhecimentos, perspectiva pedagógica, o que levou à construção de uma rica identidade visual e de uma narrativa que pudesse auxiliar na introdução dos diferentes tipos de usuários ao debate ecológico proposto.

Destaca-se que o *Corpus Toponymicum Bahiae* foi projetado para ser mais do que o resultado de uma pesquisa, tornando-se uma agenda de trabalho em expansão. Ademais dos produtos elaborados, o *Acervo Digital de Documentos Históricos para Estudos Toponímicos* (ADHET) e o *Dicionário Toponímico Histórico Ecológico da Bahia* (DTHEB), a iniciativa prevê a construção de três outros produtos: um banco de dados de topônimos, com anotação dos diferentes tipos de categorias toponímicas, em diferentes níveis de análise, além de informações contextuais, como georreferenciamento e dados enciclopédicos; um atlas digital, que possibilite à visualização as redes toponímicas, a serem ampliadas para enfocar não apenas a motivação semântica baseada no eixo relações ecológicas, mas outros aspectos semânticos e formais dos topônimos que evidenciam outras formas de interações. Apesar do potencial pedagógico das páginas e recursos criados para o portal, não há uma proposta propriamente pedagógica, lacuna que se buscará preencher com o desenvolvimento de uma biblioteca digital com recursos didáticos multimídia: materiais, vídeos, imagens, áreas interativas.

Cabe ressaltar que o conhecimento toponímico, e onomástico, de modo geral, ainda não tem o espaço devido nos currículos dos cursos de graduação e na escola básica. A complexidade da nomeação e a transdisciplinaridade da onomástica, no seu estreito diálogo com disciplinas como a geografia, história, antropologia, sociologia etc., evidenciam que o conhecimento onomástico pode ser o fio condutor capaz de conectar diversos campos no saber tendo como ponto de partida a estrutura da língua, que também pode ser explorada por intermédio do léxico toponímico em diversos níveis: fonético-fonológico, morfológico, semântico e discursivo. Além disso, o trabalho com a toponímia baiana em sala de aula, evidenciando as marcas dialetais e os aspectos dos ambientes físico, social e mental deste território, possibilita a

discussão das relações identitárias, estimulando a curiosidade e o interesse pelo (auto)conhecimento linguístico. Se faz necessário sistematizar esse conhecimento com o intuito de explorar as diversas redes de sentido que envolvem a toponímia, construindo um lugar de aprendizagens para estudantes, professores e futuros professores.

Os escassos repositórios voltados exclusivamente para a toponímia disponíveis atualmente são preparados para especialistas, ainda que cada repositório se mostre inclinado a diferentes áreas do conhecimento, e dispõem de poucos recursos voltados ao usuário não especializado, lacuna que se busca preencher com esta pesquisa. Por outro lado, ainda não há uma plataforma dessa natureza voltada à toponímia baiana e brasileira, o que a tornará parâmetro para propostas subsequentes. Nesse sentido, com a publicação do portal, busca-se difundir o conhecimento acerca da toponímia baiana, além de fomentar o ensino de toponímia nas universidades e escolas da Bahia, considerando que o estudo crítico da toponímia proporciona o aprendizado de questões históricas, sociais, culturais, geográficas e ecológicas, juntamente com a valorização da identidade e da memória local. O contexto da Covid-19, em que houve a obrigatoriedade do ensino remoto, ressaltou a relevância da existência de recursos on-line que apresentem informações confiáveis e sejam adequados às práticas pedagógicas. Ter a toponímia como ponto de partida para a discussão de questões ambientais e sociais, do ponto de vista da ecotoponomástica, irá contribuir para a conscientização sócio-histórica e ecológica, a formação da cidadania e o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. ATOBAH: Proposta de elaboração do Atlas Toponímico da Bahia. **Caletroscópio**, Ouro Preto, v. 4, n. Esp., p. 576-588, 2016.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filologia**. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes: 2007.

ALBUQUERQUE, Davi. Novas perspectivas nos estudos lexicográficos: a lexicografia e as palavras ecológicas. **Entre Parênteses**, Alfenas, n. 8, v. 1, p. 1-24, 2019.

ALMEIDA, Thamara Santos de. Restaurando a Caatinga: experiência do projeto RE-Habitar Ararinha Azul na Bahia. **Apremavi**, 2025. Disponível em: <https://apremavi.org.br/restaurando-a-caatinga-a-experiencia-do-projeto-re-habitar-ararinha-azul-na-bahia/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira**. São Paulo: Blucher, 2020.

ARAÚJO, Bernardo. Para a ‘extinta’ ararinha-azul, retorno bem-sucedido é ofuscado por incertezas. **Mongabay**, 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/08/para-a-extinta-ararinha-azul-retorno-bem-sucedido-e-ofuscado-por-incertezas/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

AULETE, Francisco Júlio de; VALENTE, **Antonio Lopes dos Santos**. **Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa**. t. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881a.

AULETE, Francisco Júlio de; VALENTE, **Antonio Lopes dos Santos**. **Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa**. t. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881b.

AZORÍN FERNÁNDEZ, Dolores. La lexicografía como disciplina lingüística. In: MEDINA GUERRA, A. M. (coord.) **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel Lingüística, 2003, p. 31-52.

BARBOSA, Maria Aparecida. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, Ieda Maria. (Org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, p. 23-45, 2001.

BARBOSA, Maria Aparecida. Modelos em lexicologia. **Língua e Literatura**, São Paulo, n. 9, p. 261-279, 1980.

BARREIROS, Liliane Lemos. Santana. **Vocabulário de Eulálio Motta**. 2017. 360f. Orientadora: Célia Marques Telles. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BARREIROS, Patricio Nunes. Novas práticas culturais da escrita, novas perspectivas da Crítica Textual: rumo às hiperedições. **Linguística e Filologia Portuguesa** (USP), São Paulo, v. 16, 2014.

BARREIROS, Patrício Nunes. Por uma abordagem da história cultural das práticas de escrita na edição de textos. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 389-414, 2017.

BÍBLIA SAGRADA. **Almeida Corrigida Fiel (ACF)**. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2011.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; MATOS, Eduardo Silva Dantas de; ALMEIDA, Isabela Santos de. **Edição de Texto e Crítica Filológica**. Salvador: Quarteto, p. 15-59, 2012.

BRASIL. Ministério do meio ambiente. Ararinha-azul: de volta para casa. **Ministério do meio ambiente** [s. d.]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/15723-ararinha-azul-de-volta-para-casa.html>. Acesso em: 22 nov. 2025.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Entre veredas e arrabaldes: histórias de escravos e forros na comarca de Nazaré, Bahia, 1830-1850. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 39, jul.-dez., 2008, p. 261-304.

CAMBRAIA, César Nardelli. SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Fontes para o estudo da toponímia da Cidade de Belo Horizonte**: Indicador de Ruas do Almanak Laemmert de 1935. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

CAMPOS, Mauricio da Costa. **Vocabulário do Marujo**. Rio de Janeiro: Officina de Silva Porto, 1823.

CARVALHO, Ana Paula M. **Minas de Todos os Santos**: Dicionário de Topônimos. Curitiba: Appris, 2017.

CARVALHINHOS, Patricia; LIMA, Adriana Tavares. Toponímia, teoria e método. Retratos de tradição e inovação. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 1-20, 2023.

CASTIGLIONI, Ana Claudia. **Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta de modelo**. Orientador: Lidia Almeida Barros. 2014. 233f. Tese (Doutorado em Teoria e Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2014.

COSERIU, Eugenio. **Lições de lingüística geral**. Tradução: Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COSTA, Maria Helena de Teves. Apontamentos de Terminologia Toponímica. **Euphrosyne**, v. 8, p. 127-145, 1977.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, Hildo Honório do. Hildo, para começo de conversa, o que é ecolinguística? In: COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. **Ecolinguística**. Um Diálogo com Hildo Honório do Couto. Campinas: Pontes Editores, 2013a.

COUTO, Hildo Honório do. **Linguística, ecologia e ecolinguística**: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.

COUTO, Hildo Honório do. Quais são os ecossistemas linguísticos e quais são suas propriedades In: COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. **Ecolinguística**. Um Diálogo com Hildo Honório do Couto. Campinas: Pontes Editores, 2013b.

CUNHA, Celso. O ofício de filólogo. In: CUNHA, Celso. **Sob a pele das palavras**: dispersos. Organização, introdução e notas de Cilene da Cunha Pereira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Academia Brasileira de Letras, p. 341-359, 2004.

CURAÇÁ OFICIAL. Corrida da Ararinha Azul encanta Comunidade da Fazenda Melancia em Curaçá. **Curaçá Oficial**, 2023. Disponível em: <https://curacaooficial.com.br/2023/09/12/corrida-da-ararinha-azul-encanta-comunidade-da-fazenda-melancia-em-curaca/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

DAUZAT, Albert. **Les noms de lieux**: origine et evolution. Paris: Delagrave, 1926.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs** - Capitalismo e Esquizofrenia -Volume 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. Tradução de Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação toponímica**: princípios teóricos e modelos taxonômicos. 1980. Orientador: Carlos Drumond. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. In: **Acta Semiótica et Lingüística - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística)**. São Paulo: Plêiade, v. 7, p. 97-122, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia do Brasil:** coletânea de estudos. 3 ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

DORION, Henri; HAMELIN, Louis-Edmond. De la toponymie traditionnelle à une choronymie totale. Québec: **Cahiers de géographie du Québec**, v. 10, n. 20, p. 195-211, 1966.

DORION, Henri; POIRIER, Jean. **Lexique des termes utiles à l'étude des noms de lieux.** Québec: Les presses de l'université Laval, 1975.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (II). São Paulo: **Revista de História**, v. 16, n 33, p. 149-175, 1958.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 4. ed. Lisboa: Arthur Brandão, 1926.

FIORMONTE, Domenico et al. **The Digital Humanist: A Critical Inquiry.** Brooklyn: Punctum books, 2015.

FLECHIA, Giovanni. **Nomi locali d'Italia derivati dal nome delle piante.** Torino: Stamperia Reale, 1880.

FLORES, Victor. Tita. **Victor Flores**, [s. d.] Disponível em: <https://victorfloresorg.wordpress.com/tita/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

GARCÍA ARIAS, Xosé Lluís. **Toponímia:** teoria e actuación. Uviéu, Academia de la Llingua Asturiana - Llibrería Llingüística, 1995.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** 11 ed. Campinas: Papirus, 2001 [1989].

HERNÁNDEZ AROCHA, Héctor. **Las familias de palabras.** Berlin/Boston: De Gruyter, 2014.

HAVRE, Grégoire van. Cartografia do interior bahiano. Uma análise de três mapas anônimos do século XVIII. **Confins**, v. 39, [n.p.], 2019.

UAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUGH, Carole. Introduction. In: HOUGH, Carole (Eds.). **The Oxford handbook of names and naming.** United Kingdom: Oxford University Press, p. 1-13, 2016.

ICOS. Onomastic terminology. **The International Council of Onomastic Sciences.** 2011. Disponível em: <https://icosweb.net/onomastic-terminology/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

JO KLINE, Mary. **A Guide to Documentary Editing**. 2 ed. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1998.

LABANC, Peter. Corpus Toponymicum Slovaciae Medievalis (CTSM) – on-line database of medieval toponymic material and its application in onomastic and linguistic research.

Konštantínove listy/Constantine's Letters, Nitra, n. 12, v. 1, p. 22-38, 2019.

LONGNON, Auguste. **Dictionnaire topographique du département de la Marne**. Paris: Imprimerie Nationale, 1891.

LONGNON, Auguste. **Géographie de la Gaule au VIe siècle**. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1878.

LONGNON, Auguste. Les noms de lieu de la France - Leur origine, leur signification, leurs transformations. **Résumé des conférences de toponomastique générale faites à l'École des hautes études**. Pub. par Paul Marichal et Léon Mirot. Paris: E. Champion, 1920-1929.

LÓPEZ SANTOS, Luís. **Influjo de la vida cristiana en los nombres de pueblos españoles**. León: Imp. Católica, 1952.

MANES, Cristopher. Nature and Silence. In: GLOTFELT, Cheryll; FROMM, Harold (Eds.). **The Ecocriticism Reader: Landmarks in literary ecology**. Athens/London: University of Georgia Press, 1996.

MANGUE. In: Aulete Digital. Rio de Janeiro, Lexikon [s. d.]. Disponível em: <https://aulete.com.br/mangue>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MARCATO, Carla. **Nomi di persona, nomi di luogo**: introduzione all'onomastica italiana. Bologna: Società editrice il Mulino, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOTSCHENBACHER, Heiko. Corpus Linguistic Onomastics: A Plea for a Corpus-Based Investigation of Names. **Names**, Berkeley, v. 68, n. 2, p. 88–103, 2020.

NASH, Joshua. **Insular Toponymies**: Place-Naming on Norfolk Island, South Pacific and Dudley Peninsula, Kangaroo Island. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013.

NYSTRÖM, Staffan. Names and Meaning. In: HOUGH, Carole (Eds.). **The Oxford handbook of names and naming**. United Kingdom: Oxford University Press, p. 39-51, 2016.

PÉREZ, Elena B. **Vocabulario y fe**: los grupos étnico-religiosos de la Edad Media y la primera Modernidad. Mantova: Universitas Studiorum Editrice, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEGALE, N. B. **Invocações da Virgem Maria no Brasil**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CORREIA, Ana Paula Rebelo. Nossa Senhora de Brotas: um exemplo de regionalismo na iconografia mariana. **Cultura**, Portugal, v. 27, [s. p.], 2010.

DÓREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Salvador: Edufba, 2006.

RIO. Direção: Carlos Saldanha. Produção: Blue Sky Studios; 20th Century Fox Animation. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2011. 1 filme (96 min.).

RIO 2. Direção: Carlos Saldanha. Produção: Blue Sky Studios; 20th Century Fox Animation. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2014. 1 filme (101 min).

ROSTAING, Charles. **Les noms de lieux**. 9 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1980 [1945].

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. **La toponímia en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

SANTIAGO, Iago Gusmão. Estudo dos nomes comuns para víboras venenosas no contexto latino-americano: uma contribuição metodológica. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, 2025: no prelo.

SANTIAGO, Iago Gusmão; SANTIAGO, Stephanie da Cruz; BARREIROS, Patrício Nunes. A interface rizomática do acervo: construção do dossiê arquivístico para elaboração de edições digitais. **A Cor das Letras** (UEFS), Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 45-67, 2017.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987 [1901].

SANTIAGO, Iago Gusmão. **A nomeação na Bahia setecentista**: estudo da toponímia de base portuguesa no Mapa da Capitania da Bahia de Todos os Santos (1761-1807). 2021. 236 f. Orientadora: Liliane Lemos Santana Barreiros. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021.

SANTIAGO, Iago Gusmão. Mecanismos de nomeação na toponímia baiana colonial. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 292-311, 2024.

SARMENTO, Manoel Soares de. Por uma ecolexicografia. **Confluências**, v. 2, p. 84-97, Maio, 2005.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A Formação e a Fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais**: a Toponímia da Região do Carmo. 2004. 368f. Orientadora: Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. Uberlândia: **Múltiplas perspectivas em linguística**: anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL), p. 1953-1960, 2006.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; ISQUERDO, Aparecida Negri. A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **Onomastics in Different Perspectives**: Research Results. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SECO. In: Aulete Digital. Rio de Janeiro, Lexikon [s. d.]. Disponível em: <https://aulete.com.br/seco>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SILVA, Antonio de Moraes e Silva. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. 1 ed. t. I. Lisboa: M. P. de Lacerda. 1789a.

SILVA, Antonio de Moraes e Silva. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. 1 ed. t. II. Lisboa: M. P. de Lacerda. 1789b.

SOAVINSKI, Ricardo; MARETTI, Cláudio. Os manguezais são um dos ecossistemas... In: **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

MARTÍNEZ DE SOUSA, José. **Manual básico de lexicografia**. España: Ediciones Trea, S. L., 2009.

PORTELA, Rafael Davis. **Pescadores na Bahia do Século XIX**. 2012. 127f. Orientador: João José Reis. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

SAPIR, Edward. Language and Environment. **American Anthropologist**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 226-242, abr./jun. 1912.

SILVA, Luíz Geraldo (Coord.). **Os pescadores na história do Brasil**. vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1988.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. São Paulo: Lugano, 2004.

SOUZA, Bernadino José de. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

STEWART, George Rippey. A Classification of Place Names. Berkeley: **Names**, v. 2, n. 1, p. 1-13, 1954.

STEWART, George Rippey. **American Place-Names**: A Concise and Selective Dictionary for the Continental United States of America. New York: Oxford University Press, 1970.

STEWART, George Rippey. **Names on the globe**. New York: Oxford University Press, 1975.

STEWART, George Rippey. The Field of the American Name Society. Berkeley: **Names**, v. 1, n. 2, p. 73-78, 1953.

STIBBE, Arran. **Ecolinguistics**: Language, Ecology and the Stories We Live By. London/New York: Routledge, 2015.

TENT, Jan; BLAIR, David. Motivations for naming: the development of a toponymic typology for australian placenames. Berkeley: **Names**, v. 59, n. 2, p. 67–89, 2011.

TEVES, Maria Helena Costa. Apontamentos de terminologia tponímica. Euphrosyne, Lisboa, v. 8, jan., p. 127-148, 1977.

TRAPERO, Maximiano. **Para una teoría lingüística de la toponimia**: estudios de toponimia canaria. Las Palmas de Gran Canaria: Servicio de Publicaciones de la ULPGC, 1995.

TRAPERO, Maximiano (Dir.); DOMÍNGUEZ LLERA, Manuel; SANTANA MARTEL, Eladio; DÍAZ ALAYÓN, Caermen. **Toponimia de La Isla de El Hierro**: Corpus Toponymicum. Las Palmas de Gran Canaria: Servicio de Publicaciones de la ULPGC y Cabildo Insular de El Hierro, 1997.

URAZMETOVA, A.V. et al. Principles of Place Names Classifications. **XLinguae**. Bashkir, v. 10, n. 4, 2017.

VAN LANGENDONCK, Willy. **Theory and Typology of Proper Names**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2007.

VAXELAIRE, Jean-Louis. **Les noms propres**: une analyse lexicologique et historique. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2005.

VERCILLO, Ugo et al. Spix's Macaw *Cyanopsitta spixii* (Wagler, 1832) population viability analysis. Bird Conservation International, Cambridge, v. 33, p. 1-12, 2023.

VIEIRA, Nina. A Story of Whales and People: the Portuguese Whaling Monopoly in Brazil (17th and 18th Centuries). **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, v. 13 n. 3, p. 20-48, 2023.

WERNER, Reinhold. Léxico y teoría general del lenguaje. In: HAENSCH, G. et al. **La lexicografía**: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982, p. 21-94.

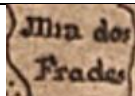
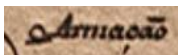
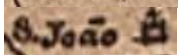
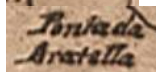
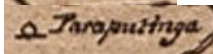
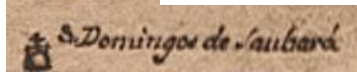
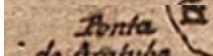
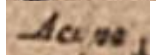
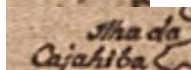
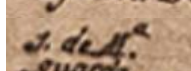
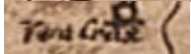
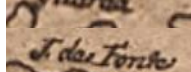
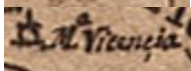
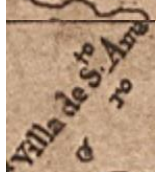
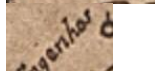
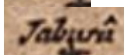
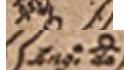
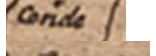
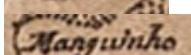
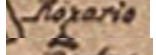
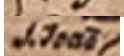
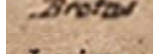
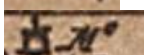
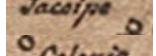
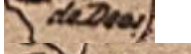
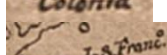
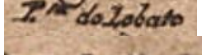
APÊNDICE A - CORPUS TOPONYMICUM

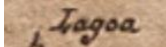
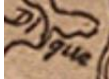
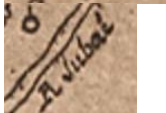
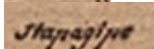
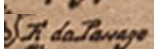
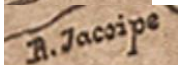
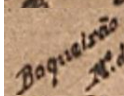
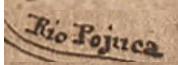
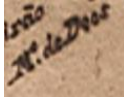
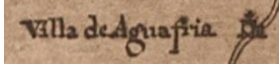
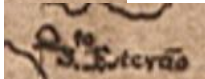
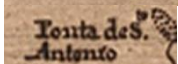
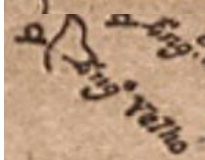
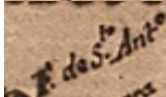
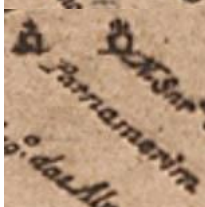
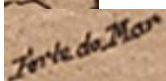
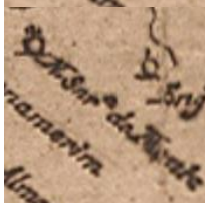
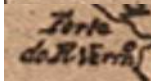
Figura 27 - MCB1 em quadricula

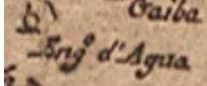
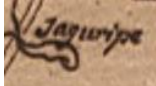
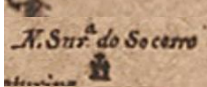
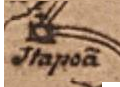
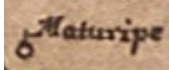
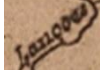
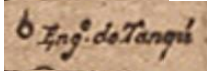
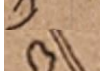
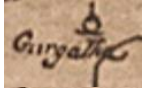
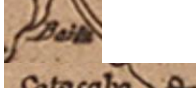
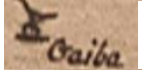
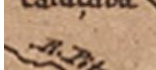
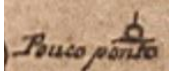
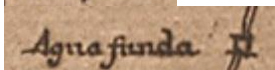
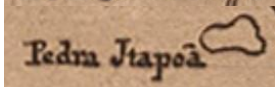
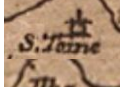
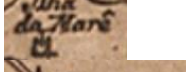
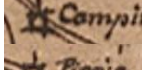
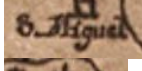
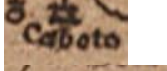
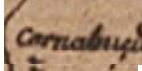


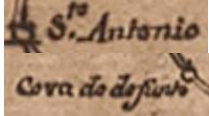
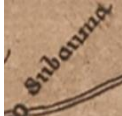
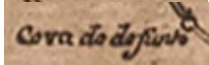
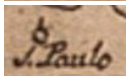
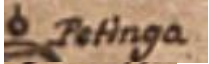
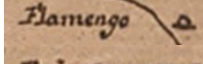
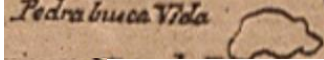
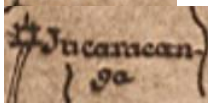
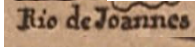
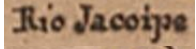
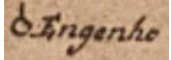
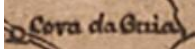
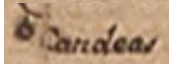
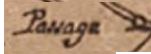
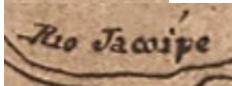
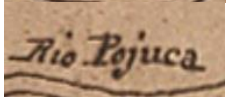
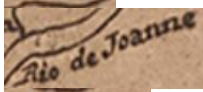
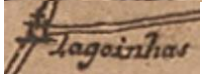
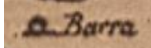
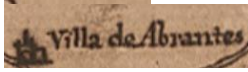
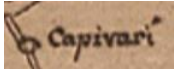
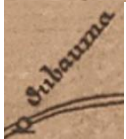
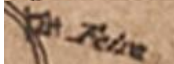
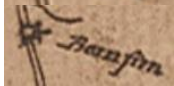
Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

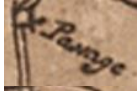
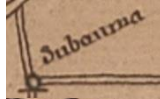
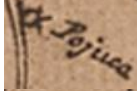
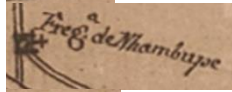
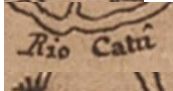
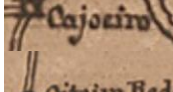
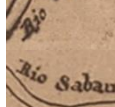
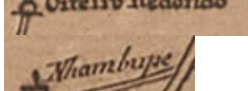
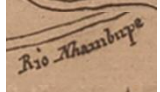
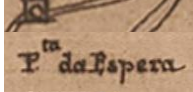
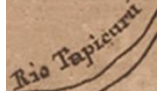
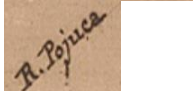
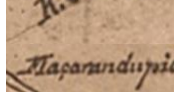
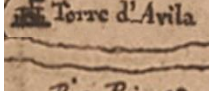
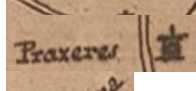
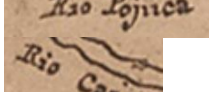
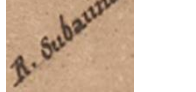
Tabela 9 - Transcrição dos topônimos do MCB1

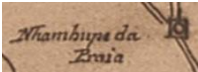
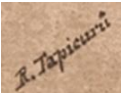
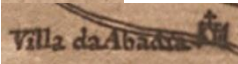
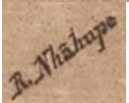
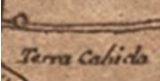
N.	Topônimo	Fac-símile	Localização	17.	Ilha dos Frades		Quadro A-5
1.	Armação		Quadro A-3				
2.	S. João		Quadro A-3	18.	Ponta da Aratella		Quadro A-6
3.	Paraputinga		Quadro A-3	19.	S. Domingos de Saubará		Quadro A-6
4.	Ponta da Aratuba		Quadro A-3	20.	Acupe		Quadro A-6
5.	Conceição		Quadro A-3	21.	Ilha da Cajahiba		Quadro A-6
6.	Ilha de Taparica		Quadro A-3	22.	J. de M. ^a guarda		Quadro A-6
7.	Vera Cruz		Quadro A-4	23.	J. das Fontes		Quadro A-6
8.	M. ^a Vicência		Quadro A-4	24.	Villa de S. ^{to} Amaro		Quadro A-7
9.	Penha		Quadro A-4	25.	Engenhos		Quadro A-7
10.	Jaburû		Quadro A-4	26.	Eng. ^o do Conde		Quadro A-7
11.	S. Lourenço		Quadro A-4	27.	Rozario		Quadro A-7
12.	Manguinho		Quadro A-4	28.	Brotas		Quadro A-7
13.	S. João		Quadro A-4	29.	Jacoipe		Quadro A-7
14.	M ^e de Deos		Quadro A-5	30.	Colonia		Quadro A-7
15.	P. ^{ta} do Lobato		Quadro A-5	31.	Villa de S. Franc. ^o		Quadro A-7
16.	J. do Medo		Quadro A-5				

32.	Lagoa		Quadro A-7	46.	Dique		Quadro B-4
33.	R. Subaé		Quadro A-8	47.	Itapagipe		Quadro B-4
34.	R. Pericoará		Quadro A-8	48.	F. da Passage		Quadro B-4
35.	R. Jacoipe		Quadro A-8	49.	Boqueirão		Quadro B-5
36.	Rio Pojuca		Quadro A-10	50.	M. ^e de Deos		Quadro B-5
37.	Villa de Aguafria		Quadro A-11	51.	S. ^{to} Estevão		Quadro B-6
38.	Ponta de S. ^{to} Antonio		Quadro B-3	52.	Eng ^o Velho		Quadro B-6
39.	Baixos de R. Vermelho		Quadro B-3	53.	Eng. ^o das Almas		Quadro B-6
40.	F. de S. ^{to} Ant ^o		Quadro B-4	54.	Parnamerim		Quadro B-6
41.	Barra		Quadro B-4				
42.	Vitoria		Quadro B-4				
43.	Forte do Mar		Quadro B-4				
44.	F. de Monsserrate		Quadro B-4	55.	N. Snr ^a do Monte		Quadro B-6
45.	Forte do R. Verm ^o		Quadro B-4				

56.	Engº d' Agua		Quadro B-6	71.	Jaguripe		Quadro C-4
57.	N. Snr. ^a do Socorro		Quadro B-6	72.	Jtapoã		Quadro C-4
58.	Maturipe		Quadro B-6	73.	Lançoes		Quadro C-4
59.	Engº. do Tangú		Quadro B-7	74.	Baite		Quadro C-4
60.	Gurgalha		Quadro B-7	75.	Cataçaba		Quadro C-4
61.	Gaiba		Quadro B-7	76.	R. Pitanga		Quadro C-4
62.	Pouco ponto		Quadro B-7	77.	Praia grande		Quadro C-5
63.	Agua funda		Quadro B-10	78.	S. Tome		Quadro C-5
64.	Pedra Jtapoã		Quadro C-3	79.	Ilha da Marê		Quadro C-5
65.	Pituba		Quadro C-4	80.	Campinas		Quadro C-5
66.	Brotas		Quadro C-4	81.	Pirajá		Quadro C-5
67.	S. Braz		Quadro C-4	82.	S. Miguel		Quadro C-5
68.	Armação		Quadro C-4	83.	Caboto		Quadro C-5
69.	R. das Pedras		Quadro C-4	84.	Carnabuçu		Quadro C-5
70.	Pedra de S. Tomê		Quadro C-4	85.	Matuim		Quadro C-5

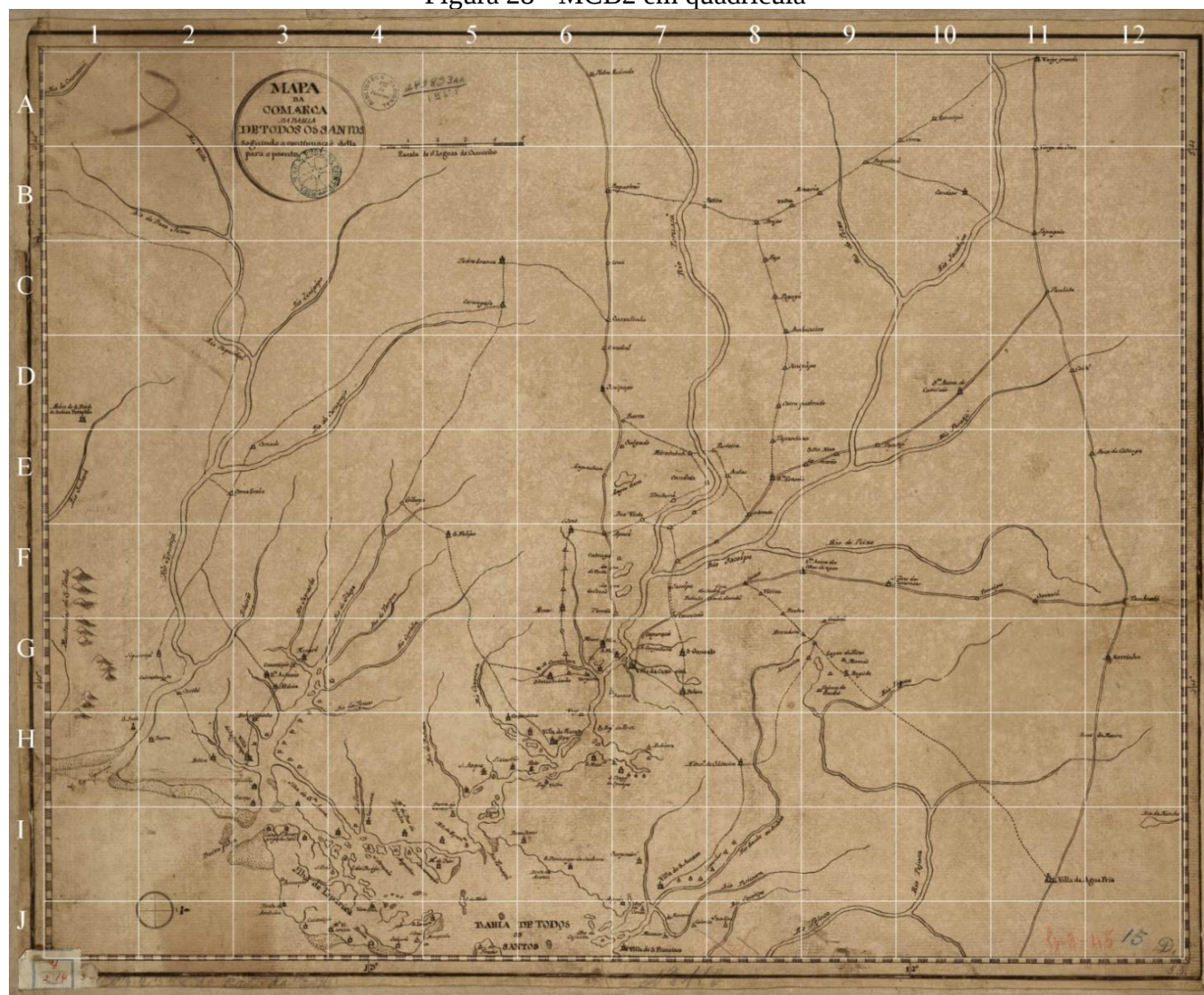
86.	S. ^{to} Antonio		Quadro C-5	99.	Subauma		Quadro C-12
87.	Cova do defunto		Quadro C-5				
88.	S. Paulo		Quadro C-6	100.	S. ^{to} Amaro		Quadro D-4
89.	Petinga		Quadro C-6	101.	Flamengo		Quadro D-4
90.	S. Sebastião e Pace		Quadro C-6	102.	Pedra busca Vida		Quadro D-4
				103.	Porto		Quadro D-4
91.	Jucaracanga		Quadro C-6	104.	Rio de Joannes		Quadro D-4
				105.	Rio Jacoipe		Quadro D-4
92.	Engenho		Quadro C-6	106.	Cova da Guia		Quadro D-5
93.	Candeas		Quadro C-6	107.	Passage		Quadro D-5
94.	Rio Jacoípe		Quadro C-8	108.	Passage		Quadro D-5
95.	Rio Pojuca		Quadro C-8	109.	Rio de Joanne		Quadro D-5
96.	Lagoinhas		Quadro C-10	110.	Barra		Quadro D-5
97.	Aramaris		Quadro C-10	111.	Villa de Abrantes		Quadro D-5
				112.	Capivari		Quadro D-5
98.	Subauma		Quadro C-11	113.	Feira		Quadro D-7
				114.	Bomfim		Quadro D-7

115.	Passage		Quadro D-8	129.	Subauma		Quadro E-9
116.	Matta		Quadro D-8	130.	Malheiros		Quadro E-10
117.	Pojuca		Quadro D-8	131.	Freg. ^a de Nhambupe		Quadro E-10
118.	S. ^{ta} Anna		Quadro D-9	132.	Nambý		Quadro E-12
119.	Rio Catû		Quadro D-9	133.	Açú		Quadro F-6
120.	Cajoeiro		Quadro D-9	134.	Rio Sauhipe		Quadro F-7
121.	Oiteiro Redondo		Quadro D-9	135.	Rio Sabauma		Quadro F-9
122.	Nhambupe		Quadro D-12	136.	Rio Nhambupe		Quadro F-10
123.	P. ^{ta} da Espera		Quadro E-5	137.	Rio Tapicurú		Quadro F-11
124.	R. Pojuca		Quadro E-5	138.	R. Sauhipe		Quadro G-6
125.	Monte gordo		Quadro E-6	139.	Maçarandupió		Quadro G-8
126.	Torre d'Avila		Quadro E-6	140.	Prazeres		Quadro G-9
127.	Rio Pojuca		Quadro E-7	141.	R. Subauna		Quadro H-7
128.	Rio Caicó		Quadro E-8				

142.	Nhambupe da Praia		Quadro H-8	147.	R. Tapicurû		Quadro I-9
143.	Rio Real		Quadro H-12	148.	Villa da Abadia		Quadro I-10
144.	Villa Estância		Quadro H-12	149.	Mangue Seco		Quadro I-10
145.	R. Nhãhupe		Quadro I-8	150.	Terra Cahida		Quadro I-11
146.	Maranhão		Quadro I-9	151.	Rio Real		Quadro J-11

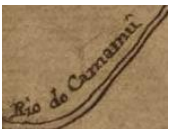
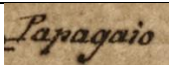
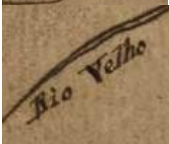
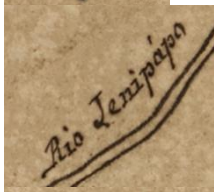
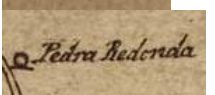
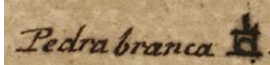
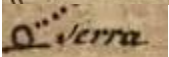
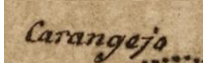
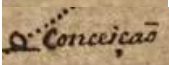
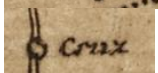
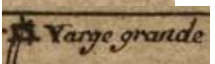
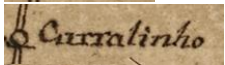
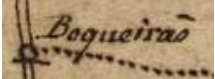
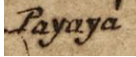
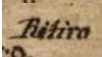
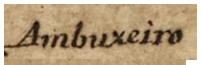
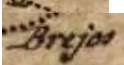
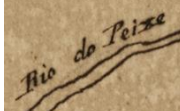
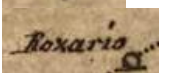
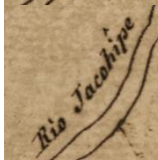
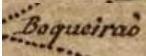
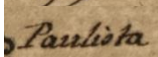
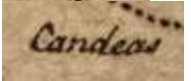
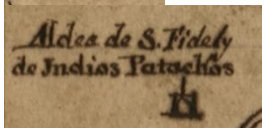
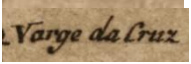
Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

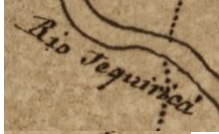
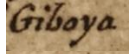
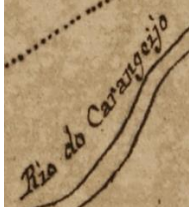
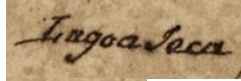
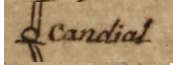
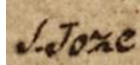
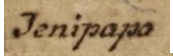
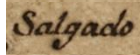
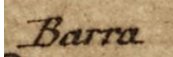
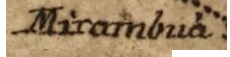
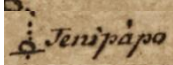
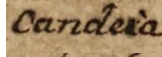
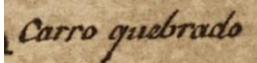
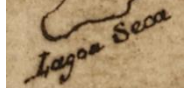
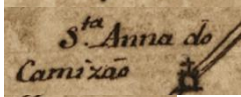
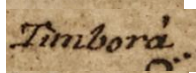
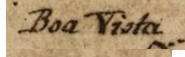
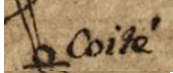
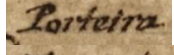
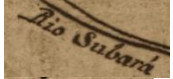
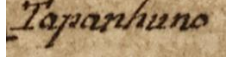
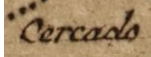
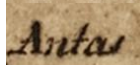
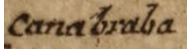
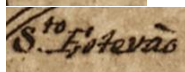
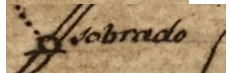
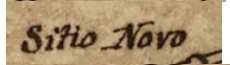
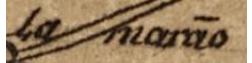
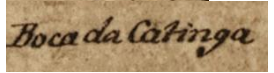
Figura 28 - MCB2 em quadricula

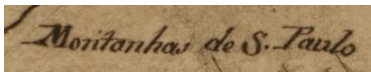
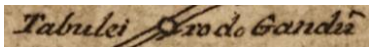
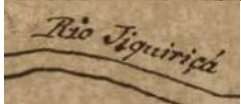
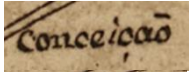
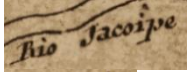
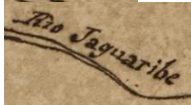
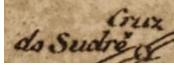
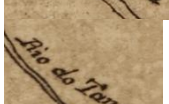
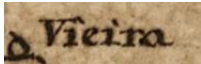
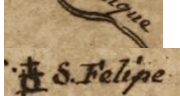
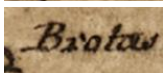
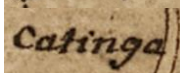
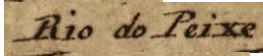
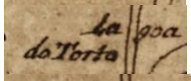
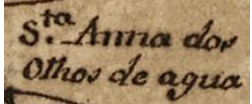
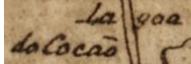
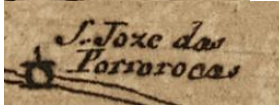
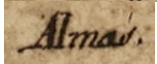
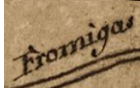
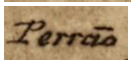
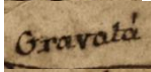
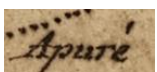
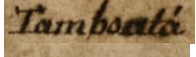
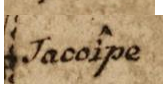
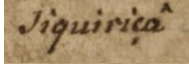
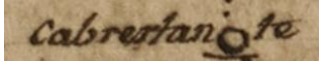
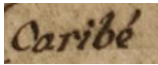


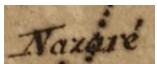
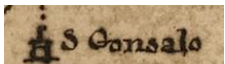
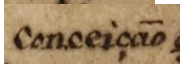
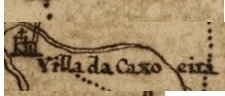
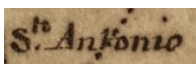
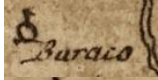
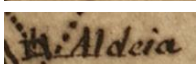
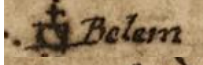
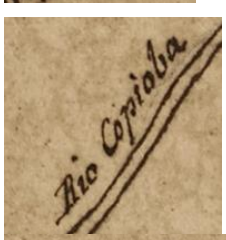
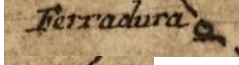
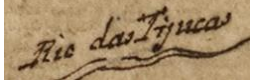
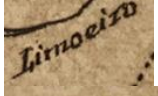
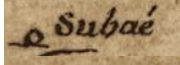
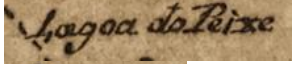
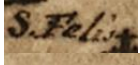
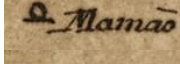
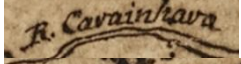
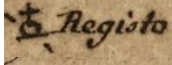
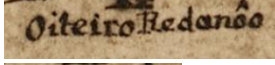
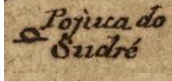
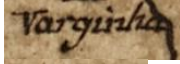
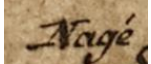
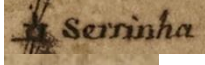
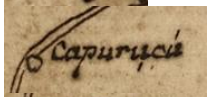
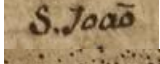
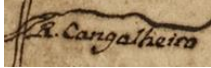
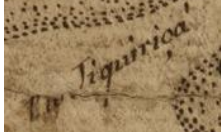
Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

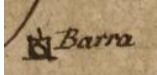
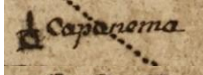
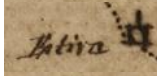
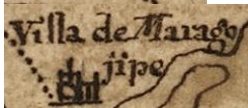
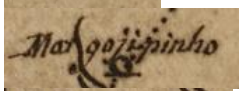
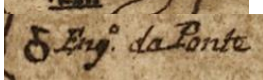
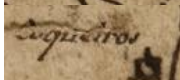
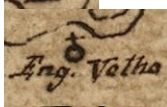
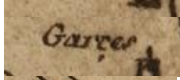
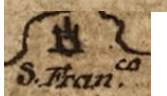
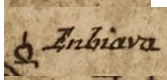
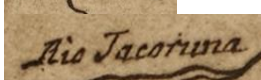
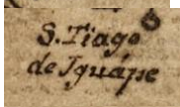
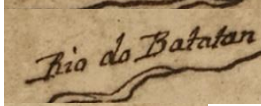
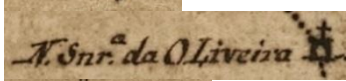
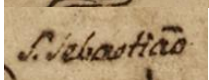
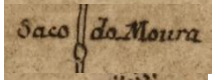
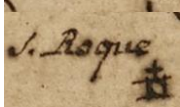
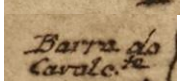
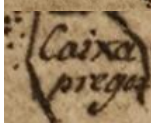
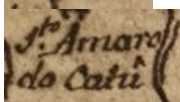
Tabela 10 - Transcrição dos topônimos do MCB2

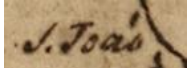
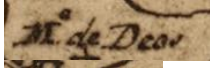
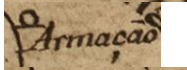
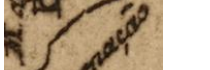
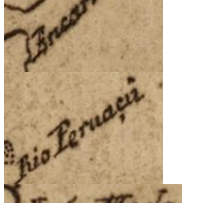
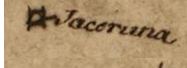
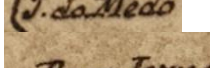
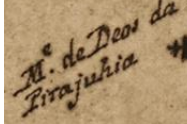
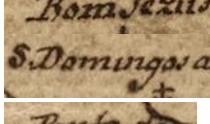
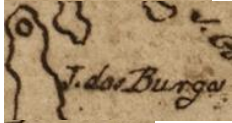
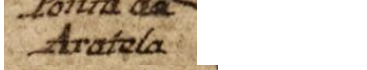
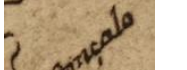
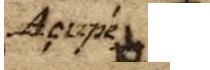
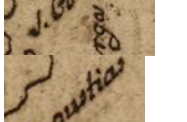
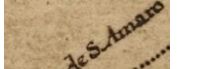
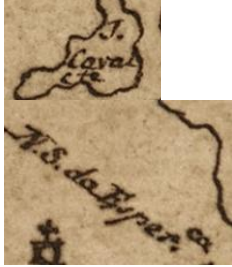
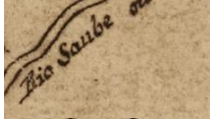
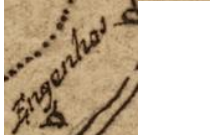
N.	Topônimo	Fac-símile	Localização			
1.	Rio do Camamû		Quadro A-1	15.	Papagaio	
2.	Rio Velho		Quadro A-2	16.	Rio Jenipápo	
3.	Pedra Redonda		Quadro A-6	17.	Pedra branca	
4.	Serra		Quadro A-10	18.	Carangejo	
5.	Conceição		Quadro A-10	19.	Cruz	
6.	Varge grande		Quadro A-11	20.	Curralinho	
7.	Rio do Bom Jezus		Quadro B-2	21.	Poço	
8.	Boqueirão		Quadro B-7	22.	Payayá	
9.	Ritiro		Quadro B-8	23.	Ambuzeiro	
10.	Brejos		Quadro B-8	24.	Rio do Peixe	
11.	Rozario		Quadro B-9	25.	Rio Jacohipe	
12.	Boqueiraô		Quadro B-9	26.	Paulista	
13.	Candeas		Quadro B-10	27.	Aldea de S. Fidely de Indios Patachós	
14.	Varge da Cruz		Quadro B-11			

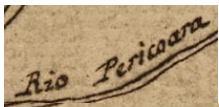
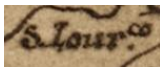
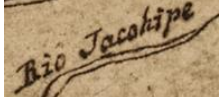
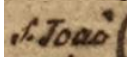
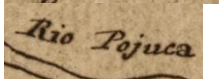
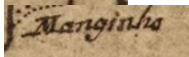
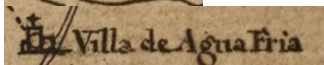
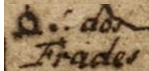
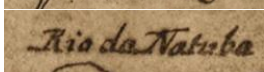
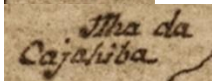
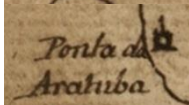
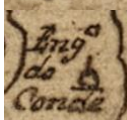
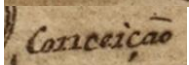
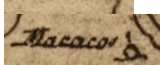
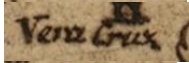
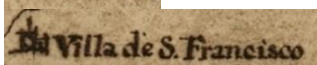
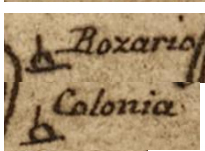
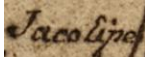
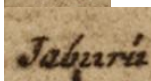
28.	Rio Jequiriçá		Quadro D-2	41.	Giboya		Quadro E-4
29.	Rio do Carangeijo		Quadro D-4	42.	Lagoa Seca		Quadro E-6
30.	Candial		Quadro D-7	43.	S. Joze		Quadro E-6
31.	Jenipapo		Quadro D-7	44.	Salgado		Quadro E-7
32.	Barra		Quadro D-7	45.	Mirambuá		Quadro E-7
33.	Jenipápo		Quadro D-8	46.	Candeia		Quadro E-7
34.	Carro quebrado		Quadro D-8	47.	Lagoa Seca		Quadro E-7
35.	S. ^{ta} Anna do Camizão		Quadro D-10	48.	Timborá		Quadro E-7
36.	Rio Paratiij		Quadro D-10	49.	Boa Vista		Quadro E-7
37.	Coité		Quadro D-11	50.	Porteira		Quadro E-8
38.	Rio Subará		Quadro E-1	51.	Tapanhuno		Quadro E-8
39.	Cercado		Quadro E-3	52.	Antas		Quadro E-8
40.	Cana braba		Quadro E-3	53.	S. ^{to} Estevão		Quadro E-8
				54.	Sobrado		Quadro E-8
				54.	Sítio Novo		Quadro E-9
				55.	Lamarão		Quadro E-9
				56.	Paratiij		Quadro E-9
				57.	Boca da Catinga		Quadro E-12

58.	Montanhas de S. Paulo		Quadro F-1	73.	Tabuleiro de Gandû		Quadro F-7
59.	Rio Jiquiriçá		Quadro F-2	74.	Conceição		Quadro F-7
60.	Ribeirão		Quadro F-3	75.	Rio Jacoipe		Quadro F-8
61.	Rio Jaguaribe		Quadro F-3	76.	Jacaré		Quadro F-8
62.	Rio da Giboya		Quadro F-4	77.	Cruz do Sudré		Quadro F-8
63.	Rio do Tanque		Quadro F-4	78.	Vieira		Quadro F-8
64.	S. Felipe		Quadro F-5	79.	Brotas		Quadro F-8
65.	Catinga		Quadro F-6	80.	Rio do Peixe		Quadro F-9
66.	Lagoa do Torto		Quadro F-6	81.	S. ^{ta} Anna dos Olhos de agua		Quadro F-9
68.	Lagoa do Cocão		Quadro F-6	82.	S. Joze das Porrocas		Quadro F-10
69.	Almas		Quadro F-6	83.	Fromigas		Quadro F-10
70.	Perrão		Quadro F-6	84.	Gravatá		Quadro F-11
71.	Apuré		Quadro F-7	85.	Tamboatá		Quadro F-12
72.	Jacoipe		Quadro F-7	86.	Jequiriçã		Quadro G-2
				87.	Cabrerante		Quadro G-2
				88.	Caribé		Quadro G-2

89.	Nazaré		Quadro G-3	104.	S. Gonsalo		Quadro G-7
90.	Conceição		Quadro G-3	105.	Villa da Caxoeira		Quadro G-7
91.	S. ^{to} Antonio		Quadro G-3	106.	Buraco		Quadro G-7
92.	Aldeia		Quadro G-3	107.	Belem		Quadro G-7
93.	Rio Copioba		Quadro G-4	108.	Ferradura		Quadro G-8
94.	Rio das Tijucas		Quadro G-4	109.	Limoeiro		Quadro G-8
95.	Rio Capanema		Quadro G-5	110.	Subaé		Quadro G-9
96.	Muiritiba		Quadro G-6	111.	Lagoa do Peixe		Quadro G-9
97.	S. Felis		Quadro G-6	112.	Mamão		Quadro G-9
98.	R. Cavainhava		Quadro G-6	113.	Registo		Quadro G-9
99.	Oiteiro Redonô		Quadro G-6	114.	Pojuca do Sudré		Quadro G-9
100.	Varginha		Quadro G-6	115.	Rio Pojuca		Quadro G-9
101.	Nagé		Quadro G-6	116.	Serrinha		Quadro G-12
102.	Capuruçú		Quadro G-7	117.	S. João		Quadro H-1
103.	R. Cangalheiro		Quadro G-7	118.	Rio Jequiriçá		Quadro H-1

119.	Barra		Quadro H-2	131.	Capanema		Quadro H-6
120.	Estiva		Quadro H-2	132.	Villa de Maragojipe		Quadro H-6
121.	Margojipinho		Quadro H-3	133.	Eng.º da Pont(e)		Quadro H-6
122.	Villa de Jaguaripe		Quadro H-3	134.	Forte		Quadro H-6
123.	Coqueiros		Quadro H-3	135.	Eng. Velho		Quadro H-6
124.	Garças		Quadro H-3	136.	S. Fran. ^{co}		Quadro H-6
125.	Ilha de S. ^{ta} Anna		Quadro H-3	137.	Enbiava		Quadro H-7
126.	Rio Jacoruna		Quadro H-4	138.	S.Tiago de Iguápe		Quadro H-7
127.	Rio Batatan		Quadro H-5	139.	N. Snr. ^a da Oliveira		Quadro H-8
128.	S. Sebastião		Quadro H-5	140.	Saco do Moura		Quadro H-12
129.	S. Roque		Quadro H-5	141.	Barra falça		Quadro I-2
130.	Barra do Cavalc. ^{te}		Quadro H-5	142.	Caixapregos		Quadro I-3
				143.	S. ^{to} Amaro do Catû		Quadro I-3

144.	S. João		Quadro I-3	155.	M.º de Deos		Quadro I-5
145.	Armação		Quadro I-3	156.	Encarnação		Quadro I-5
146.	Ilha de Taparica		Quadro I-3	157.	Rio Peruaçu		Quadro I-5
147.	Jacoruna		Quadro I-4	158.	J. do Medo		Quadro I-5
148.	M.º de Deos da Pirajuhia		Quadro I-4	159.	Bom Jezus		Quadro I-6
149.	J. dos Burgos		Quadro I-4	160.	S. Domingos da Saubura		Quadro I-6
150.	S. Gonçalo		Quadro I-4	161.	Ponta da Aratela		Quadro I-6
152.	Angustias		Quadro I-4	162.	Sergimiri		Quadro I-7
153.	I. Cavalc ^{te}		Quadro I-5	163.	Açupé		Quadro I-7
154.	N. S. da Esper. ^{ca}		Quadro I-5	164.	Villa de S. Amaro		Quadro I-7
				165.	Rio Soube ou Subaé		Quadro I-8
				166.	Engenhos		Quadro I-8

167.	Rio Pericoara		Quadro I-8	178.	S. Lour. ^{co}		Quadro J-4
168.	Rio Jacohipe		Quadro I-8	179.	S. Joaô		Quadro J-4
169.	Rio Pojuca		Quadro I-10	180.	Manginho		Quadro J-5
170.	Villa de Agua Fria		Quadro I-11	181.	J. dos Frades		Quadro J-5
171.	Rio do Natuba		Quadro I-12	182.	Ilha da Cajahiba		Quadro J-6
172.	Ponta da Aratuba		Quadro J-3	183.	Engº do Conde		Quadro J-7
173.	Conceição		Quadro J-3	184.	Macacos		Quadro J-7
174.	Vera Cruz		Quadro J-4	185.	Villa de S. Francisco Rozario		Quadro J-7
175.	M. ^a Vicência		Quadro J-4	186.	Colonia		Quadro J-7
176.	Penha		Quadro J-4	187.	Jacohipe		Quadro J-8
177.	Jaburú		Quadro J-4	188.	Rio Pojuca		Quadro J-9

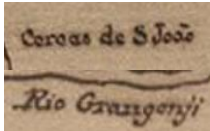
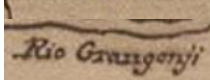
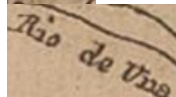
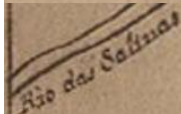
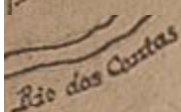
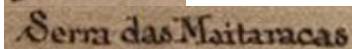
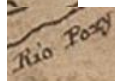
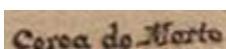
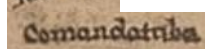
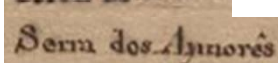
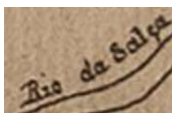
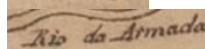
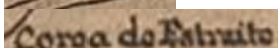
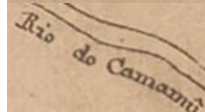
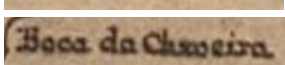
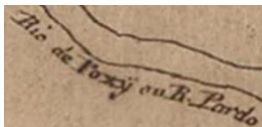
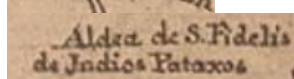
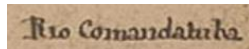
Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Figura 29 - MCI em quadricula

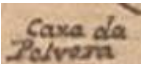
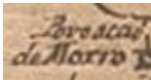
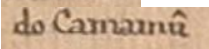
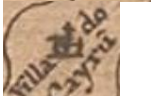
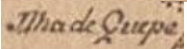
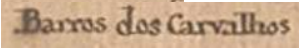
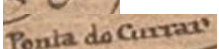
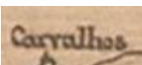
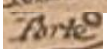
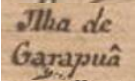
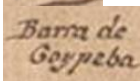
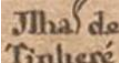
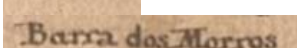


Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Tabela 11 - Transcrição dos topônimos do MCI

Tabela 11 - Transcrição dos topônimos do RGR							
N.	Topônimo	Fac-símile	Localização	13.	Palipe		Quadro D-1
1.	Coroas de S João		Quadro A-3				
2.	Rio Grangengi		Quadro A-6	14.	Rio de Una		Quadro D-3
3.	Rio das Salinas		Quadro A-7				
				15.	Rios dos Ilheos		Quadro D-6
4.	Rio das Contas		Quadro A-9	16.	Poxy		Quadro E-1
5.	Serra das Maitaracas		Quadro B-1	17.	Rio Poxý		Quadro E-1
6.	Coroa do Morto		Quadro B-3	18.	Comandatuba		Quadro E-1
7.	Serra dos Aymorês		Quadro B-4	19.	Rio Comandatuba		Quadro E-2
8.	Rio da Salça		Quadro C-1	20.	Rio Maroy		Quadro E-4
				21.	Rio da Armada		Quadro E-7
9.	Coroa do Estreito		Quadro C-2	22.	Rio do Camamû		Quadro E-9
10.	Coroa do Cax(e)rro		Quadro C-3				
11.	Boca da Caxoeira		Quadro D-1	23.	Rio Serinhem		Quadro E-10
12.	Rio de Poxý ou R. Pardo		Quadro D-1	24.	Aldea de S. Fidelis de Indios Pataxos		Quadro E-12
				25.	Rio Comandatuba		Quadro F-2

26.	Una		Quadro F-3	43.	Fazenda		Quadro G-8
27.	Rio de Una		Quadro F-3	44.	Villa de Barçellos he de Indios		Quadro G-9
28.	Villa de Olivença		Quadro F-4	45.	Fazenda		Quadro G-9
29.	Engenho de S. ^{ta} Anna		Quadro F-5	46.	Rio do Cayrû		Quadro G-11
30.	S. Jorge		Quadro F-6	47.	Serinhem		Quadro G-11
31.	Villa de Armada he de Indios		Quadro F-6	48.	Cayrû		Quadro G-12
32.	Rio das Contas		Quadro F-7	49.	Villa de Una		Quadro G-12
33.	Fazenda Caxoeira		Quadro F-8	50.	Rio de Una		Quadro G-12
34.	Fazenda		Quadro F-9	51.	Montanhas de S. Paulo		Quadro G-12
35.	Villa do Camamû		Quadro F-10	52.	Barra do Rio dos Ilheos		Quadro H-5
36.	Villa de Santarem he de Indios		Quadro F-11	53.	Os Ilheos		Quadro H-6
37.	Rio Saborâ		Quadro F-12	54.	Rio Tahipe		Quadro H-6
38.	Rio Coruripe		Quadro G-4	55.	Rio Tejuípe		Quadro H-7
39.	Villa Velha dos Indios		Quadro G-4	56.	Villa da Barra do Rio das Contas		Quadro H-7
40.	Villa dos Ilheos		Quadro G-6	57.	Barra do Rio das Contas		Quadro H-8
41.	Memuhão		Quadro G-6	58.	Pedra		Quadro H-8
42.	Fazenda		Quadro G-7	59.	Villa do Maraû		Quadro H-8

60.	Caza da Polvora		Quadro H-9	67.	Povoacao de Morro		Quadro H-11
61.	do Camamû		Quadro H-10	68.	Villa do Cayrû		Quadro H-12
62.	Ilha de Quepe		Quadro H-10				
63.	Barros dos Carvalhos		Quadro H-10	69.	Ponta do Currar		Quadro H-12
64.	Carvalhos		Quadro H-10	70.	Forte		Quadro H-12
65.	Ilha de Garapuã		Quadro H-10	71.	Barra de Goypeba		Quadro I-11
66.	Ilha de Tinheré		Quadro H-11	72.	Barra dos Morros		Quadro I-12

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.